

Folha 8

WWW.JORNALF8.NET



+730 dias Discriminação Judicial

Procurador mentiroso

O Procurador Geral Adjunto da República, Adão Adriano, mentiu, no dia 06 de Novembro de 2012, ao País sobre o advogado William Tonet, caluniando, difamando e colocando-o no desemprego sem provas. Até hoje ninguém toma medidas. É a justiça ideológica, submissa e militarizada.

DESFEITO MAIS UM ENIGMA

DIGA A VERDADE: DNIC

JORNALISTA GUINEENSE

MILOCAS ASSASSINADA



Os agentes do Departamento de Crimes Contra Pessoas, estão desmoralizados e paralisaram as investigações do "Caso Milocas". Assim por problemas internos, hoje ninguém quer saber do destino de uma pessoa que desapareceu do nosso convívio.

HELDER NETO EXPULSO EM SILÊNCIO

POLÍCIA ERA CHEFE DA GANG DOS BANCOS



Foi preciso muito mais de dois anos para se escorraçar da Polícia Helder Neto e outros meliantes diplomados na criminalidade letal. Um período tão longo, durante o qual eles mataram impunemente, pessoas adversas ao regime MPLA/JES, pois são indivíduos pertencentes à raça dos "Killers" profissionais.

NO BESA ANGOLA

MPLA & Cª DELAPIDOU MAIS DE 3 BILIÕES DE DÓLARES



REGIME ACONSELHA

DIÁLOGO E RECONCILIAÇÃO APENAS PARA OS DE FORA

O regime angolano apoia o diálogo e a reconciliação. Certo é que faz no exterior o que se nega a praticar no país. Mais uma vez vale a regra herdada de que todos devemos olhar para o que diz e não para o que faz. Todos sabemos que a pele de lagartixa esconde um jacaré insaciável.



EQUIPAMENTOS PARA A POLÍCIA

CORRUPÇÃO NA VENDA E COMPRA

A Polícia angolana diz que ainda não foi informada sobre as prisões efectuadas na Espanha, na fraude com o contrato de mais de 200 milhões de dólares de equipamentos fornecidos.



TRANSPARÊNCIA NO DINHEIRO PÚBLICO

ISAÍAS SAMAKUVA EXIGE O IMPOSSÍVEL

Na sua sacerdotal e ingénua crença de que Angola é uma democracia e um Estado de Direito, Isaías Samakuva pede que o Governo de Eduardo dos Santos seja mais transparente em relação ao dinheiro do erário público, referindo-se à ausência de prestação de contas por parte do chefe do Executivo.



QUANDO SE É MEMBRO DO REGIME

EMPRÉSTIMO DO BESA VIRA OFERTA

O BESA tem sido, e só deixará de ser se falir ou se o país passar - o que é uma hipótese remota - a ser um Estado de Direito, uma estrutura de doação de milhões de dólares aos membros da elite do regime. Com o título legal de empréstimos, o banco empresta tudo o que os líderes do MPLA querem e, depois, estes não pagam porque, afinal, o regime transforma essa dívida em oferta.



ITALIANA FALOU COM MANIFESTANTES

A SENTENÇA FOI CLARA: EXPULSÃO

A sociedade civil angolana está preocupada com a falta de reacção da União Europeia (UE) à expulsão compulsiva de Tirzi Concetta. A coordenadora de um projecto financiado por Bruxelas encontrava-se frequentemente com jovens manifestantes, o que é - convenhamos - um crime contra a segurança do... regime.



O seu jornal de sempre, até em tablets

folha 8 digital
Angola e o Mundo mais perto!
bit.ly/f8digital

Por apenas 0,99 USD

em todos os dispositivos

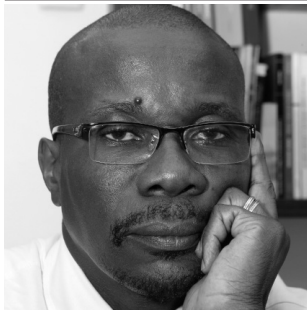
bit.ly/f8digital



POWERED BY **press reader**
—connecting people through news—

COMPATIBILIDADE





WILLIAM TONET
kuibao@hotmail.com

PARA O ACTUAL REGIME

A CONSTITUIÇÃO E A LEI SÃO UM TRAPO

Tudo, tudo mesmo, como se o “campo” estivesse, clinicamente, coberto é violado, massacrado e desprezado, nesta nossa selva indígena, militarmente “colonizada”, por uns poucos complexados, que violam as próprias leis, por si aprovadas. Detentores do vírus anti-democracia. O respeito a vida, art.º 30.º; o Direito à integridade pessoal, art.º 31.º; Direito à liberdade física e pessoal, art.º 36.º; Liberdade de expressão e de informação, art.º 40.º; Liberdade de consciência, de religião e de culto, art.º 41.º; Liberdade de imprensa, art.º 44.º; Liberdade de reunião e de manifestação, art.º 47.º; Liberdade sindical, art.º 50.º; Direito à greve e proibição do

loco out, art.º 51.º, todos da CRA (Constituição da República de Angola), aprovada, exclusivamente, pelos parlamentares do MPLA, não são respeitados, pelo regime do mesmo MPLA. Melhor, a Lei Mãe e a lei ordinária, são tratadas como trapos insignificantes e os exemplos estão à mão de semear. Manifestei, na edição passada, indignação pelo facto de uma decisão individual, quiçá, bajuladora, da ex-ministra da Justiça, Guilhermina Prata, por sinal, respeitada advogada, carimbar, nos Bilhetes de Identidade, as efígies do anterior e actual presidente do MPLA, violando desde logo o art.º 32.º CRA. “1. A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, à capacidade civil, à nacio-

nalidade, ao bom-nome e reputação, à imagem, à palavra e à reserva de intimidade da vida privada e familiar”. Como se pode verificar, a não observância deste preceito constitucional, constitui uma flagrante violação, mais a mais por nem ter sido referendada ou aprovada pela Assembleia Nacional, com a agravante de contrariar ainda o princípio de igualdade, consagrado no art.º 23.º, “1. Todos são iguais perante a Constituição e a Lei”. No caso, com a inclusão de outros actores, no Bilhete de Identidade, ficou consagrado o princípio de Orwell: “Todos são iguais, mas uns, mais iguais do que os outros”, estando neste caso, os cidadãos Agostinho Neto e José Eduardo dos Santos,

numa atitude “imperial - clarista”, sem precedentes, num Estado de Direito, que se diz Democrático. Outrossim, terá o exército bajulador do actual presidente do MPLA e da República, atendido a extensão e interpretação constitucional do art.º 65.º (Aplicação da lei criminal) “1. A responsabilidade penal é pessoal e intransmissível”, no caso, pode José Eduardo dos Santos, ser também considerado solidariamente responsável, pelos crimes cometidos, pelos cidadãos, face à sua inclusão no BI. Pese todas estas bestialidades, a actual Constituição, dá latitude à instauração de procedimento criminal, por acções e omissões praticadas por órgãos do Estado e respectivos titulares, como

reporta o art.º 75.º (Responsabilidade do Estado e de outras pessoas colectivas públicas): “1. O Estado e outras pessoas colectivas públicas são solidárias e civilmente responsáveis por acções e omissões praticadas pelos seus órgãos, respectivos titulares, agentes e funcionários, no exercício das funções legislativas, jurisdicional e administrativa, ou por causa delas, de que resulte violação dos direitos, liberdades e garantias ou prejuízo para o titular destes ou para terceiros”. No caso do Bilhete de Identidade, houve violação dos direitos individuais do cidadão, logo para além da indignação pública, não me coibirei de intentar uma acção judicial, para defesa dos meus interesses e direitos.

MANIFESTAÇÃO INDIVIDUAL CONTRA BI COLECTIVO

ERRATA

Na edição passada, o F8 claudicou, tecnicamente, ao publicar um texto incompleto, na página 2 com a rubrica “AQUI ESCREVO EU!”, assinada pelo Director-geral, William Tonet, intitulado “MANIFESTAÇÃO INDIVIDUAL CONTRA BI COLECTIVO”. Cientes do respeito que devemos ao estimado leitor, decidimos republicá-lo, como forma de pedido de sinceras desculpas porque errar é humano.

No dia 24 de Setembro de 2009 houve uma aparente e augurada boa nova, assegurando que no dia 1 de Outubro desse mesmo ano começariam a ser activados os novos bilhetes de Identidade de Angola. Essa notícia tinha por fonte o próprio Ministério da Justiça que no dia 22.09, tinha levado a público que o novo Bilhete de identidade, BI, seria efectivamente posto a circular e que teria algumas alterações, comparativamente ao modelo antigo, mas que seria mais seguro e de tratamento rápido e mais respeitador do cidadão. Para tal já tinha sido montado um Centro de processamento do novo BI, com missão de coordenar todas as operações de emissão do documento, com novos técnicos especializados e materiais modernos. A ministra da Justiça desse tempo, Guilhermina Prata, avançou igualmente que as alterações registadas no novo BI, envolviam a supressão da profissão, da referência das numerações, e a questão da raça. Até este ponto da mudança anunciada do BI. tudo bem, mas o essencial, no que toca à

tal pretensa vontade de respeitar o cidadão angolano, tinha sido escamoteado pela ministra, que não explicou bem qual era, verdadeiramente, a maior mudança no novo BI, ou seja, o sinal visível da sua enorme propensão para a bajulação, ou, simplesmente, a expressão de um desejo do megalómano presidente que nos sobrepuja do alto da sua soberana vontade há quase 40 anos, a saber: a sua efígie seria gravada ao lado da silhueta do dito fundador da Nação, Dr. António Agostinho Neto. A indignação criada por tal inserção, um personagem vivo, chefe de um partido que se notabilizou por ter posto em marcha um movimento de exterminação de dissidentes da sua linha política e que continuou ao fio do tempo a discriminar, marginalizar e mesmo a matar quem pensasse diferente, não podia ser aceite por mim, em particular, nem pelos angolanos em geral. O F8 participou activamente ao movimento de protesto que se ergueu por todo o país mas, perante a onipotência do MPLA, nada foi possível mudar e o BI, ficou assim, marcado pela monstruosa ofensa ao restante povo que de modo algum apoia a política de ver a fotografia de JES no bilhete de terceiros.

Por isso, depois de tanto ter lutado, ao ver que contra a força da lei, vence a lei da força, decidi e está decidido! No quadro do meu direito subjectivo, respaldado na Constituição “Jessiana”, vou organizar a minha primeira manifestação individual, ao abrigo do art.º 47.º da CRA (Constituição da República de Angola), para o mês de Agosto, protestando contra o o actual BI e fazendo valer o meu direito de não tratar um novo Bilhete de Identidade de Cidadão Nacional, enquanto não se proceder a legítima alteração. Além disso, gostaria de esclarecer que este pequeno e sentido artigo serve para comunicar ao Governo Provincial de Luanda que a manifestação ocorrerá nos dias 27 e 28 do próximo mês, no largo da Independência, em Luanda, esperando da sua parte que orientações sejam dadas a fim de instruir a Polícia no sentido de garantir a Ordem e Segurança, durante a minha acção de protesto. Esta será a minha maneira de dizer BASTA, porque, primeiro, se o art.º 23.º diz que “todos somos iguais perante a Constituição e a lei”, logo o Presidente da República actual e o anterior, não podem estar acima da lei, nem acima de mim, enquanto cidadão, pois nem eu nem ninguém não lhes conferiu,

ficha técnica

Propriedade
WT/Mundovideo, Lda.
Reg. n.º 62/B/94

Director
William Tonet

Director Adjunto
Fernando Baxi

Editor-Chefe
António Setas

Chefe de Redacção
Orlando Castro

Editor Cultura
Nvunda Tonet

Editor Economia
António Neto

Editor Política & On-Line
Orlando Castro

Editor Nacional
Fernando Baxi

Editor Sociedade
César Silveira

Editor Desporto
Fernando Baxi

Editor Regiões
William Tonet

Redacção
Tito Marcolino,
Nvunda Tonet,
António Neto,
Antunes Zongo,
Luísa Pedro,

Colaboradores
Arlindo Santana
Sívio Van-Dúnem
Gil Gonçalves
Kassinda Henda
Kuiba Afonso
Wango Tondela
Nelo de Carvalho
Luís Filipe
Patrício Batsikama
Marta de Sousa Costa
Fongani Bolongongo
Domingos da Cruz
Armando Chicoca
Israel Samalata

Fotografia
Theo Kassule
Garcia Mayomona

Edição Gráfica
Francisco da Silva
(Editor Gráfico)
(dsilvafrancisco@hotmail.com)
Vladimir Francisco

Administração & Finanças
Manuela Joaquim

Secretariado & Publicidade
Paula Padrão

Redacção
Rua Cons. Júlio de Vilhena, n.º
24-5.º andar, Apart. 19,
Tels: 222 391 943;
222 394 077; 222 002 052;
Fax: 222 392 289;
Luanda, Angola

E-mails
folha@ebonet.net



ONG PORTUGUESA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE ACUSA

“ENTRADA DA GUINÉ EQUATORIAL NA CPLP DEVE-SE A UM PUNHADO DE CORRUPOTOS”

A organização não-governamental portuguesa Transparência e Integridade alerta que a possível entrada da Guiné Equatorial para a CPLP será a capitulação da entidade lusófona perante “os interesses petrolíferos de um punhado de oficiais corruptos”.

A ONG Transparência e Integridade -- Associação Cívica refere que apesar dos protestos da sociedade civil e das provas reunidas pelas organizações internacionais sobre a corrupção e violação dos direitos humanos na Guiné Equatorial, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) irá permitir a adesão daquele país ao bloco lusófono.

“(…) Os chefes de Estado e de Governo dos oito actuais membros da CPLP não dão quaisquer sinais de sensibilidade às preo-

cupações dos cidadãos e preparam-se para consagrar a adesão do regime do ditador Teodoro Obiang, aliás já recomendada pelos ministros dos Negócios Estrangeiros da Comunidade”, durante a cimeira do bloco, que acontece no próximo dia 23 de Julho, em Díli, salienta a Associação.

De acordo com o comunicado da Transparência e Integridade, “a comissão de preparação da cimeira de Díli, sintomaticamente, é presidida por Luís Amado, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros português e actual presidente do Banif, banco que anunciou já uma tomada de posição relevante da Guiné Equatorial no seu capital”.

Para a ONG, esta adesão, “decidida ao arrepio e nas costas da sociedade civil” dos países de língua portuguesa, é uma violação gritante dos estatutos da CPLP e explica-se pelas “reservas petrolíferas da Guiné Equatorial” e por

uma alegada tentativa de “membros da elite política e económica da CPLP” para criar “um bloco energético que use os negócios do petróleo para alimentar o seu poder pessoal e os mecanismos de corrupção de que têm beneficiado ilegalmente”.

Segundo o documento, “não é por acaso que o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, é o mais entusiástico defensor desta adesão, que somaria Obiang a uma esfera de influência pessoal que se faz sentir entre a elite política portuguesa e junto de outros países lusófonos com interessantes reservas de petróleo e gás, como São Tomé e Príncipe ou Timor-Leste.

Teodoro Obiang e José Eduardo dos Santos ocupam o cargo de Presidente, nos seus respectivos países, desde 1979.

“O próprio primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho, defendeu recentemente uma ‘lusofonia

energética’ para explorar o facto de 25% de todas as novas descobertas de petróleo e gás desde 2005 terem tido lugar em países de língua portuguesa”, indicou a ONG, acrescentando que com este tipo de afirmação, Passos Coelho mostra “de que lado está”. São precisamente os negócios petrolíferos que estão no centro de suspeitas de enriquecimento ilícito e corrupção de altos responsáveis nos países lusófonos, de acordo com a Transparência Internacional.

Bens da família presidencial da Guiné Equatorial foram apresados em França e nos EUA por suspeitas semelhantes, sendo alvo de investigações nestes dois países, assim como na justiça brasileira.

A ONG Transparência e Integridade -- Associação Cívica é a representante em Portugal da rede de ONG anticorrupção Transparência Internacional.

ITALIANA FALOU COM MANIFESTANTES E A SENTENÇA FOI CLARA: **EXPULSÃO**

A sociedade civil angolana está preocupada com a falta de reacção da União Europeia (UE) à expulsão compulsiva de Tirzi Concetta. A coordenadora de um projecto financiado por Bruxelas encontrava-se frequentemente com jovens manifestantes, o que é – convenhamos – um crime contra a segurança do... regime.

A expulsão de Tirzi Maria Concetta, conhecida em Angola por “Ketty”, foi ordenada pelo director José Paulino Cunha da Silva do Serviço de Migração e Estrangeiro, no 30 de Maio de 2014, sem qualquer explicação fundamentada, como recomenda a própria Lei n.º 2/07 de 312 de Agosto, Regime Jurídico de Estrangeiros, mas também, em clara violação ao art.º 158.º do Código Civil, “Dever de Fundamentação”.

Ademais o visto de trabalho, n.º 000563012/SME/14, cedido a 28 de Março de 2014, estava em vigor e só caducaria em Março de 2015 e nesta condição diz a lei, teriam de ser evocadas as eventuais “irregularidade do cidadão estrangeiro em território nacional”, como causa justificativa da medida, mas ainda assim, passível de recurso, quando os argumentos são frágeis, isso segundo a doutrina e o espírito do legislador. Infelizmente a lei é o que este regime menos cumpre e aplica.

Desta forma foi o visto intempestivamente cancelado, por delito de opinião, quando a lesada coordenava um projecto financiado pela União Europeia denominado PAANE II - Programa de Apoio a Actores Não Estatais.

Ademais se algo estivesse mal, quem em primeira



instância e segundo a lei, se deveria manifestar, era o Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento Territorial, responsável pela coordenação e supervisão da implantação do programa. Mas isso é Angola e aqui, diferente do tempo de Mussolini, onde este ditador fazia leis e, pelo menos, as suas, tinha a sensatez de as cumprir, aqui o inverso é que é verdadeiro.

O PAANE II é o sucessor do PAANE I (implantado entre Agosto de 2007 à Dezembro de 2010), programa financiado pela União Europeia de apoio aos actores angolanos, sem recursos e envolvidos em programas teatrais e demais artes cénicas, com foco na reconstrução nacional, na Paz e na luta contra a pobreza.

O êxito do primeiro reconhecido, quer pelo Ministério do Planeamento, como do da Cultura, inspiraram o PAANE II, tendo como alvo as províncias do Uíge, Huíla, Lunda Norte, Benguela e Bié, tendo beneficiado de um financiamento de 500.000,00 Eu-

ros, atribuído pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional, aos 12 de Outubro de 2012.

Segundo o director da organização Open Society em Angola, Elias Isaac, antes disso uma carta terá sido enviada pelas autoridades angolanas à UE explicando que Tirzi Maria Concetta foi alvo de uma investigação e em resultado disso era “persona non grata” no país.

“O único problema é que não conhecemos o teor dessa investigação”, afirma Elias Isaac. “E nem a própria delegação da União Europeia produziu informação sobre esta questão”, sublinha.

Em Angola, no contexto do seu trabalho, a italiana mantinha contactos frequentes com organizações da sociedade civil e também com jovens manifestantes, por exemplo, com membros da Central Angola. Uma das perguntas que agora se coloca é se este terá sido um dos motivos para a sua expulsão. Luaty Beirão, um dos membros do movimento Central Angola, também

não sabe a resposta. Os primeiros contactos com Tirzi Concetta ocorreram no início do ano.

“Recebemos um mail da Ketty propondo um encontro com um rapaz brasileiro, Marcelo Santos, que tinha participado em movimentos semelhantes no Brasil e no Chile e que estava cá como consultor do PAANE, para conversar informalmente, trocar opiniões, experiências. Não havia um tema específico”, recorda.

A ideia era marcar um encontro para que todos se conhecessem. “Conversamos essencialmente com o Marcelo, mas a Ketty estava presente. E fomos falando sobre quem ela era, o que fazia, também falamos um pouco do programa. E ela manifestou interesse em fazer com que nós, os jovens activistas, sem estrutura, nos aproximássemos das poucas ONGs sérias que existem em Angola, e são lideradas por angolanos, criássemos pontes entre as gerações”, conta o jovem activista.

Segundo Luaty Beirão, “Ketty” Tirzi também ser-

viu de ponte entre a Central Angola e a Embaixada da Alemanha em Angola, onde o grupo esteve para simples contactos de trabalho. “Mas sempre foi tudo público, nunca houve secretismo”, salienta.

A falta de reacção à expulsão da Ketty por parte da delegação da UE em Angola deixa espantados alguns activistas angolanos. Elias Isaac da Open Society defende que a delegação da UE, entidade empregadora de “Ketty” Tirzi, tem a responsabilidade de exigir às autoridades mais detalhes, para poder informar a opinião pública.

“Vemos o silêncio da UE como preocupante, até mesmo como uma cumplicidade que não entendemos. Vemos a UE como um espaço onde há promoção dos direitos, onde a transparência é praticada, mas esse silêncio preocupa-nos a todos porque não sabemos o que se passa. Mas a delegação da UE prefere ficar calada”, critica o director da Open Society, salientando que não cabe aos angolanos falar

sobre isso, mas sim à UE. Em Bruxelas, a eurodeputada portuguesa Ana Gomes endereçou uma carta a Catherine Ashton, a Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Andris Piebalgs, comissário para o Desenvolvimento, manifestando a sua preocupação com a inércia da delegação dos 28 em Luanda e pedindo também explicações sobre esta expulsão.

“O trabalho da Sr^a Concetta focava-se nas questões concernentes ao direito dos cidadãos à participação no processo de descentralização e nos direitos económicos, sociais e culturais. Desde a sua fase inicial, o PAANE sempre apoiou a liberdade de expressão, a capacitação de organizações da sociedade civil no manuseamento das novas tecnologias, redes sociais e blogs.

No início de 2014, a Sr^a Concetta teve diversos encontros com profissionais da comunicação, jovens estudantes e, entre eles, os que se denominam Central73II, que têm organizado algumas manifestações desde 2011.

A Sr^a Concetta também colaborou na organização de uma conferência na Universidade Católica de Luanda. A conferência teve como tema central a descentralização e as eleições autárquicas em Angola e incluiu diferentes partidos políticos, igrejas e organizações da sociedade civil como participantes.

No dia 23 de maio, a Sr^a Concetta foi informada, via SMS a partir do SME (Serviço de Migração e Fronteiras) angolano, que o seu visto de trabalho havia sido revogado e que ela teria que abandonar o país em 72 horas.

Depois de ter tentado, sem sucesso, entrar em contacto com o SME para uma explicação, a Sr^a Concetta reuniu-se com as Sras. Filipa Corte Real e Manuela Navarro, da Secção Económica, de Comércio e Apoio Institucional da Delegação da UE em Luanda, no dia 28 de Maio.”

QUANDO A LEI SE TRANSFORMA EM LIXO

Vamos respigar alguns artigos, sobre os quais deveria assentar a decisão do director do SME.

Lei n.º 2/07, de 31 de Agosto

Regime Jurídico de Estrangeiros na República de Angola.

ARTIGO 26.º

(Modalidades de saída)

1. A saída do cidadão estrangeiro do território nacional pode ser voluntária ou compulsiva.
2. Considera-se saída voluntária àquela que o cidadão estrangeiro realiza por vontade e no interesse próprio e é compulsiva aquela que é feita de forma coactiva, no interesse da ordem interna e da segurança nacional.
3. A saída compulsiva pode ser:
 - a) por notificação para o abandono do território nacional;
 - b) por expulsão.

ARTIGO 28.º

(Causas de expulsão)

1. Sem prejuízo dos acordos ou convenções internacionais de que a República de Angola seja parte, pode ser expulso judicialmente do território nacional o cidadão estrangeiro que de entre outros:
 - a) tenha utilizado meios fraudulentos para entrar e permanecer em território nacional;
 - b) atente contra a segurança nacional ou a ordem interna;
 - c) viole os deveres estabelecidos na presente lei, nomeadamente no artigo 9.º;
 - d) desrespeite de modo grave ou reiterado as leis angolanas;
 - e) tenha sido condenado em pena de prisão maior.
2. O cidadão estrangeiro residente, bem como o titular de trabalho em conflito laboral com a entidade empregadora ou que possua cônjuge angolano e filho dele dependente economicamente, só deve ser expulso por decisão judicial.
3. Pode ser expulso administrativamente do território nacional o cidadão estrangeiro que de entre outros:
 - a) tenha praticado actos que, se fossem conhecidos pelas autoridades angolanas, teriam obstado a sua entrada no País;
 - b) não exerça qualquer profissão, nem possua meios de subsistência no País;
 - c) seja titular do visto de trabalho e se vincule a qualquer outra empresa diferente da que o contratou sem prévia autorização da entidade competente;
 - d) tenha sido sancionado com multa e não tenha efectuado o seu pagamento dentro do prazo estabelecido;
 - e) tenha sido condenado em pena acessória de expulsão e reentrado irregularmente no País;
 - f) não cumpra a notificação de abandono voluntário do território nacional.

ARTIGO 30.º

(Entidades competentes para decidir a expulsão)

1. São competentes para proferir decisões de expulsão com os fundamentos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 28.º as autoridades judiciais e o Serviço de Migração e Estrangeiros com os fundamentos previstos no n.º 3 do mesmo artigo.
2. O cidadão estrangeiro sujeito à medida de expulsão judicial fica detido no Centro de Detenção de Estrangeiros Ilegais até à sua saída do território nacional.

ARTIGO 31.º

(Processo de expulsão)

1. Sempre que tenha conhecimento de qualquer facto que possa constituir fundamento de expulsão, o serviço de Migração e Estrangeiros organiza um processo que contenha de forma resumida as provas necessárias à decisão de expulsão.
2. Do processo deve constar, igualmente o auto de notícia que contenha a descrição dos factos que fundamentam a expulsão.
3. Após a sua conclusão, o processo organizado nos termos deste artigo é remetido ao órgão judicial competente, no prazo de cinco dias para julgamento, salvo se se tratar de expulsão administrativa referida no artigo 28.º, que é decidida no prazo de oito dias.
4. Recebido o processo, o juiz deve marcar julgamento dentro das 48 horas seguintes, mandando, para esse efeito, notificar o cidadão estrangeiro e as testemunhas.

ARTIGO 32.º

(Da decisão de expulsão)

1. Da decisão de expulsão, devem constar:
 - a) os fundamentos da expulsão;
 - b) o prazo para a execução da decisão, não pode exceder os 15 dias para o cidadão estrangeiro residente e oito para o não residente;
 - c) o prazo não inferior a cinco anos, durante o qual é interdita a entrada em território angolano;
 - d) o país para onde o cidadão estrangeiro deve ser expulso.
2. A execução da decisão de expulsão implica o registo do expulsando na lista nacional de pessoas indesejáveis nos termos do artigo 15.º

E agora Senhores?

Como se pode verificar a lei foi mandada as urtigas, por quem tem a obrigação de aplicar a norma, com o mínimo de bom senso, mas infelizmente não foi o caso e como a cidadã italiana não tinha falado, até aquela altura com os membros da JMPLA, eis que a mão pesada do comité de especialidade dos agentes de Migração do SME, decidiu violar a lei.

MINISTRO DO INTERIOR NÃO OUVIU PGRE...

DNIC ABANDONOU INVESTIGAÇÃO DO “CASO MILOCAS PEREIRA”

A Segundo o Committee to Protect Journalists (CPJ), 10 jornalistas foram mortos em Angola desde 1992. Eis aqui a seguir, *ipsis verbis*, o texto, dum comunicado divulgado no mundo inteiro pela imprensa internacional a propósito da asserção dessa ONG: «A total of 10 journalists have been killed in Angola since 1992, according to the New York-based Committee to Protect Journalists, Alberto Graves Chakusanga, Radio Despertar, September 5, 2010, in Luanda; Stanislas Ocloo, Télévision Togolaise, January 9, 2010, in Cabinda; Simao Roberto, Journal de Angola, June 5, 1998, in Luanda; António Casemero, Televisão Popular de Angola, October 30, 1996, in Cabinda; Ricardo de Mello, Imparcial Fax, January 18, 1995, in Luanda; Artur Gilela, Radio Nacional de Angola, June 16, 1994, in Kuito; Elpidio Inácio, Televisão Popular de Angola, August 23, 1993, in Kuito; José Manuel, Benguela Province Rádio, May 1, 1993, in Benguela; Jose Maria dos Santos, Radio Morena, May 1, 1993, in Benguela; Fernando Marcelino, Jango, October 20, 1992, in Huambo...»

Este apanhado não exaustivo da mortandade em Angola sob o regime de MPLA/JES, contradiz com macabra ênfase o arrote verbal do chefe de Estado angolano, quando num dos seus “panfletos sonoros” afirmou que em Angola há liberdade de



opinião e de imprensa. Por outra, os assassinatos cometidos, mas não assumidos pelo nosso tenebroso regime, nove

fora os jornalistas abatidos a sangue frio, constituem uma já longa lista desde o 27 de Maio de 1977, passando por várias

“Sextas-Feiras Negras”, a “Guerra de Luanda e, depois, na pax angolense instalada por JES, num florilégio de assassinatos,

Pois é, mas o que se passou e continua a se passar é que essa ONG guineense está lá ao longe e os seus apelos, exortações e desejos são letra morta. Se ela pudesse ir de visita à DNIC encontraria no tal Departamento de Crimes contra Pessoas uma maioria de operacionais desmotivados e quase sem moral para continuar a investigar o caso Milocas. Com efeito, os operativos Benchimol Luís, David Filipe, Pedro João e Caetano Mufuma, acreditam não valer a pena fazer esforços para aprimorar a conduta, primeiro, porque o prometido é ignorado, segundo, a Polícia está mesmo a admitir muitos incompetentes e até bandidos, que ameaçam a integridade dos quadros antigos.

entre os quais se destacam o de Mfulupinga N’landu Víctor, os pseudo-desaparecimentos de Elias Cassule e Alves Kamlingue (assassinados por homens do SINSE e um deles lançado como matabicho aos jacarés do rio Dande), a misteriosa morte do Eng. António Belarmino Brito no edifício novo da Sonangol, de cujo processo-crime apenas restam lembranças porque, pura e simplesmente, desapareceu!, isto sem falar do misterioso sumiço de Milocas Pereira, entre outros! Ora, é precisamente deste último caso que vamos aqui discutir.

DESAPARECIMENTO OU ASSASSINATO DA JORNALISTA

Ana Pereira, mais conhecida por Milocas Pereira, jornalista, docente universitária, conotada como membro da família do herói guineense Amílcar Cabral, ligada maritalmente a um dos generais que protagonizou um golpe de Estado na Guiné Bissau e residente em Luanda, foi raptada em 2012 e, desde o início, tudo indicava que tinha sido assassinada. “Tempos depois do seu desaparecimento, recebemos uma informação da existência de um cadáver, mal enterrado, nos arredores de Luanda. Deslocamo-nos ao local, desenterramos e verificamos ser do sexo feminino, apresentando sinais de tortura e violência, inclusive nos dedos, onde os anéis lhe tinham sido tirados à força”, disse ao F8, um investigador da DNIC.



Por outro lado, segundo o que foi anunciado pelas autoridades angolanas, o processo de investigação estava no Departamento Crime Organizado da DNIC desde essa altura, mas, dada a lentidão da investigação, por orientação superior após a descoberta dos assassinos de Cassule e Kamulingue pelos oficiais e agentes do Departamento de Crimes Contra Pessoas, decidiu-se a passagem do “Caso Milocas” para este Departamento, que passou a ter como missão investigar as motivações que estariam por trás do desaparecimento da jornalista.

O resultado foi nulo, porque os oficiais de serviço, por existência de problemas internos, fizeram ouvidos de “mercador” à orientação dada e, por via disso, o seu cumprimento atingiu níveis próximos do esquecimento, parou, e hoje ninguém quer saber do destino de uma pessoa que desapareceu do nosso convívio.

AS RAZÕES DO INCUMPRIMENTO

Aquando do “Caso Cas-

sule e Kamulingue”, os oficiais da DNIC, que conseguiram desvendar os enigmas, foram recebidos nessa altura, por três individualidades de peso, o general Manuel Helder Vieira Dias, Kopelipa, da Casa Militar do Presidente da República, o procurador-geral da República, João Maria Moreira de Sousa e o ministro do Interior, Angelo Veiga. Por sugestão de João Maria Moreira de Sousa, foi proposto que o Ministério do Interior agraciasse com um grau na carreira policial ou Certificado de Mérito, os diligentes agentes que permitiram destapar um assunto (o caso Cassule e Kamulingue) que estava escondido no estômago dos jacarés.

No encontro, com estas personalidades estavam presentes os oficiais operativos da DNIC, Luís Benchimol, DVD e “Receado”, chefe de Departamento dos Crimes Contra Pessoas, a quem o Ministro de tutela prometeu proceder a contendo do sugerido estímulo. Mas, passa o tempo, o ministro esquece a promessa feita ali e vira-se para acolá, decidindo promover o subcomis-

sário Victor Andrade ao grau de Director Nacional Adjunto da DNIC e Fernando Receado, graduado superintendente-chefe, ao patamar de Chefe Nacional do Gabinete Central de Operações da DNIC... Aliás, reconheça-se, é uma promoção merecida, pelo menos esse é o sentimento de muitos operativos.

No entanto, os laureados virtuais, que estão muitas vezes na linha da frente, esperavam que o ministro fosse escravo das suas palavras e aproveitasse a ocasião para conceder, pelo menos, um “Certificado de Mérito”, não uma casa no Kilamba ou uma viatura, apenas um simples reconhecimento. Mas nada aconteceu, tudo se passou como se nada tivesse acontecido em termos de concretização real num dos casos mais mediáticos dos últimos tempos.

Este é pois um dos motivos, que levou a que a investigação sobre o desaparecimento ou assassinato de uma cidadã, profissional da comunicação social de um dos países da CPLP, esteja hoje vergonhosamente paralisada, numa clara demonstração

de o regime não respeitar a vida e os Direitos Humanos.

SOBRAS VIRTUAIS DA REALIDADE ANGOLANA

Nesta passada do faz que faz e não faz e do diz que fez e não fez, mas se inaugura, mesmo estando oco ou inacabado, lá ao longe, nos primeiros dias de Abril do ano em curso, reagiu a Liga Guineense dos Direitos Humanos, a exortar o Procurador-Geral da República de Angola, João Maria de Sousa, para abrir “inquéritos urgentes, transparentes e conclusivos” sobre a morte de dois cidadãos guineenses em Luanda, designadamente referentes ao esclarecimento cabal das circunstâncias da morte do cidadão António Maurício e do paradeiro de Milocas Pereira (...), isto sem falar do engenheiro civil que residia em Portugal e fazia prospecção de negócios em Angola, onde foi detido no dia 11 de Março e 12 dias depois da sua detenção, a 23 de Março 2014, foi encontrado morto nas instalações da polícia an-

golana em circunstâncias por apurar.

Na carta aberta, essa organização não-governamental (ONG) de defesa dos direitos humanos afirma acompanhar “com enorme preocupação na imprensa angolana e internacional denúncias de casos de violações dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos guineenses residentes em Angola”.

Subscrita pelo presidente da Liga, Luís Vaz Martins, a carta aberta refere ainda a morte, ocorrida “em circunstâncias por esclarecer” de António Maurício Bernardo, “numa das celas na 23ª esquadra da Polícia Nacional, pertencente à divisão da Samba (Talatona), no passado dia 19 de Março”.

“Sem a mínima pretensão de apurar a responsabilidade antes do tempo”, acrescenta a carta aberta, “não existe margem para dúvidas que os casos constituem actos de violações graves dos direitos humanos e atentados contra as convenções internacionais, as quais fazem parte da ordem jurídica da República de Angola”.



QUANDO SE É MEMBRO DO REGIME EMPRÉSTIMO DO BESA VIRA OFERTA

O Banco Espírito Santo de Angola (BESA) tem sido, e só deixará de ser se falir ou se o país passar – o que é uma hipótese remota – a ser um Estado de Direito, uma estrutura de doação de milhões de dólares aos membros da elite do regime. Com o título legal de empréstimos, o banco empresta tudo o que os líderes do MPLA querem e, depois, estes não pagam porque, afinal, o regime transforma essa dívida em oferta. Do ponto de vista da seriedade trata-se de um roubo, de um crime. Mas para o “escolhido de Deus” e seus súbditos nada mais é do que um investimento. Vejamos um caso concreto que, em abono da verdade, deve ser mul-

tipicado por muitos outros. Muitos mesmo. O vice-presidente do MPLA, Roberto de Almeida, terá recebido um suposto empréstimo de 10 milhões de dólares para construir um edifí-



cio num terreno ao lado da sua residência na Rua Rei Katiavala, em Luanda. Até aqui tudo normal, não fosse a anormalidade de conseguir do “pé para a mão” um montante que está vedado à esmagadora maioria do Povo angolano.

Mais tarde, quando alguém, supostamente convencido de que o BESA era uma instituição séria e credível, solicitou o cumprimento relativo ao empréstimo, ou seja o seu pagamento, Roberto de Almeida terá alegado – certamente com base a cobertura institucional do partido e do regime – que os 10 milhões de dólares tinham sido uma oferta. Oferta, é claro, do banco. Nada mais natural, ou não fosse ele vice-presidente do MPLA e figura grada da nomenclatura

que tomou conta do país e o entende como um feudo.

Ao todo, embora o apuramento da verdade seja uma missão impossível que, ao que tudo indica, será atirado para as calendas, o BESA emprestou mais de 5,7 mil milhões de dólares a conhecidas figuras do regime que, como se sabe, está acima da lei. Ou melhor, ele é a própria lei. Na lista dos beneficiários destas ofertas, citando Roberto de Almeida, estão vários membros do Bureau Político do MPLA. Mas a lista real é desconhecida porque, à boa maneira de qualquer ditadura que se preze, desapareceu em combate. Provavelmente 745 milhões de dólares foram parar às mãos de Álvaro Sobrinho, presidente daquele banco até 2012.

É justo. Ladrão que rouba ladrão, diz-se, tem 100 anos de perdão.

A fonte de F8, no BESA, garantiu que a maioria dos membros do Bureau Político do MPLA, dentre os quais, os abaixo, obtiveram empréstimos na casa dos 10 milhões de dólares, Maria Mambó Café, Ferreira Pinto, João Lourenço, Fernando da Piedade Dias dos Santos, Júlio Martins, França Ndalú, Roberto de Almeida, Ferreira Neto, Pitra Neto. A nível do comité central do MPLA, empresários do regime, alguns generais das FAA e da Polícia Nacional, têm empréstimos na casa dos 5 a 8 milhões de dólares.

Como se pode verificar, são algumas das ilustres figuras que ocupam o galarim do regime e, por inerência, também a lista dos beneméritos cidadãos que, de forma impoluta, ajudaram o BESA a acabar com a apologia fascista de Robin dos Bosques, dando milhões de dólares à sua nobre tarefa de tirar aos pobres para dar aos ricos. No entanto “é bom que se diga, que um dos grandes responsáveis pela derrocada financeira, foram as empresas do MPLA, durante a campanha eleitoral, onde terão sido financiados cerca de 320 milhões de dólares, sendo um dos grandes responsáveis por esta engenharia, o empresário Eugénio Neto”, disse. Por outro lado, afirmou, “Welwitschia dos Santos, o marido sr. Pego e o irmão Coreon Du, são também beneficiários em cerca de 50 milhões de dólares, algum deste dinheiro foi aplicado, na aquisição de herdades agrícolas, em Portugal, uma das maiores, na zona de Aveira de Cima, na Grande Lisboa”, esclareceu. “A clínica do MPLA - Luanda Clinic Center, no largo Serpa Pinto, cujo mandatário é Dino Matross, também é um dos beneficiários, com mais de 20 milhões de dólares. Na realidade, nenhum empresário ou cidadão,

que não esteja identificado ao MPLA beneficiou de empréstimos, tão descomunais e a maioria sem qualquer tipo de garantia. A capitalização pelo Estado, como garantiu o Presidente da República é a clara demonstração de que há muito o regime já sabia a crise do BESA, daí ter nomeado para presidente do Conselho de Administração Paulo Kassoma, pois a sua indicação não foi inocente. Ele é capaz de desviar e esconder tudo quanto esteja relacionado com o Presidente da República”. Com todo este imbróglio,

até porque o segredo é a alma do negócio e beneficia de arquivos que terão sido destruídos, qualquer investigação sujeita-se a condenar os pilha-galinhas e a ilibar o dono do aviário. Isso não impede que fontes que requerem, pudera!, o anonimato vão revelando que, por exemplo, Marta dos Santos, empresária de elite por ser irmã do Presidente da República, em estreita colaboração com o construtor português José Guilherme, tenha sacado uma doação, ou crédito a pagar daqui a 100 anos, de 800 milhões

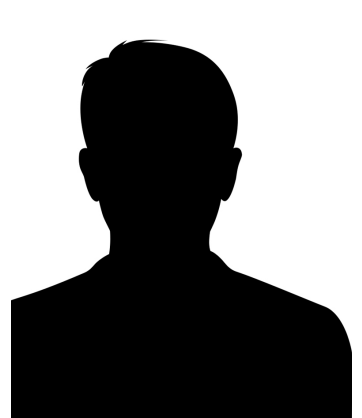
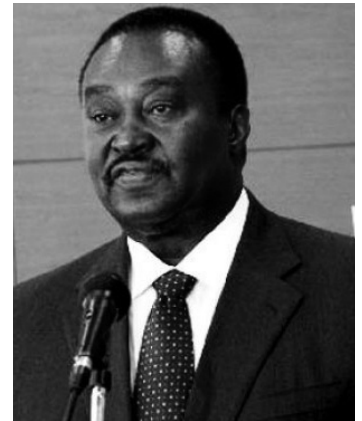
de dólares para construir um conjunto de edifícios na rua da Universidade Óscar Ribas, em Talatona, Luanda.

Perante o alarme que soou por todos os lados, nomeadamente no BES em Portugal e na sua estrutura internacional, o regime resolveu com o dinheiro do erário público, ou seja de todos nós, emitir uma garantia soberana de 5 mil milhões de dólares que visa, numa primeira fase, tapar o buraco no BESA e do qual foi o principal beneficiário. É uma tentativa de acalmar as hostes internacionais, ganhar tempo para desco-

brir bodes expiatórios de nula relevância e garantir que os verdadeiros devedores nunca serão legalmente conhecidos. Assim o regime JES, empresta a sua competência irresponsavelmente, responsável, no desvio de milhões e milhões de dólares, dos cidadãos angolanos, para os bolsos de uns poucos do regime, que numa década dão calotes milionários, primeiro na CAP - Caixa Agro - Pecuária, e, agora no BESA, uma instituição bancária nascida, descaradamente, com conotações políticas partidárias.

***Voltaremos.**

OS BENEFICIÁRIOS





APENAS E SÓ A PONTA DO ICEBERG



Que a crise abalroa Portugal não é novidade. Mas o caso BES, com as suas diferentes variantes, pode pôr a nu a vulnerabilidade do próprio sistema bancário europeu. Escândalos, negociatas e cor-

rupção são ingredientes que não faltam. A história, gloriosa durante décadas mas que agora revela um gigante com pés de barro, dos mais de 145 anos do Banco Espírito Santo (nasceu em 1869 com operações cambiais e jogos de lotaria) terá agora entrado numa fase que pode ser rotulado

como o princípio do fim. “O Banco Espírito Santo (BES) é constituído por um grupo de três empresas inter-relacionadas, que estão nas mãos dos mesmos donos, que emprestam dinheiro e cometem fraudes entre si”, afirma Marco António Moreno, considerando que se trata de um sis-

tema “que sobreviveu à custa de escândalos e corrupção com o dinheiro público durante décadas”. O Banco Espírito Santo está cotado na Bolsa de Valores de Portugal, sendo uma das suas principais entidades, dado que é o maior banco de Portugal. O seu accionista maioritário, o Espírito

Santo Financial Group, possui 25% das acções do BES. A empresa de matriz privada, Espírito Santo International, é proprietária de 49% do Espírito Santo Financial Group (e, portanto, dona do Banco Espírito Santo). “Esta é a empresa que não cumpriu com os pagamentos ao BES, dei-

xando-o numa situação muito precária. Desde que eclodiu o escândalo de corrupção em Angola, que levou o Estado angolano a chegar-se à frente com uma garantia soberana, a situação da banca encontra-se nas trevas. É muito o dinheiro que fluiu para maus empréstimos que nunca serão devolvidos, e isso é o que deixa sob tensão os balanços do Espírito Santo. Como é habitual, os contribuintes e os aforradores europeus podem ver-se obrigados a pagar pelos pecados de gente sem escrúpulos”, diz Marco António Moreno na análise que faz no “El Blog Salmón”.

Diz Marco António Moreno que “o ramo de Angola do enfermo Espírito Santo fez empréstimos no valor de 5.700 milhões de dólares que não foram devolvidos. Os actuais administradores tiveram que admitir recentemente que não sabem para quem foi o dinheiro nem que propósito tinham os empréstimos. As garantias mal foram depositadas, e as que foram depositadas, já foram libertadas. No entanto, e para a amargura de muitos, só o ex-administrador em Angola do BES embolsou 750 milhões de euros sem nenhuma evidência de os ter empregue numa empresa legítima. Agora reconhece-se que os principais problemas do BES têm que ver com esta corrupção que concedeu empréstimos ilícitos e fraudulentos, ao amparo da frágil regulação do sistema, e da garantia de 70 por cento do banco central angolano”.

De facto foi isto que criou a bolha de créditos sem garantia, levando a que quando chegaram as vacas magras o banco ficou na ruína. E “como os anos seguintes não permitiram uma acumulação sistémica, mecanismos certos para enfrentar a crise, ou taxas de crescimento que empurrem por si só o alívio financeiro, a situação continua a ser de grande precariedade, demons-

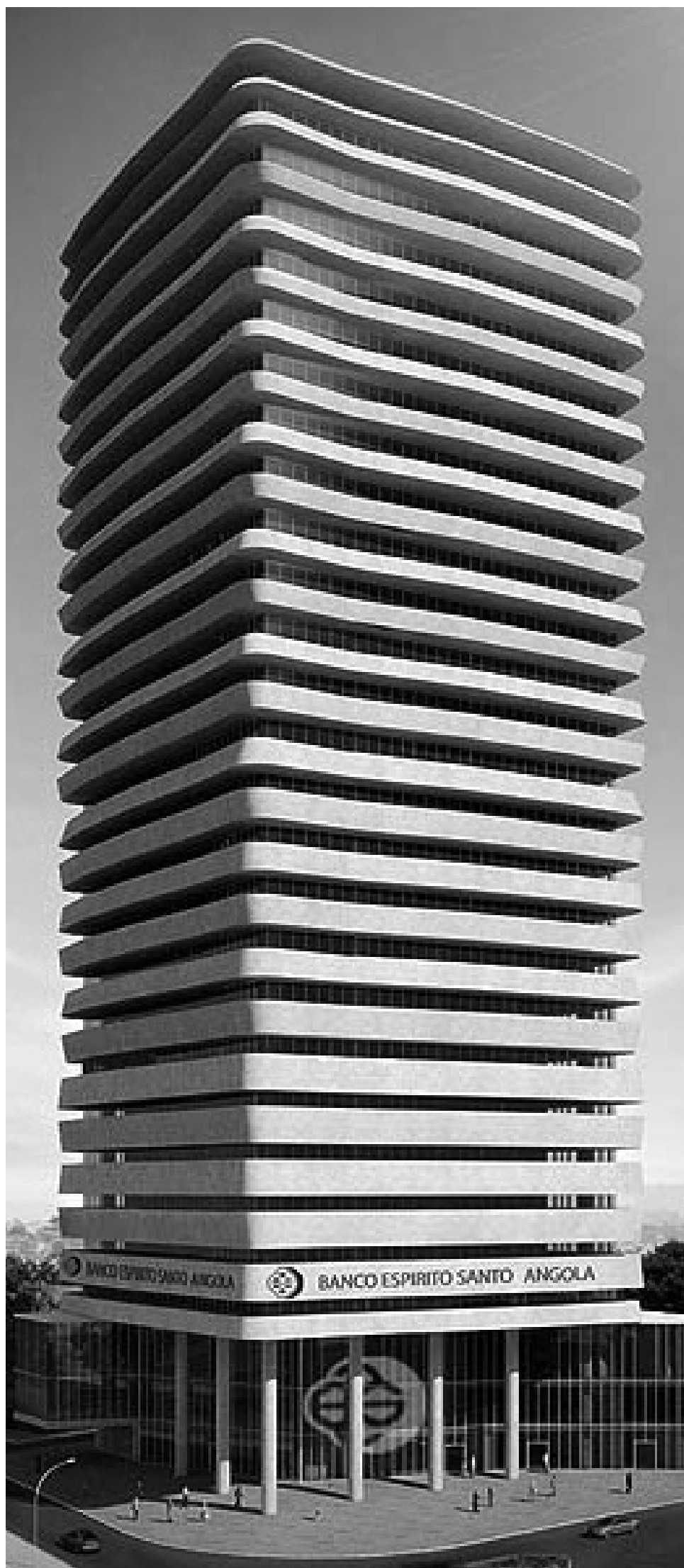
trando que o emblemático Espírito Santo é uma instituição em bancarrota e amparada pelas torrentes de liquidez do Banco Central Europeu”.

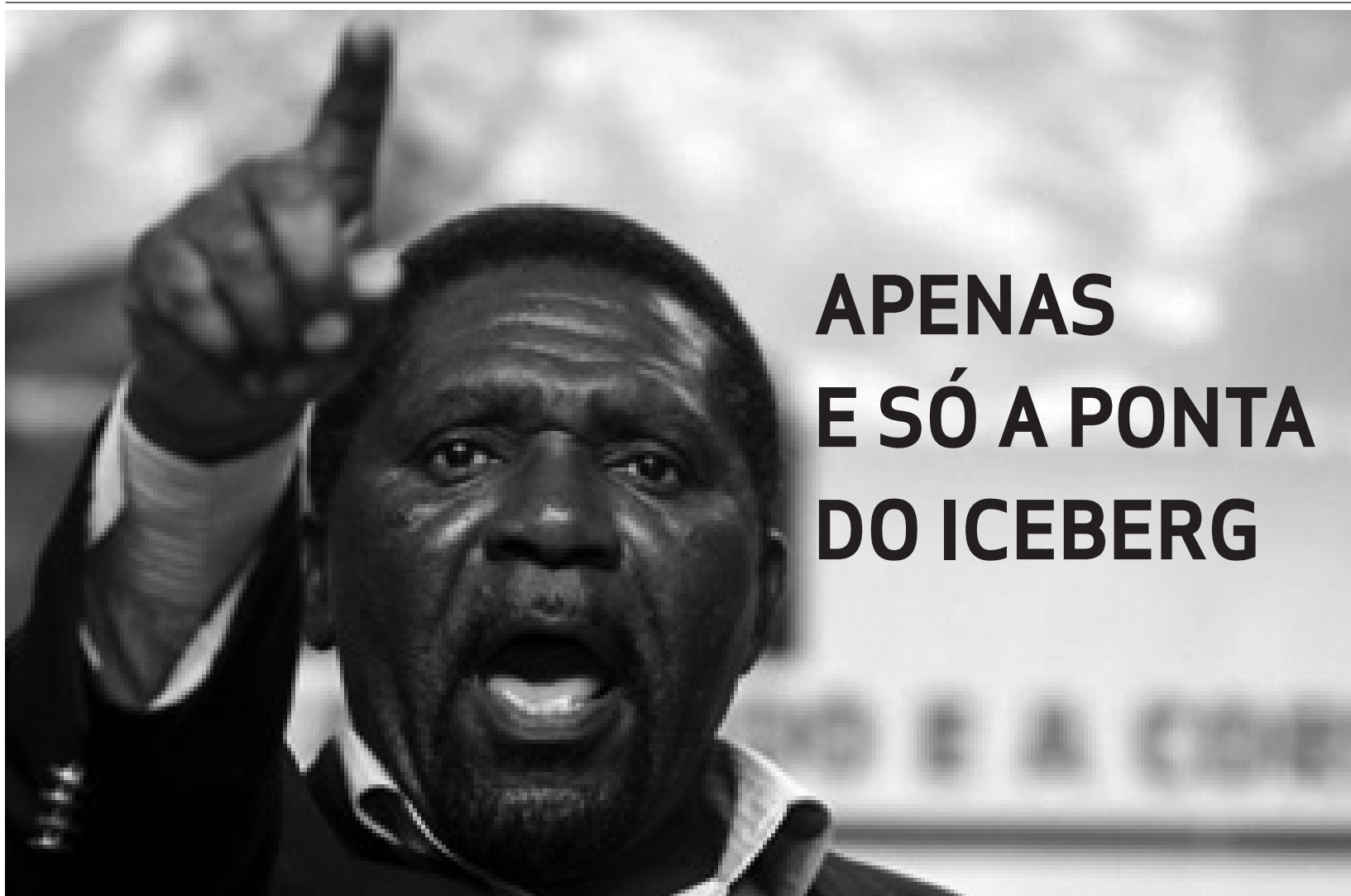
Neste contexto, sendo que Portugal revelou ser uma eficaz e incontrolada lavandaria, “o governo de Angola deu ao banco uma “garantia pessoal” que ascende a 70% dos empréstimos do banco”. No entanto, “existem dúvidas a respeito de se o banco pode manter a solvência no caso de uma crise, inclusive com a garantia do governo angolano”.

Ao que tudo indica, a razão da garantia oficial de Angola prende-se com o valor dos empréstimos outorgados a figuras poderosas do regime, de várias centenas de milhões de dólares. Este é, por isso, um montante que nunca mais será devolvido aos cofres do BES, admitindo-se como provável que os contribuintes europeus venham, mais uma vez, a ser chamados a resgatar a instituição.

Marco António Moreno aponta um outro ponto de conflito do BES que tem a ver com o facto de o banco ter emprestado mais de 1 bilião de euros às empresas matrizes ligadas aos donos do banco: “Isto induz a que, em caso de qualquer incumprimento destas empresas, a totalidade do banco pode afundar-se como um Titanic, dado que a fraude foi confeccionada pelos seus próprios donos”.

Apesar do estoíro recente, os problemas do BES vêm de longa data e a ginástica financeira entre as empresas da holding é muito bem conhecida pelos investidores. Apos-tam cada vez que o BCE injecta o dinheiro, para depois fazerem corridas e deixarem o banco em pior posição. O caso do Espírito Santo é só, provavelmente, a ponta do iceberg e há mais bancos em situação precária que podem desencadear num tsunami financeiro à primeira queda importante de um banco europeu.





APENAS E SÓ A PONTA DO ICEBERG

O líder da UNITA acusa o Executivo de ter prestado garantias soberanas a empréstimos do Banco Espírito Santo Angola (BESA) superiores ao limite previsto e quer ver o caso esclarecido no Parlamento. Isaias Samakuva referiu-se ao processo em torno do BESA para recordar que, enquanto titular do poder Executivo, o Presidente da República está “autorizado” a conceder “garantias do Estado a operadores económicos nacionais” para desenvolvimento “de projectos de significativa importância”. O líder da UNITA disse que esse limite está fixado em 245 mil milhões de kwanzas (1,8 mil milhões de euros), numa alusão à Lei do Orçamento Geral do Estado para 2014 e salientou que o Governo nunca confirmou ou desmentiu a informação -, que no caso do BESA essa garantia terá ultrapassado esse valor.

“Ora, segundo informa-

ção do Banco Espírito Santo tornada pública, a República de Angola já prestou uma garantia soberana muitíssimo superior - fala-se mesmo de 5 mil milhões de dólares - para o Estado pagar o crédito mal parado”, criticou Samakuva.

Desconhece-se contudo quando e em que condições é que essa alegada garantia soberana terá sido atribuída pelo Governo angolano ao BESA. Em causa estão relatos de um volume de crédito malparado naquele banco, controlado maioritariamente pelo Banco Espírito Santo português, que pode atingir os 5,7 milhões de dólares e que terá sido alvo de cobertura parcial por uma garantia soberana do Estado angolano.

“Apesar disso nós encontramos estradas paradas, sem serem reparadas porque os empreiteiros dizem que não receberam dinheiro e alguns chegaram mesmo a retirar as máquinas de terraplanação”, afirmou Samakuva, admitindo “levar o

assunto à Assembleia Nacional”, apesar de reconhecer que nesta altura o partido “ainda não tem todos os dados”.

“Estamos a acompanhar o caso. De qualquer modo, operações desta natureza retiram crédito à banca nacional e ao executivo, tudo deve ser feito dentro das regras e Assembleia Nacional consultada”, rematou Isaias Samakuva.

De facto, ninguém sabe, e os que sabem estão amarrados uns aos outros, o valor real da dívida do BES Angola ao BES. Em Portugal fala-se de 3 mil milhões de dólares, mas pode ser o dobro. Certo é, contudo, que esses créditos nunca vão ser pagos. Pelos vistor o rasto dos seus beneficiários perdeu-se nos blindados sigilos dos paraísos fiscais ou, ainda, nas tubagens das universais lavandarias, estas sempre ávidas de lavar mais branco.

Seja como for, e dando como uma verdade imutável que o pão dos pobres quando cai ao chão... cai sempre com a man-teiga virada para baixo,

a crise do Banco Espírito Santo criou uma onda de choque nos investidores, mesmo quando ninguém sabe se o que se passa no Grupo Espírito Santos é um buraco, um buracão, uma cratera ou simplesmente um tsunami doas maiores até hoje visto. Dizem os especialistas, como é o caso dos que escrevem no “Financial Times”, que “alguns estimam que os créditos e outras exposições poderiam deixar o BES com um défice de capital de 3 mil milhões de dólares”. Provavelmente a precisão ainda não chegou sequer ao adro. Todos os dias surgem novas revelações de mais buracos. Mesmo assim, o pior não é revelado. O bombeiro de serviço, escolhido pelo Banco de Portugal e apadrinhado pelo Governo (ou terá sido ao contrário?), Vítor Bento, tenta apagar o monumental incêndio, tendo luz verde para usar todos os meios necessários. Só falta saber se, no cômputo final, o doente vai morrer da doença ou da cura.

Sabe-se, ou vai se sabendo, que o BES emprestou ao BES Angola cerca de 3 mil milhões de euros. “Cerca de” é uma fórmula ortográfica que, neste caso, dá cobertura a qualquer número, seja ele oito ou oitenta. A maior parte deste crédito, ou mesmo a totalidade, nunca será pago. Parte deste crédito está coberta, em termos contabilísticos, por uma garantia do Governo de Angola, que deverá assumir o controlo do BESA.

O descalabro do Grupo Espírito Santo obrigaram a família, desde sempre ao leme do banco, a vender 4,99% da sua participação, passando por isso de 25% para 20,1%. A isso foi obrigada pelo banco de investimento japonês Nomura, que recebera essas acções “como crédito para emprestar à família o dinheiro usado no aumento de capital feito no mês passado”.

Mas há mais notícias de Lisboa e que têm reflexos por cá. A referida participação de 20,1% afinal está também ele penhorada “e tem de ser retida para fazer



CARTA DE ANA GOMES

ENCONTRADAS IRREGULARIDADES NO ESFG (*)

face à emissão de obrigações permutáveis realizadas pelo ESFG (Espírito Santo Financial Group S.A) em Novembro de 2013”, segundo um comunicado emitido pela holding. Por tudo isto, a família Espírito Santo perdeu o controlo do BES e passa a ter uma posição marginal no respectivo capital.

Também o pouco claro empréstimo feito pela PT à Rioforte, holding do Grupo Espírito Santo (GES), de 897 milhões de euros em papel comercial está na berra, tendo o próprio ministro brasileiro das Comunicações, Paulo Bernardo, garantido à Reuters que se a situação não for regularizada, os termos da fusão com a empresa brasileira Oi vão ser revistos.

“Se o dinheiro voltar, tudo bem. Se não voltar, evidentemente que o Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES) e os accionistas da Oi vão querer discutir a operação de fusão e a composição acionista”, assegurou Paulo Bernardo.

“O grupo financeiro Espírito Santo, uma holding portuguesa com sede no Luxemburgo é um dos líderes financeiros e aglomerados industriais de Portugal, com grandes investimentos na Europa, África, Américas e Ásia, reportou recentemente “graves irregularidades” nas contas da sua empresa-mãe, a Espírito Santo International. As irregularidades identificadas incluem “omissão da contabilização de riscos”, e “sobrevalorização de bens” que levaram um auditor externo a concluir que a “ESI está numa grave situação financeira”. Numa entrevista ao jornal Expresso, o responsável financeiro no Luxemburgo explicou que as contas foram manipuladas pelo menos desde 2008, precisamente para evitar controlo das entidades de supervisão em Portugal (CMVM e Banco de Portugal), com conhecimento e seguindo ordens do presidente Ricardo Salgado e de outros administradores do BES, a parte financeira do ESI. O procurador do Luxemburgo iniciou formalmente uma investigação, enquanto a procuradoria portuguesa anunciou estar apenas a “seguir o caso”. Por outro lado, o BES Angola, o banco angolano subsidiário do ESFG, tornou-se recentemente foco de atenção, devido a ter emprestado mais do dobro do valor dos seus próprios depósitos nos últimos dez anos a beneficiários desconhecidos, alegadamente altas individualidades do regime angolano, sem critério e sem garantias. Esta situação financeira levou à criação da garantia soberana de mais de 5 biliões de euros pelo estado angolano como forma de proteger o banco.

Tendo em conta os riscos que coloca aos sistemas bancários português e europeu, eu solicito-lhe, como responsável do EBA, que tem sob sua responsabilidade a promoção da convergência das práticas de supervisão, pela avaliação de riscos e vulnerabilidades no sector bancário da UE e pela investigação de alegadas aplicações incorrectas ou insuficientes da lei da UE por parte das autoridades nacionais, que dê início a uma investigação incluindo não apenas irregularidades das instituições financeiras em questão, mas também o comportamento e resposta das entidades de supervisão em Portugal. De notar que até este momento, nenhuma investigação judicial foi formalmente aberta e nenhuma interdição foi declarada pelo Banco de Portugal ou pela CMVM contra os principais executivos do ESFG/GES/BES.

Solicito-lhe ainda que pressione os reguladores portugueses a agir de forma independente e eficaz no reforço das leis nacionais e da UE, fornecendo a maior protecção possível aos depositantes, investidores e consumidores.”

(*) Carta de eurodeputada portuguesa Ana Gomes a Andrea Enria, Chairperson of the European Banking Authority (EBA), enviada em 19 de Junho de 2014.

DIÁLOGO E RECONCILIAÇÃO SIM MAS APENAS PARA OS DE FORA



O regime angolano apoia o diálogo e a reconciliação. Apoia nos outros países que são governados pelos amigos. Certo é que faz no exterior o que se nega a praticar no país. Mais uma vez vale a regra herdada de que todos devemos olhar para o que diz e não para o que faz. Mas assim não vale. Todos sabemos que a pele de lagartixa esconde um jacaré insaciável.

“Viemos mais uma vez falar com o Presidente José Eduardo dos Santos para lhe fazer um ponto de situação sobre o que se está a passar no nosso país. Estamos aqui para mais

uma vez ouvir os seus conselhos sábios. Como sabem, o Presidente José Eduardo dos Santos tem-nos ajudado através de conselhos mas também em relação ao apoio téc-

nico”, declarou André Nzapayéké, primeiro-ministro do governo de transição da República Centro Africana (RCA) no final de mais um encontro que, pelas palavras

e salamaleques usados, se enquadra num manifesto acto de submissão e de bajulação ao Presidente da República.

No âmbito do Fórum de Reconciliação Nacional e

Diálogo Político, a ter lugar de 21 a 23 deste mês em Brazzaville, André Nzapayéké não poderia deixar de vir a despacho com Eduardo dos Santos, desde logo porque os líderes da RCA sabem que a opinião do presidente angolano, seja no contexto africano ou mundial, tem força de lei. Por alguma razão ele está no poder desde 1979 sem nunca ter sido nominalmente eleito. Quanto ao cessar-fogo e ao fim das hostilidades, quem melhor do que Eduardo dos Santos para falar de cátedra e com resultados visíveis?

Quando André Nzapayéké diz que “há um consenso geral e generalizado de todas as individualidades envolvidas



nesse processo, porque pensamos que depois de tantos anos de sofrimento e de luta haja mais pessoas dispostas a continuar nesse caminho”, está a repetir a realidade que todos nós conhecemos. Realidade essa que pode ser contado com os mais ínfimos pormenores por quem, para além de agora ser líder em exercício da Conferência Internacional sobre os Grandes Lagos (CIRGL - Angola, Burundi, RCA, Congo, RDCongo, Quênia, Uganda, Rwanda, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia e Zâmbia), também é chefe do Governo e presidente do MPLA.

Segundo o primeiro-ministro, o Governo de transição da RCA procura congrega todas as forças para que se sentem à volta da mesma mesa, em Brazzaville, para ultrapassar as diferenças. Diz, afinal, o que dizia Eduardo dos Santos antes da capitulação inglória e precoce da UNITA: “Pensamos que, depois de tantos anos, não há mais motivos para continuar a lutar e perpetuar o sofrimento do nosso povo. Acreditamos que ficará ultrapassado”.

André Nzapayéké é bem claro: “O Presidente José Eduardo dos Santos tem ajudado muito na sua qualidade de um dos líderes da Comunidade Económica dos Estados da África Central e não é só pelos seus sábios conselhos, mas também pelo apoio técnico que têm valido bastante ao Governo de Transição”. E perante tão esclarecedor acto laudatório, igualmente difundido pelos órgãos do regime com o máximo de decibéis, é evidente que terão todo o apoio do regime.

É certamente que Eduardo dos Santos gostou de tese de André Nzapayéké para quem é necessário, urgente e imperativo, reforçar o contingente militar para garantir a segurança das populações e inibir os casos de violência.

“Estamos empenhados em encontrar a paz, mas

isso não afasta a necessidade de aumentar o contingente militar para ajudar a melhorar o que está a ser feito”, declarou o primeiro-ministro da RCA, para quem os actuais seis mil efectivos do MISCA, força da União Africana, e perto de dois mil franceses, não chegam para cobrir os 26.223 quilómetros quadrados do território.

E enquanto nos areópagos da política africana, com merecido destaque para Luanda, se defende a tese de que a paz só se consegue pondo a razão

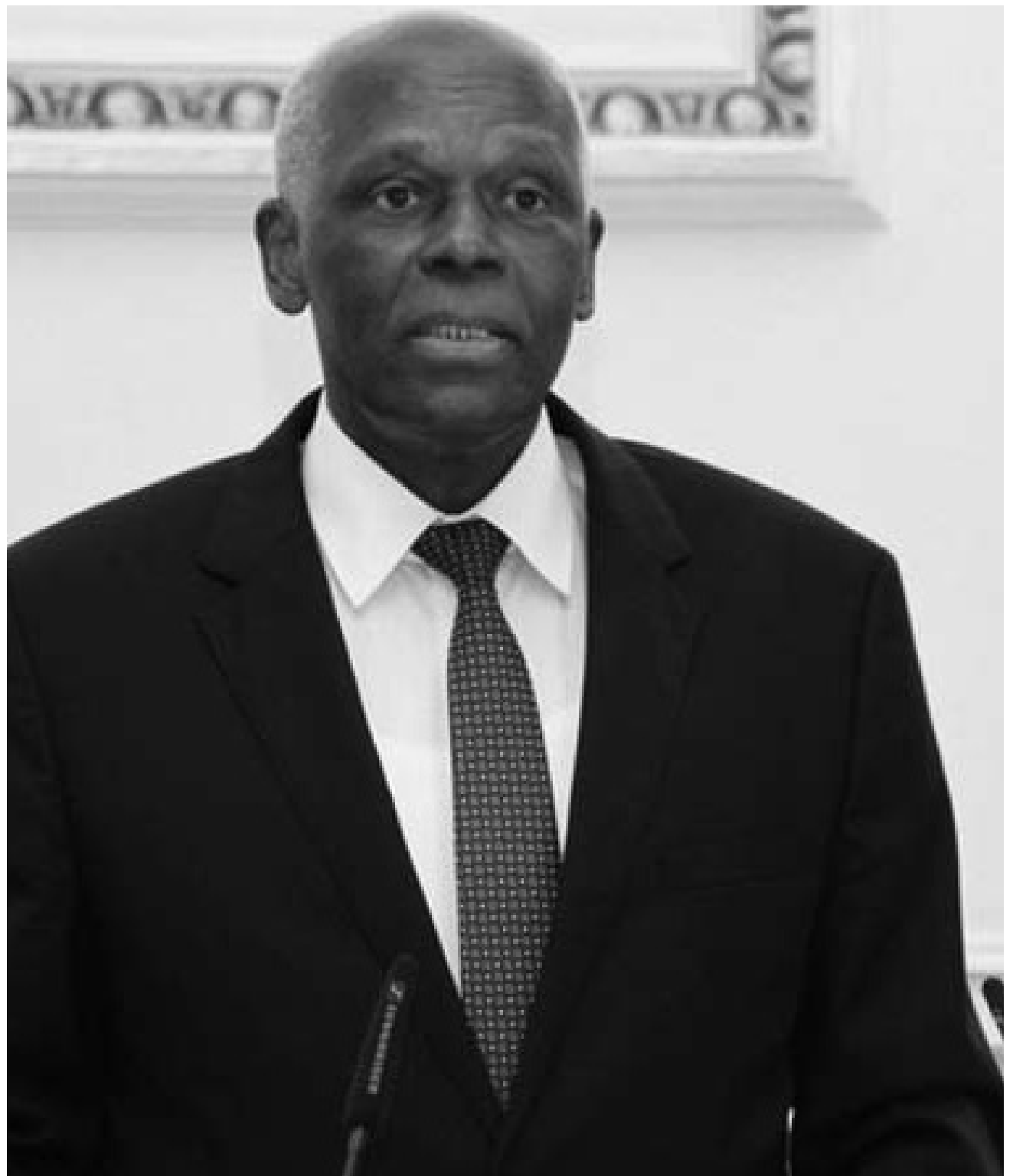
da força acima da força da razão, os cidadãos inocentes vão morrendo. Esta é, aliás, uma realidade que todos nós bem conhecemos.

De facto, na RCA milhares de pessoas estão sem comida e sem assistência de qualquer tipo, começando pelos cuidados sanitários e clínicos. As agências humanitárias, para além dos poucos recursos de que dispõem para acudir a tantos fogos, ainda sentem as agruras de trabalhar em zonas onde a lei das armas é a única que existe. Sobre esta ma-

téria, André Nzapayéké limitou-se a confirmar o óbvio e, mais uma vez, ajoelhar-se para o mais forte: “É um problema real com que nos temos confrontado, razão pela qual aproveitamos para agradecer à comunidade internacional e também à República de Angola por ter-nos assistido”.

O primeiro-ministro centro-africano reconheceu, contudo, que o seu país não pode monopolizar a ajuda internacional, nomeadamente regional, porque com tantos “incêndios” em África

não há “bombeiros” que cheguem. Mesmo assim, André Nzapayéké alertou para as repercussões do conflito na República Centro Africana, onde a violência “está a perigar a situação no centro de África e não só, e também está a causar um problema muito grave a nível humanitário” que obrigatoriamente terão reflexos em toda a região. Com este quadro, usando uma velha mas eficaz estratégia, volta ao pedir aos pobres dos países ricos que ajudem os ricos dos países pobres.



CORRUPÇÃO NA VENDA E COMPRA DE EQUIPAMENTOS PARA A POLÍCIA

A Polícia diz que ainda não foi informada sobre as prisões efectuadas em Espanha de várias pessoas que estão envolvidas numa fraude de dezenas de milhões de dólares na venda de equipamento à Polícia angolana e que envolve altos funcionários do nosso país. Em causa está uma fraude relacionada com um contrato de mais de 200 milhões de dólares e que tem no cerne do negócio a advogada Beatriz García Paes, com escritório no Luxemburgo, e que terá assessorado a rede de empresas envolvidas na fraude, entre as quais a semi-pública espanhola Defex.

Enquanto isso, em Espanha, um tribunal negou fiança à advogada que alegadamente estabeleceu a rede de lavagem dos fundos desviados de entre outros a favor de familiares de personalidades ligadas ao regime angolano.

O comandante da Polícia Nacional, Ambrósio de Lemos, confirmou que a Polícia angolana tinha comprado material a companhias espanholas, mas acrescentou que até este momento a Espanha não deu qualquer informação a Angola sobre as investigações.

“Temos que aguardar que nos venham dizer alguma coisa”, disse Ambrósio de Lemos em declarações transmitidas pela Radio Nacional de Angola.

Em Espanha, um juiz negou entretanto fiança à advogada Beatriz García Paes que, segundo as alegações da Polícia, foi quem no Luxemburgo estabeleceu a rede de lavagem dos fundos desviados ao erário angolano.



Novos dados divulgados em tribunal durante a comparência de Beatriz García revelam que a advogada estabeleceu empresas radicadas no Luxemburgo e Ilhas Virgens britânicas, de onde se efectuavam as transferências para contas bancárias em nomes de familiares de funcionários públicos angolanos.

Segundo os dados divulgados em tribunal, o acordo com Angola foi assinado em 2008 e previa a entrega ao país de veículos, uniformes, equipamento de comunicações e outro material não especificado à Polícia angolana.

As empresas espanholas teriam lucros à partida

de entre 200 e 300 por cento, algo que o juiz descreveu de “condições absolutamente desfavoráveis” para Angola.

Na audiência, o juiz fez notar que o Governo angolano pagou 206 milhões de dólares e, nas suas palavras, “não se pode afirmar que o contrato tenha sido cumprido”. Também em tribunal foi dito que parte do material nunca foi entregue.

Para além disso, dos 206 milhões de dólares apenas 47 milhões foram entregues às empresas, já que os restantes 159 teriam sido desviados a favor dos acusados e dos familiares de funcionários angolanos do mais alto escalão, cujas identidades ainda não foram reveladas. Um total de 10 pessoas foram presas após buscas policiais em Espanha, Luxemburgo e Portugal. Tendo sido recusada fiança a cinco, entre os quais figura o ex-presidente da Defex, José Ignacio Encinas Charro, empresa envolvida no negócio. A Defex

é uma empresa semi-privada, participada em 51 por cento pela Sociedad Estatal de Participaciones Industriales (SEPI).

A SEPI esclareceu, entretanto, que deu toda a colaboração às autoridades que investigam a “Operação Angola”, dizendo acreditar que a Defex teve uma actuação ajustada e no estrito respeito pela legalidade.

A Defex é uma empresa criada nos anos 80 pelo Ministério da Defesa de Espanha para vender armamento a outros países, tendo apenas cerca de 20 funcionários. Agora sofreu um rude golpe com a detenção do seu ex-presidente, José Ignacio Encinas Charro; do director comercial Manuel Iglesias-Sarria e do ex-director Angel María Larumbe. Os três são acusados de desviar em proveito próprio cerca de 41 milhões de euros do referido contrato de 152 milhões com Angola. De acordo com a matéria de facto apresentada pela investigação, na trama da corrupção participou

a sobrinha de Francisco Paesa, que foi um famoso espião ao serviço do Ministério espanhol do Interior que ajudou a fugir e de seguida avisou as autoridades o ex-director geral da Guardia Civil, Luis Roldán.

A referida sobrinha, Beatriz García Paesa, facilitou – diz a acusação – a partir do Luxemburgo o branqueamento do dinheiro a favor dos directores da Defex e dos altos quadros angolanos.

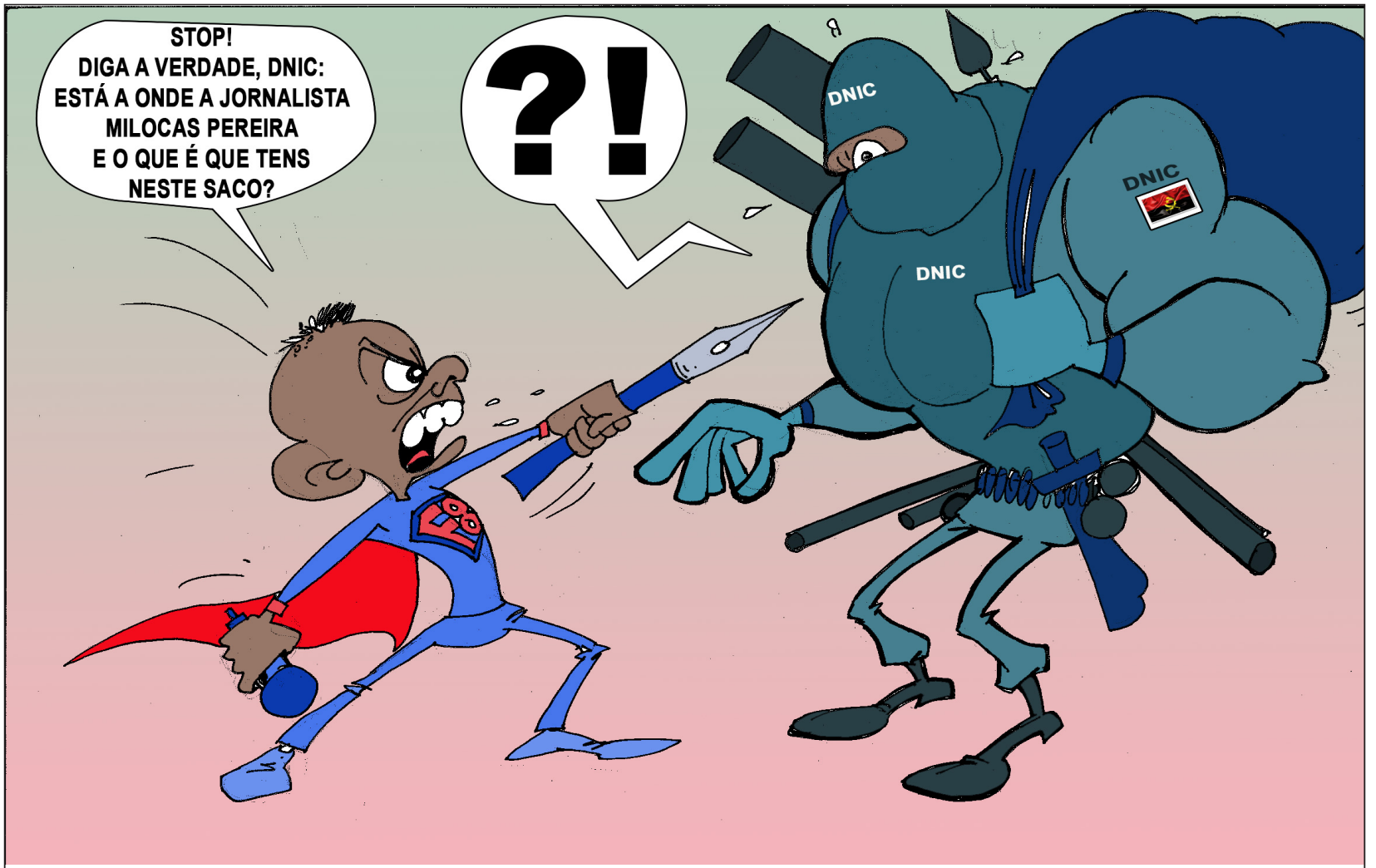
Os depósitos teriam sido feitos em contas bancárias em Hong Kong, Suíça, Singapura, Ilhas Caimão, Nova Zelândia, Gibraltar, Madeira e Luxemburgo.

A chamada “Operação Angora” foi desencadeada depois das autoridades luxemburguesa terem suspeitado do depósito de 56 milhões de dólares numa conta no Luxemburgo.

Recorde-se, entretanto, que em Junho de 2011, um grupo de empresários portugueses foi investigado por ter feito vendas fictícias para o nosso país, entre as quais figuravam até... limpa-neves. Foi uma alegada burla gigantesca ao Estado angolano, supostamente cometida por empresários portugueses com ligações a elementos do Banco Nacional de Angola.

Segundo se noticiou na altura, em causa estavam mais de 300 milhões de euros em pagamentos do BNA para produtos que nunca chegaram ao nosso país.

A maioria dos pagamentos saiu de uma conta do Estado angolano no Banco Espírito Santo de Londres. O alarme soou quando o banco comunicou que a conta estava quase a zero.



PUBLICIDADE

W WILLE

Moda & Decoração

Rua António Manuel de Noronha, 42
Maculusso
(junto à Liga Nacional Africana e BFA)
Telefone 923 506 652/ 917 045 142
Luanda/Angola

F8 ACERTOU

FINALMENTE DNIC EXPULSA POLÍCIA “ALTAMENTE PERIGOSO”

A Polícia Nacional de Angola (PNA), repleta de boas intenções e sempre preocupada em salvaguardar a sua prestigiosa reputação, peca por ter sido infectada pela maleita angolana, ou melhor, pelas maleitas contagiosas postas a terreiro pelos nossos dirigentes, pródigos em manobras sombrias e sistemáticas

de mentira, compadrio, oportunismo e imediatismo, patente em todos os escalões da estrutura social do Estado.

O F8 havia denunciado numa das suas edições que a DNIC tinha no seu seio alguns agentes que eram homens ligados ao crime organizado, nomeadamente, Hélder Caetano Neto, várias vezes preso, mesmo em flagrante delito e conotado como chefe da quadrilha dos roubadores de carros, bem conhecidos

mas indetectáveis enquanto agiam com cobertura das forças policiais da capital e do país.

Muitas pessoas e instituições foram roubadas, bens móveis e até imóveis por gangas altamente perigosas e estruturadas, com ramificações em muitos sectores dos órgãos policiais. E para cumulo da pouca vergonha, um dos mais conhecidos, chefes da gang de Luanda, considerado, nas fichas policiais, como altamente perigoso, mais

tarde viria a ser, misteriosamente, chefe da Brigada Contra o Crime de Propriedade, ligado ao roubo de viaturas.

O rapaz andou pela DNIC, passou de bandido a polícia e logo com cargo e função de chefe, com direito a passe de acesso na DNIC, arma de fogo e uma viatura Audi.

Tomando conta deste caso sui generis da pernicioso bandalheira angolana, o F8 foi criticado por ter levemente, dizia-se,

divulgado a notícia, acusado de estar a difamar um agente digno e sem mácula que o pudesse atingir.

Mantivemo-nos na convicção de termos a verdade do nosso lado e quando menos se esperava, eis que um grupo de bandidos ligados a assaltos aos bancos, nas suas declarações um disse “ipsis verbis”: “o coordenador dos assaltos aos bancos e quem garante cobertura, na maioria das vezes, é um alto oficial da Polícia, ligado à DNIC”.



Uma bomba! Quem seria esse duplo agente?

Pressionado a dizer de quem se tratava, eis que depois de alguma insistência e na impossibilidade e temendo uma sessão de porrada, o bandido deixa cair o nome: “o nosso chefe, que nos coordena é o Helder Neto”. Qual? Tentando haver coincidência nos nomes, ante o choque. O bandido foi obrigado a repetir e precisar: “Helder Neto esse mesmo que anda com Audi e agora está na DNIC”.

Portanto é uma réplica da estória do rei vai nu, embora neste caso o rei fosse de baixo coturno.

Em posse desta tremenda e insidiosa informação, o director da DPIC, Amaro Neto, passou de imediato

os dados ao Director Nacional da DNIC e este por sua vez, fez um “link”, com o Comandante Geral, que a todos convocou, incluindo o Comandante Geral Adjunto da Polícia, Pau-

lo de Almeida (conotado como sendo padrinho de Helder Neto e responsável pela sua entrada na corporação, mas que não sabia dessas falcaturas do afilhado, até por ser filho

de um alto funcionário da Presidência da República e ser sobrinho do famoso jogador Praia, do Progresso do Sambizanga), para ver como descartariam essa batata quente, que vi-

nha envergonhando a corporação. Ante as provas irrefutáveis o Comando da Polícia decidiu expulsar “o camarada Bandido/Polícia” de um reino em que nunca deveria ter entrado.

UM POUCO DO HISTORIAL DO HÉLDER NETO

Os nossos leitores guardaram sem dúvida na memória algumas imagens publicadas no nosso jornal a propósito das sangrentas, violentíssimas e criminosas repressões exercidas sobre os manifestantes “revús”, quando estes saíram à rua no ano passado para protestar contra o regime vigente. Veja-se o caso desses jovens manifestantes e de Filomeno Vieira Lopes, que foram espancados por delinquentes perigosos, bandidos e assassinos confessos, acobertados pelos agentes da Polícia Nacional (PNA) sob a mais pura impunidade.

Nessa altura, o F8 citou casos concretos, o nosso director, o chefe indígena, William Tonet enviou ao director Nacional da DNIC e ao ministro do Interior denúncias sobre as ilegalidades e os excessos dos seus agentes, alguns com fortes ligações ao mundo do crime organizado. Mas em vão. E, claro está, tudo caiu num saco roto. Nada de estranhar pois, no que toca à ilegalidade, a cumplicidade parece ser uma marca institucional.

A confirmar esta asserção, sabemos que a DNIC criou uma brigada de combate ao crime e para chefiá-la, vejam só quem foi colocado à cabeça dessa nobre função: Helder Caetano Neto, um elemento com um cadastro dos pesados no obscuro e letal mundo da delinquência. Conta-se que, com grande sangue frio, ele é capaz

de matar, num estalar de dedos, qualquer pessoa. Para começar, o Helder ainda tem sobre as suas costas uma carteira de crimes não prescritos, pois foi considerado chefe do famoso grupo que roubava viaturas Land Rover Discover em Luanda, para, em seguida, as levar para o Lubango e Kunene, no fito de as vender a bom preço. O antigo director do Porto Comercial de Luanda, Silvio Vinhas, foi uma das vítimas, ao ver a sua viatura roubada por este grupo.

Igualmente, Helder Neto é apontado como o “arquitecto” da gang que assaltou e roubou os cofres da Sonangol Aero-náutica, acto de bravura muito conhecido.

Mais tarde viria a ser capturado no Lubango, onde residia comercialmente, com alguma dificuldade, por agentes da Brigada de Buscas e Capturas da DNIC/Luanda e andou, atrás das grades por muito tempo, até que num de repente, escancararam-se as portas e o “bandido” virou colega dos polícias, que antes o haviam prendido, em flagrante delito, como “Altamente Perigoso”.

É, por ironia do destino, não é que o homem entra na PN, com tapete vermelho e o posto que lhe foi confiado era de luta contra aquilo que é a sua maneira de viver, precisamente, chefiar uma brigada de combate ao furto de viaturas.

Ele conhecia o esquema todo, o “modus operandi” e os “colegas de profissão”, que agiam

na marginalidade da lei, mas agora ele tinha protecção da Polícia Nacional, com direito a arma de fogo e passe da DNIC. “Virou nosso chefe do outro lado, pois quando ele roubava connosco, também já era chefe de um grupo forte, muito pesado mesmo, que operava do Sambizanga aos Ramiros”, disse ao F8, Mandloy, conhecido “rangum”, como gosta de ser tratado.

É pois com estes elementos de grande envergadura imoral que o director da DNIC, Eugénio acreditou que viria a conseguir acabar com o crime em Luanda. Enganou-se. A delinquência instalou-se no seu gabinete e em muitos casos, são eles que vestidos com a farda e legalizados pela Polícia, efectuem a maior onda de assassinatos e assaltos à mão armada, pelo país afora. Fontes da própria DNIC dizem que a direcção da instituição, do Comando Geral da Polícia e do Ministério do Interior, sabiam da situação, mas nada fizeram, nem mexeram uma palha, até que as evidências assumiram proporções impossíveis de esconder.

O director da DNIC nada fez, por exemplo, sobre a denúncia que recebeu relativa ao comportamento indecoroso do seu ex- chefe de investigação da Ingombota, Miranda, que prendia inocentes, no lugar de bandidos, até que se descobriu ser o homem, um dos membros do grupo de assassinos, que tirou a vida a Cassule e Kamulingué.

Será que podemos confiar numa polícia assim? Alguém acredita ser possível a descoberta dos assassinos que matam selectivamente membros da SOCINBA (Sociedade Civil Não Bajuladora) e da oposição, em Luanda e no país?

Definitivamente, estamos entregues à bicharada com gente de tão baixo coturno a frente de órgãos importantes e cuja idoneidade, imparcialidade e transparência, nunca deveriam ser postos em causa, por dá cá aquela palha!

Foi preciso muito mais de dois anos para se escorraçar da Polícia Nacional de Angola Helder Neto e outros meliantes diplomados na criminalidade letal. Um período tão longo, durante o qual eles mataram impunemente, pessoas adversas ao regime MPLA/JES, pois são indivíduos pertencentes à raça dos “Killers” profissionais.

Pronto, agora foi posto, silenciosamente, no olho da rua, por ser filho de um funcionário ligado a Presidência da República, pelos vistos uma grande escola... Se fosse alguém ligado a oposição ou a sociedade civil, não bajuladora, seguramente, abriria todos os noticiários dos meios de comunicação social públicos, mas partidocratas.

No entanto, uma pergunta se impõe: por que razão tivemos de esperar tanto tempo para isso acontecer? Será que temos de dar os parabéns à PNA, ou pedir-lhe contas por tão desastroso atraso?

Hélder Caetano Neto, várias vezes preso, mesmo em flagrante delito e conotado como chefe da quadrilha dos roubadores de carros, bem conhecidos mas indetectáveis enquanto agiam com cobertura das forças policiais da capital e do país



ISAÍAS SAMAKUVA EXIGE O IMPOSSÍVEL - TRANSPARÊNCIA NO DINHEIRO PÚBLICO

Na sua sacerdotal e ingénua crença de que Angola é uma democracia e um Estado de Direito, Isaiás Samakuva pede que o Governo de José Eduardo dos Santos seja mais transparente em relação ao dinheiro do erário público, referindo-se à ausência de prestação de contas por parte do chefe do Executivo. De acordo com o líder da UNITA, que mais não faz de que reflectir o sentimento generalizado dos angolanos, a actuação do

MPLA, através do seu presidente, José Eduardo dos Santos, deve levar a população a pôr o Governo na rua. O Povo sabe bem disso, mas como na altura das eleições há sempre sacos de comida que o regime oferece a um povo faminto, a escolha é normalmente feita com a barriga. Isaiás Samakuva continua a pedir, e de facto pouco mais pode fazer, que o Executivo seja mais transparente em relação ao dinheiro do erário público, referindo-se à ausência de prestação de contas por parte do chefe do Executivo José Eduardo dos San-

tos. “Ao país, o senhor Presidente não apresenta contas sobre os empréstimos que faz, não diz quanto gasta para a sua instituição, nem pede parecer prévio ao Tribunal de Contas para os contratos que subscreve, tem que haver transparência na gestão da coisa pública, quantos montantes de dólares já foram gastos? Não há explicações nem justificação nenhuma”, diz Samakuva. Não há nem haverá. Se Eduardo dos Santos reconhece que a democracia lhe foi imposta, certo é que a “instituiu” em teoria,

mantendo na prática as regras e as metodologias dos tempos de partido único. O líder do partido do Galo Negro voltou, como o Folha 8 desenvolve nos trabalhos sobre este tema, a trazer à baila o escândalo que envolveu Angola e o Banco Espírito Santos em Portugal, como exemplo do que diz: “Segundo informações do Banco Espírito Santo tornada pública, Angola já prestou garantia soberana ao BESA num valor superior a 5 bilhões de dólares para o Estado pagar o crédito mal parado de certos mutuários, é evidente a forma como a banca angolana é utilizada para operações de branqueamento de capitais subtraídos do erário público, o escândalo recente do BESA é o exemplo vivo deste fenómeno que vamos denunciando há décadas”.

Para a UNITA, tal como para os que pensam pela própria cabeça, há muito que o Governo esqueceu as suas obrigações para com o país, por isso considera que “este Governo não serve e deve ser posto fora para ir descansar, na devida altura, nas eleições, para vir outro governo que consiga resolver estes problemas que são simples mas muito importantes para a vida do nosso país”. Por outro lado, na abertura do III Congresso Ordinário da JURA, Samakuva afirmou que “um povo inculto e analfabeto a quem se nega o conhecimento é um Povo fácil de controlar e dominar. É um povo que se pode manter refém do medo da sua própria sombra, um povo que pode ser submetido a um Governo autoritário. Assim, para subjugar a Pátria angolana, bastou privar os angolanos de educação e introduzir falsos valores para aliená-los culturalmente. Estes dois factores condicionaram sobremaneira a sua atitude perante a Pátria, a vida e o futuro.” Tem razão. Como diz, “o sistema de educação e ensino para as maiorias foi

concebido para valorizar a mediocridade e não promove a libertação do homem. O sistema de valores foi sabotado para produzir falsos valores. Quando vemos à nossa volta a degradação social dos jovens, mergulhados na droga e no álcool que o regime importa no lugar dos livros; quando vemos as filhas desta nossa Angola sem futuro, embriagadas de ignorância ou vivendo na marginalidade, compreendemos que a Pátria e a Nação estão sob ataque e precisam do patriotismo de seus filhos para libertá-las”.

Samakuva recordou aos jovens do seu partido que hoje a luta é “mais social, mais subtil, mais exigente. Trata-se, acima de tudo, de libertação cultural, uma luta contra falsos valores, uma luta por educação de qualidade. Uma luta pela afirmação prática dos valores da angolidade, como sejam a inviolabilidade da vida humana; a coesão familiar, o trabalho digno; a riqueza justa; a honra devida aos mais velhos; e a solidariedade social.”

Por isso, o líder do partido fundado por Jonas Savimbi diz que “as transformações políticas e sociais vividas nos últimos anos, em particular a cristalização do regime autoritário, a transformação de Luanda num enclave político, social e económico, os atentados à democracia e à Constituição pelos poderes públicos, a institucionalização da corrupção na Administração Pública e a deificação da cultura do medo, têm apenas um objectivo: minar o patriotismo dos jovens para permitir a subjugação eterna da Pátria”. E acrescenta: “Estas transformações constituem tanto desafios como oportunidades ímpares para a JURA e para toda a juventude angolana. São desafios porque temos de encontrar soluções para impedir que estes falsos valores não se enraizem no seio da Juventude Angolana.”

GUINÉ-BISSAU E ANGOLA SÃO OS PAÍSES ONDE HÁ MAIS... FOME E SUBNUTRIÇÃO

Um relatório do Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS, na sigla em inglês) sobre fome e subnutrição coloca a Guiné-Bissau e Angola entre os países com os piores indicadores, referenciando ainda Moçambique e o Brasil. Num índice sobre fome e nutrição, um total de 45 países foram analisados no contexto de 22 indicadores que procuram medir a actuação dos governos nas áreas de combate à fome e à subnutrição, tendo a Guiné-Bissau apresentado os piores resultados, ficando na 45ª posição, e Angola na 42ª. O estudo do IDS teve como parceiros o Departamento de Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (UKAID) e da Irish Aid, do Governo Irlandês. Entre os indicadores negativos da Guiné-Bissau, os autores do índice apontam no contexto do combate à fome a inexistência de redes de protecção social na legislação do país, assim como os direitos económicos para as mulheres. Já na área de subnutrição, é mencionada a baixa taxa de acesso da população a saneamento, cerca de 19%, ou a indefinição de metas de nutrição pelo Governo nas suas políticas, entre outros indicadores. Sobre Angola, que partilha com a Guiné-Bissau indicadores negativos como

a inexistência de legislação que salvaguarde os direitos económicos das mulheres, o estudo referencia a baixa cobertura de crianças que recebem doses de vitamina A, apenas 55%, assim como o acesso da população a água para consumo, na ordem de 53 por cento.

Moçambique, que ocupa a 25ª posição do índice, é descrito como um país com problemas no acesso da população a água e a redes sanitárias, apresentando, neste último indicador, uma situação mais problemática do que Angola, uma vez que apenas 19% da população parece ter acesso a instalações sanitárias, contra 58,7% da população angolana.

A inexistência de legislação que proteja os direitos económicos das mulheres é também mencionada no relatório, assim como o direito constitucional à protecção social, que de resto é um indicador negativo transversal aos três países africanos de expressão portuguesa.

Na 4ª posição, o Brasil é o país que melhores resultados apresenta no contexto dos países de língua portuguesa mencionados no índice, apesar de problemas relacionados com a protecção económica das mulheres ou com taxa de vacinação de crianças com vitamina A, que é a pior detectada no espaço lusófono, cerca de 29 por cento.



ANGOLA LIDERA G 6+1

Angola vai liderar nos próximos quatro anos a Confederação Empresarial dos seis Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) a que se junta a Guiné Equatorial (Grupo dos 6+1), formalmente criada em Luanda, estabelecendo a formação e acesso ao crédito como prioridades do mandato.

Esta nova confederação, criada a partir de estrutura idêntica que já funciona no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), integra além de Angola os empresários de Moçambique, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial enquanto membros fundadores.

O presidente da Associação Empresarial de Luanda, Francisco Viana, foi eleito pelos restantes membros como primeiro presidente da confederação e já traçou o aproveitamento e capacitação do capital humano como factor que pode fazer a diferença.

“O continente africano é último a arranjar [no desenvolvimento económico] mas não quer dizer que a gente tenha de ficar nos últimos lugares. Podemos recuperar”, disse Francisco Viana. Embora reconhecendo que os PA-

LOP têm “muito petróleo” e uma “riqueza imensa mineira”, defende que áreas como as novas tecnologias e a agricultura também devem merecer a atenção das empresas destes seis países.

“Mais importante do que todos os recursos é o homem. O nosso povo é um diamante, vamos polir esse diamante para que ele brilhe. Vamos formar as nossas populações e os nossos empresários”, defendeu.

Os cinco PALOP iniciais - que ao nível empresarial integram agora também a Guiné Equatorial - mantêm relações políticas e económicas há quase 40 anos, após o fim do colonialismo português. No entanto, afirma Francisco Viana, estes países ainda procuram a independência económica.

“No tempo da luta da libertação nacional o empresário tinha a kalashnikov. Hoje continuamos a luta da libertação pela via do negócio, da economia. Já não usamos kalashnikov, usamos a ferramenta do pequeno e do micro-negócio”, acrescentou.

A capacidade de união dos empresários e o acesso a crédito bancário em condições próximas às disponibilizadas para investidores de outros países são pretensões desde já estabelecidas pela direcção da nova estrutura empresarial do Grupo 6+1.

A “LATA” MENTIRA DE ANGOLA

FMI BEM VAI PREGANDO MAS O REGIME NÃO OUVE



O Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendou ao Executivo de José Eduardo dos Santos a produção de relatórios trimestrais sobre a execução do Orçamento Geral do Estado, para demonstrar como estão a ser geridos os dinheiros públicos. Não é nada que a Oposição política e a própria sociedade já não tenham reivindicado. No entanto, tal só faria sentido se o regime entendesse que o nosso país deveria ser uma democracia

e um Estado de Direito. A posição foi transmitida pelo chefe da missão do FMI, Ricardo Velloso, que esteve em Luanda entre 1 e 14 de Julho, para acom-

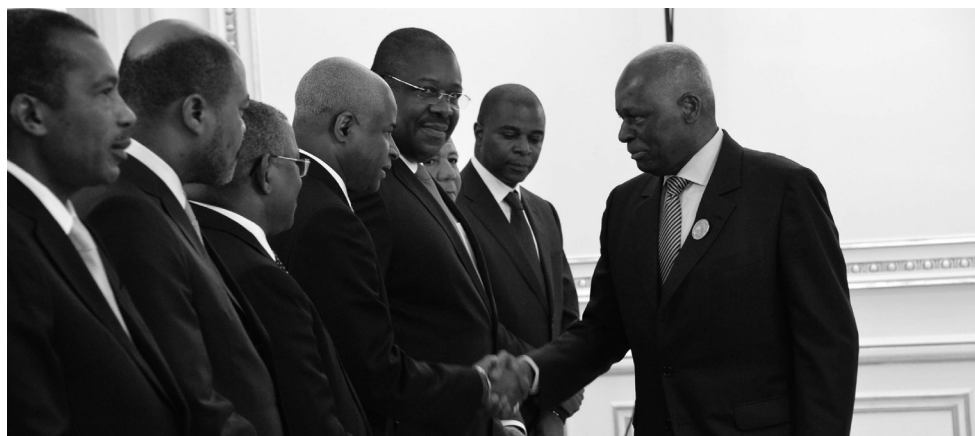
panhamento regular da situação angolana, conforme decorre dos estatutos daquela organização internacional. No final, o FMI enalteceu

os esforços que têm sido realizados ao nível da disponibilização de informação sobre empresas, contas públicas e mercados, nomeadamente por parte

do Banco Nacional de Angola.

Uma área em que, assume Ricardo Velloso, “há sempre mais a ser feito”. E acrescenta: “Recomendamos, por exemplo, a continuidade dessas publicações, dos dados sobre o Orçamento, talvez fazendo relatórios trimestrais, distribuindo-os por períodos mais previsíveis, para que se faça não só um acompanhamento dentro do Governo mas também fora do Governo, sobre como estão a ser feitos os gastos públicos”, afirmou o chefe da missão do FMI.

A última previsão do FMI,



divulgada em Abril, considera que Angola vai crescer apenas 5,3 por cento este ano e 5,5% em 2015.

Durante a visita a Luanda, para analisar a evolução da economia no curto prazo e a sua perspectiva de futuro, a delegação do FMI manteve encontros com os ministros das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Territorial e Economia, e ainda com o Governador do Banco Nacional de Angola.

Ricardo Velloso sublinha que Angola “está a investir muito na melhoria das suas infra-estruturas físicas e de capital humano”, assumindo que essa aposta “gerará frutos muito positivos” no futuro.

No quadro macroeconómico, o chefe da missão do FMI fez uma leitura “muito positiva” dos indicadores,

nomeadamente uma taxa de inflação que permanece em níveis históricos reduzidos e que “continua a baixar”, além de existir crescimento económico.

“Há algumas dificuldades este ano com o sector petrolífero, mas o sector não petrolífero tem tido taxas de crescimento relativamente importantes e projectamos que as acções devem continuar, dado o plano do Governo de continuar a facilitar o clima de negócios, por exemplo reduzindo-se os prazos para abertura de novas empresas”, disse Ricardo Velloso.

“As reservas adicionais do país também estão a um nível bastante adequado e isso é muito importante, especialmente para uma economia como a angolana, que ainda depende

muito do petróleo como fonte de receita de exportações e como fonte de financiamento do orçamento”, acrescentou.

OS DESLIZES DO REGIME ANGOLANO

Angola contou com um programa de apoio financeiro entre 2009 e 2012. Seguiu-se um período de monitorização, que terminou há poucos meses, pelo que estas visitas anuais representam o regresso aos contactos normais entre o FMI e os seus países membros.

Entretanto, O Banco Mundial prevê um crescimento de 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB) de Angola este ano e de 5,5% para 2015.

O relatório «Angola Economic Update», divulgado

recentemente pelo Banco Mundial, indica que a economia angolana deverá expandir 5,4% este ano, sem a descoberta de novas reservas petrolíferas.

De acordo com o Banco Mundial, é impossível que a produção de petróleo condicione ainda mais o crescimento do PIB em 2014, sem que se verifique a descoberta de novas reservas.

“Na falta de novas descobertas, é improvável que a produção de petróleo possa acelerar ainda mais o crescimento do PIB: O PIB não petrolífero precisaria, portanto, de crescer rapidamente, para desenvolver o sólido desempenho observado antes da crise de 2009”, indica o documento.

As estimativas de crescimento assemelham-se às

previsões do FMI mas divergem dos valores apresentados pelo Governo angolano. O Executivo de José Eduardo dos Santos tinha apontado um crescimento de 8% do PIB em 2014.

O relatório refere que a desaceleração da economia angolana em 2013 foi motivada pelo “fraco desempenho do sector petrolífero”, embora a economia não petrolífera tenha registado “uma expansão rápida”.

No ano passado, o sector não petrolífero cresceu 6,3% em resultado de uma maior produção agrícola e investimentos na produção de electricidade, já o PIB real expandiu 4,4%. Actualmente, o país é o segundo maior produtor de petróleo no continente africano, depois da Nigéria.



CHEFE DO SISM CAUSA IRRITAÇÃO



Os oficiais gerais dos Serviços de Inteligência e Segurança Militar

(SISM) estão descontentes com o silêncio sepulcral do Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, enquanto Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas (FAA), relativamente à atitude de José Maria, responsável máximo daquele organismo, estratégico para a integridade territorial; segundo denúncia provida do órgão acima referenciado.

José Maria recusa-se, há mais de um ano, a proceder a execução do despacho presidencial que prevê a remodelação estrutural dos Serviços de Inteligência e Segurança Militar (SISM) porque, supostamente, considera mórbido e incompetentes os quadros nomeados pelo Presidente da

República de Angola, nas vestes de Comandante-em-Chefe das Forças Armadas Angolanas (FAA), entidade máxima do Exército.

Do despacho exarado foram nomeados, em Junho de 2013 de, os chefes e os respectivos adjuntos das direcções de Inteligência Militar Operativa; Inteligência Externa; Informação e Análise. De realçar ainda a nomeação presidencial do responsável coadjuvante dos Serviços de Inteligência e Segurança Militar (SISM).

Também foram nomeados, pelo mesmo despacho, os chefes auxiliares das Direcções de Contra-inteligência e Inteligência Militar dos Comandos do Exército, Força Aérea e da Marinha de Guerra Angolana. A reestruturação naquele órgão de suma importância das FAA resultou da proposta do general José Maria que antes de aprovada foi

analisada no Conselho de Segurança Nacional, depois pelo Presidente da República.

A resolução do Chefe de Estado, nas vestes de Comandante-em-Chefe, constitui uma ordem de cumprimento imediato e obrigatório (dizem os cânones militares), ninguém pode impedir a execução do mesmo. O incumprimento é um acto de insubordinação, “crime de conhecimento oficioso da Justiça Militar”. Sendo assim, ao impedir a tomada de posse dos quadros meados por ordens superior, o general José Maria incorre ao crime de insubordinação, punido na Lei dos Crimes Militares, em vigor na República de Angola.

“Simplesmente, os oficiais em causa estão impedidos de exercer as funções pelos quais foram nomeados porque existe um general, chamado José Maria que pretende

desafiar o Camara Presidente José Eduardo dos Santos, como se fosse o líder supremo deste País. Estamos vigilantes quanto às movimentações do mesmo”.

Na óptica dos oficiais dos Serviços de Inteligência e Segurança Militar, José Maria é militar a ser, escrupulosamente, vigiado porque se hoje tem a ousadia de resistir às orientações da mais Alta Entidade do Estado e das Forças Armadas Angolanas (FAA), poderá intentar contra a integridade territorial, bem como violar os princípios constitucionais, próprio de um País assente nos cânones da democracia; alertam.

Alguns militares acreditam na possibilidade de José Maria agir sob, suposta, protecção de determinadas figuras, face ao silêncio tumular da Justiça-Militar. “Há ministros da Defesa Nacional que foram exonerados

por discordarem da forma como o “homenzinho” do SISM se tem portado, principalmente em público”.

José Maria, de acordo com a mesma fonte, é dos generais mais incompetentes das FAA, a fragilidade do mesmo foi constatada aquando das últimas acções subversivas das FLEC, o “Mana Madó” enviou uma equipa a fim de recolher informações que servissem de sustentação para acusar de fraqueza e inoperatividade o Estado-maior das FAA e do Comando da Região Militar Cabinda, procurando fazer esquecer as responsabilidades do SISM.

“Para José Maria, a culpa deve ser colocada nos ombros dos outros e fica imune. Desavergonhadamente, a única responsabilidade da Bófia Militar em Cabinda é o garimpo de madeira”, acusam os oficiais do SISM.

LIBERTADOR É ALVO DE PERSEGUIÇÃO

TEXTO DE DIONÍSIO HALATA

O activista político Alexandre Dias dos Santos “Libertador” acredita ser alvo da perseguição de indivíduos supostamente ligados aos Serviços de Inteligência do Estado angolano.

Alexandre D. dos Santos “Libertador”, autor da obra literária intitulada “A minha vida, minha trajetória e as transferências políticas em Angola”, foi surpreendido por indivíduos desconhecidos, no dia 13 de Julho, enquanto encontrava-se nas bombas de combustível da Sonangol, situada na rua Vereador dos Prazeres.

“Estavam num Toyota Land Cruiser, cor branca; entram em sentido proibido e ficaram estacionados em frente da minha viatura; baixaram os vidros e olhamo-nos frontalmente; pude ver no interior do mesmo veículo um daqueles rádios usados pelos agentes dos órgãos de segurança”, disse Libertador ao F8.

Ao sair dali, voltei a ver a mesma viatura na bermá da rua comandante Bula, instantes depois; quando avancei, seguiram-me, facto que me criou preocupação. Consegui desistá-los, mas na tentativa de fugir quase atropelava um grupo de jovens inocentes que assistiam ao Mundial numa rua, afirmou o activista.

“Curiosamente, ao passar pela Faculdade de Letras da UAN, por volta das 21h00, vi uma viatura idêntica estacionada, assim que passei por ela, foram atrás de mim. Tive de parar o carro no Rocha Pinto a fim de observá-los. No dia seguinte, fui apresentar queixa à 5ª Esquadra”, explicou o jovem político.

No livro “A minha vida, minha trajetória e as transferências políticas



em Angola”, Alexandre Dias dos Santos afirma que o País é governado por uma madrastra; “retrato o regime assim porque esta figura representa uma pessoa que maltrata os filhos, é justamente conforme eles comportam-se perante os cidadãos”, argumentou o autor, de 35 anos de idade.

Em 2011, participamos da revolução em Angola; mas fomos torturados com ferros, paus e privados de liberdade nas masmorras do regime. Quando tentas usar um direito, te partem os braços; tive que arranjar outra forma de me manifestar; as ideias para esta obra já estavam concebidas, fruto da trajetória e experiência político-associativa adquirida ao longo desses anos, disse Alexan-

dre “Libertador”.

Na obra em referência, “Libertador” espelha o modo vivendis da juventude angolana nos musseques de Luanda, assim como faz um apelo a necessidade do País realizar as eleições autárquicas, livres e justas, com as quais augura poder atingir o posto de administrador do Sambizanga e quiçá chegar a Governador Provincial.

“Nenhum dirigente conseguiria me derrotar, ninguém está em altura de competir comigo, o único governante que teve capacidade e gozou de simpatia popular no Sambizanga foi José Leitão Ribeiro, porque tinha cultura de dialogar com os jovens; infelizmente já é falecido”, declarou o mesmo.

Só terei desvantagem nas autarquias se desalojarem todos os moradores de Luanda e desterrarem-nos para o Zango, caso contrário, venço”, aclarou o político, que estreou-se no mundo da escrita no dia 4 de Julho, através da editora Mente Sãs, cuja cerimónia de apresentação teve lugar no Hotel Fleuma.

O livro tem 75 páginas e, é um trabalho cheio de conteúdos reais, no qual o autor faz ainda uma incursão acerca das mortes de Kamulingue e Hilbert Ganga. O autor gastou aproximadamente 70% páginas falando sobre o distrito do Sambizanga, porque entende haver muitas coisas para escrever a respeito, desde a falta de água, educação,

assim como o comportamento desfavorável da juventude local.

Alexandre Dias dos Santos disse que o livro tem sido procurado no interior do País, problema que será solucionado com a realização de uma digressão pelas demais províncias, brevemente; “Estou orgulhoso com o que escrevi, quer o regime queira ou não, jamais retirarei qualquer vírgula”, finalizou “Libertador”.

Alexandre D. dos Santos “Libertador” foi presidente da Associação Juvenil do Sambizanga, coordenador do Movimento de Apoio à Candidatura do Vicente Pinto de Andrade, em 1992, secretário municipal da UNITA no Sambizanga, em 2005, e, actualmente, é coordenador provincial da CASA-CE em Luanda.

UM CASO INSÓLITO, EM LUANDA

FLORINDA PRESTE A SER PEDIDA POR DOIS HOMENS

A poligamia é uma prática comumente aceite, face o carácter patriarcal da nossa sociedade, já o matriacado, não é comum, principalmente, em Luanda. Mais mudam-se os tempos e as vontades e assim, assistimos a convicção da jovem Flor Florinda de 26 anos de idade, moradora no Zango III, município de Vianda, Província de Luanda, que mantém uma relação marital, com dois parceiros; Pedro M. Santos, morador no Sambizanga, tido como noivo, pelos pais da Flor, depois de ter recebido a



lista, para o pedido e Jorge G. Brás, residente na Comuna da Dimúca, distrito do Sambizanga, “apenas”

conhecido por uma das tias de Flor. Com ambos ela mantém uma relação de expecta-

tiva e “banho maria”, pelo que os dois acreditam, cada um a sua maneira, ser o predilecto da namorada. “Essa mboa (moça) é louca, ela (Flor) quando sai do Zango, despede aos pais que está a ir à casa do Pedro. Fica uns dias no wi (Pedro), depois o despede, vai na tia dela, e aí diz que vai à casa do Jorge, e também fica lá alguns dias”, contou Paulo Silva, vizinho e amigo da jovem. A Flor “tem as chaves da casa do Pedro, e às vezes leva para lá algumas pessoas (também já levou-me naquela residência) quando o mesmo está ausente, rouba-lhe, não só amor, como também dinheiro”,

contou, acrescentando que ela tem gerido com mestria a dupla relação que diz pretender assumir, caso os dois homens não se envergonhem de a ter como mulher, pois “eu quero viver com os dois, pois consigo fazê-los felizes. A situação não é normal, mas se os homens podem ter duas ou mais mulheres, porque razões nós também não podemos fazer o mesmo se existe igualdade de direito, entre os cidadãos”.

Esta é pois a mais nova realidade em Luanda, em que uma jovem, assume ter uma relação dupla com dois homens e pretende assumir publicamente.

OPERAÇÃO “KUTULULUCA” CONTÍNUA

POLÍCIA DETÉM DUZENTOS E SEIS ALEGADOS MARGINAIS

O Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional (CPLPN) deteve preventivamente, cerca de 206 jovens, alienadamente, envolvidos em roubos e violações sexuais na capital.

Os agentes do Comando Provincial de Luanda da Polícia Nacional desmantelaram e detiveram, numa grande operação, denominada Kutululuca, em todo território de Luanda, vários grupos e delinquentes, considerados perigosos, entre os dias 07 a 14.07.14. Constam dos crimes descritos pela Polícia, três violações sexuais, seguidas de homicídios voluntários e roubos, ameaças de morte, furtos de viaturas e de motorizadas, artigos diversos e valores monetários que permitiram a detenção de 97 elementos com idades

compreendidas entre os 16 e os 54 anos de idade dos quais, 17 com antecedentes criminais.

Fazendo fé nas informações prestadas pela Polícia durante a operação Kutululuca (que quer dizer sossego em português), registou-se o desmantelamento de dois grupos de jovens “marginais, denominados, “BQ” da Maianga e os Casaco” do Cazenga.

Foram apreendidas ainda 51 armas de fogo de diverso calibre, duas gramas e meia de cocaína, 16 quilogramas de canábis sativa e recuperadas dez viaturas que haviam sido



roubadas, nos sete municípios de Luanda, onde decorre

a operação, estando a Polícia a acautelar, as suas acções,

com mandados de buscas e apreensões e de capturas.

UM CASO INSÓLITO, EM LUANDA

MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO ADOPTA NOVAS FORMAS DE LUTA

O MJR - Movimento de Jovens Revolucionários, líderes nas manifestações de contestação de rua, aprovou, no passado dia 09.07.14, uma espécie de Código de Ética, para guiá-lo nos próximos doze meses, garantiu o 2.º coordenador, Carlos Soberano.

A caminha-da tem sido espinhosa, com muita violência, espancamentos, prisões, etc, desde o ano de 2011, por aspirarem um país e uma política melhor e diferente. Têm sido incompreendidos e, vezes sem conta, são apupados de arruaceiros ou por frustrados e desempregados, pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Fruto de toda essa experiência, decidiram adoptar novas formas de luta e de organização das acções, tendo por esta razão, aprovado por unanimidade, um Código de Ética, contendo 21 artigos, que vigorará até Julho de 2015.

“Ao longo destes anos, andamos sem qualquer orientação, e por isso sentimos a necessidade de um instrumento que nos regule, daí a aprovação do Código de Ética para sermos todos disciplinados”, justificou Carlos Soberano acrescentando que “o nosso código foi elaborado com base na Constituição da República, leis ordinárias e demais instrumentos jurídicos ratificados por Angola”, afirmou o mesmo.

De acordo o código de ética que tem “apenas” um ano de vigência e que deverá ser revisto em Congresso Ordinário convocado pelo órgão Colegial, o Movimento Revolucionário é definido como uma organização de âmbito nacional, e tem como objectivo exi-

gir, promover e defender a consolidação do Estado democrático de Direito no país.

O ingresso no Movimento Revolucionário está aberto para jovens e mulheres de todas as idades, mas para muitos, o actual Código é “um bocadinho” intolerante.

O ponto 1 do Artigo 9º proíbe a intervenção dos participantes em reunião sem que se lhes concedam a palavra pelo órgão colegial, dirigido por sete cidadãos “idóneos”, e o ponto 2 alínea a), alerta que irão incorrer em infracções consubstanciadas em desobediência, e incitação ao tumulto os membros que violem o ponto 1.

O 2º Coordenador do Órgão Colegial do Movimento Revolucionário, Carlos Soberano, esclareceu que as contendas entre membros e as denúncias contra outrem, devem ser participadas ao corpo directivo de cada núcleo, e caso não haja provas das acusações, o denunciante incorrerá numa pena inflacionária de cinco mil Kwanzas (5.000,00) a favor do lesado.

De acordo o Código de ética, no interior do Movimento Revolucionário, não é tolerado qualquer tipo de discriminação e como elemento inovador, nas reuniões não é permitido o uso de telemóvel, máquinas de filmagens, caça palavras ou outros meios, sem a autorização do Órgão Colegial.

O Código determina que

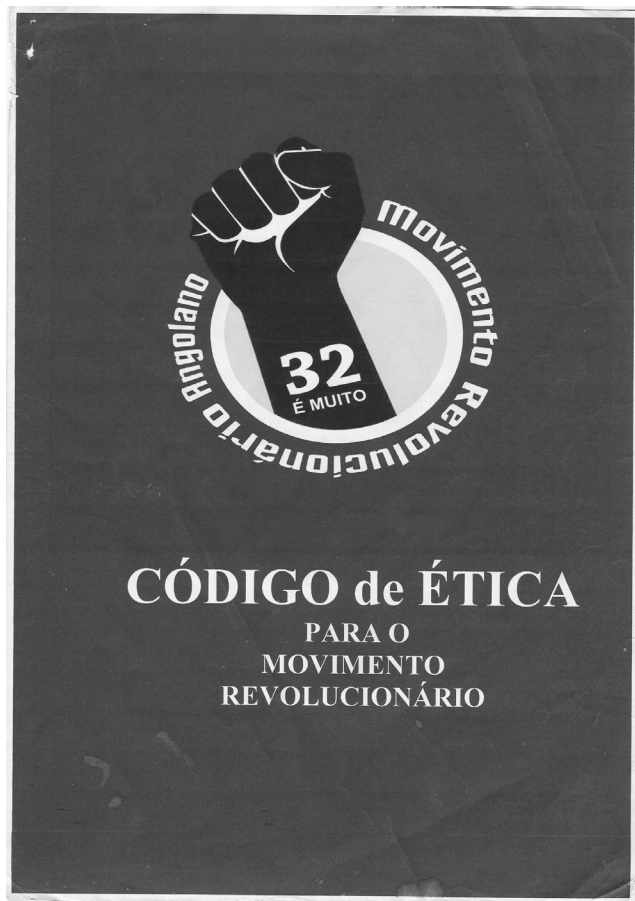
todos os membros devem pagar quotas mensais estipuladas em 200 Kz á nível dos núcleos, e os núcleos devem apresentar uma quotização no valor de dois mil Kwanzas. Portanto, o MR é dirigido por um órgão colegial com mandato de seis meses não renovável, e, os novos membros do órgão colegial ao tomarem posse, prestam Juramento com a mão direita sobre a Bíblia Sagrada e sobre o referido Código de Ética.

Quanto a destituição de um dos membros do Órgão Colegial, o código de ética determina que poderão ser destituídos, caso se confirme negligência ou a pedido do mesmo.

‘

O ingresso no Movimento Revolucionário está aberto para jovens e mulheres de todas as idades, mas para muitos, o actual Código é “um bocadinho” intolerante.

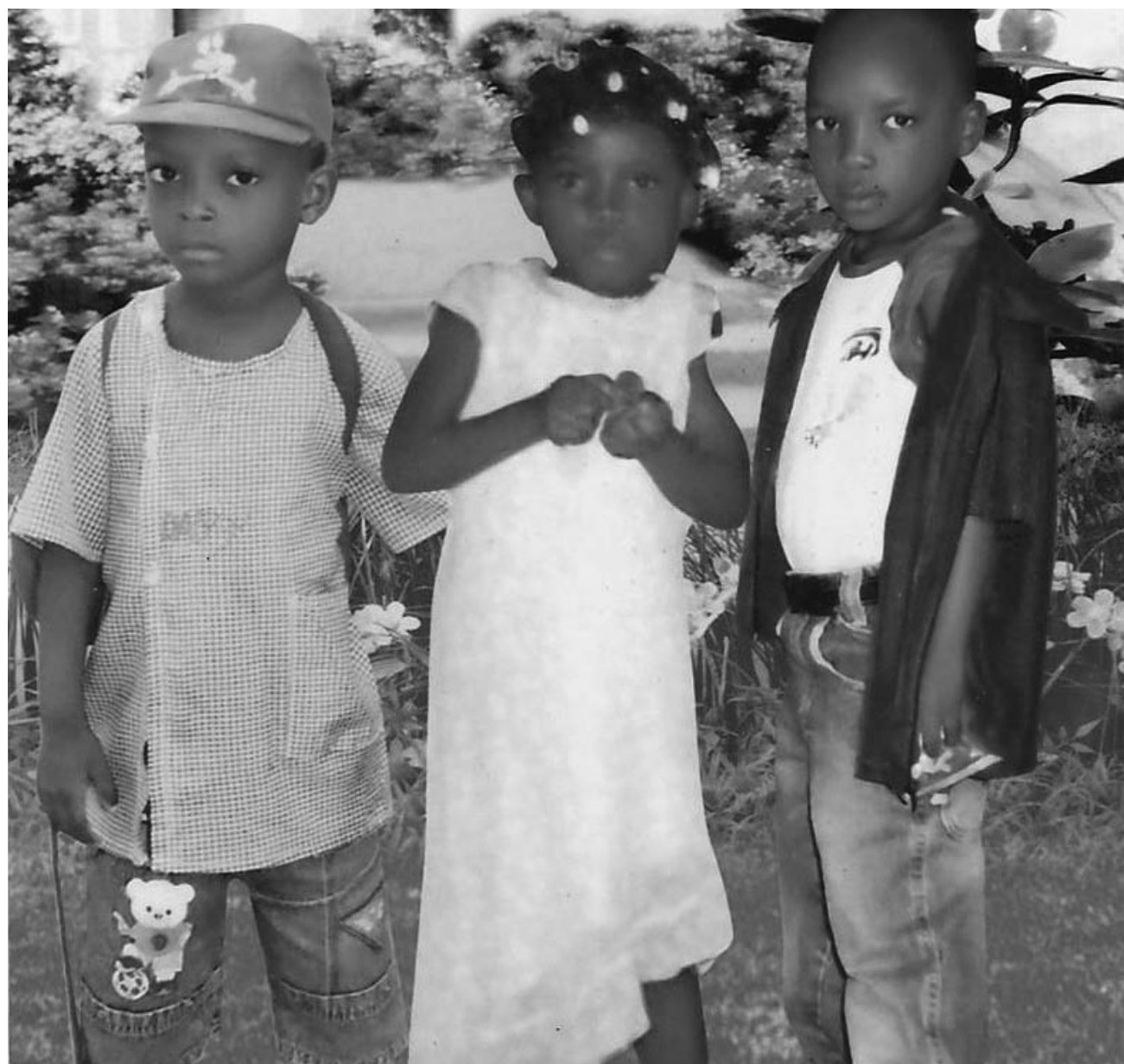
’



CHEGOU AO FIM JULGAMENTO POLÉMICO

TRIBUNAL CONDENOU TIO A UM ANO DE PENA SUSPENSA

Um caso que se arrasta por cerca de três anos, finalmente e que dividiu, uma família, teve o primeiro desfecho, na 3.ª Secção da Sala dos Crimes Comuns, do Tribunal Provincial de Luanda, Dona Ana Joaquina, com a condenação do médico José Alberto Sofia, a um ano e seis meses de pena suspensa, devido a queixa-crime, que lhe foi movida pela cunhada e irmão, face a morte dos três filhos, que eram sobrinhos do réu, por afogamento, na piscina de sua residência.



TEXTO: LUÍSA PEDRO

A O processo é por si, bastante sinuoso, pois assenta em fortes indícios, pois não se conseguiu provar ter havido premeditação e dolo, por parte do casal Sofia, ora réus no presente processo, pela morte por afogamento dos três sobrinhos, que estavam a passar o fim de semana na sua residência, na zona do Kikuxi.

No entanto, este facto veio dividir a família, pois o pai dos meninos era irmão mais novo e havia sido

criado, na casa do réu José Sofia, mas por se tratarem de filhos, também, de Azenaide Baptista, mãe das três crianças mortas, esta não aceitou condescender e avançou com a queixa-crime, que levou o réu e a esposa a terem ficado presos, por cerca de seis meses, na fase de instrução preparatória.

O juiz da causa, dr. Augusto Escrivão, reconheceu apesar da fragilidade das provas, ter havido uma certa negligência do casal Alberto Sofia, por não terem previsto a irreverência das crianças, principalmente, na ausência, por

perto, de adultos capazes de as advertir dos perigos, por esta razão “em nome do povo, vão os réus condenados a um ano e seis meses de pena suspensa e ao pagamento de uma indemnização de 3 milhões de Kwanzas”, ditou o juiz no alto da sua soberana autoridade.

Com esta decisão, em primeira instância, parte da sala, gelou, enquanto a outra rejubilou de alívio.

“Estou inconformada com a sentença, pois a condenação deveria ser maior, pois tratam-se de 3 crianças”, clamava, a mãe, por sinal, ao que F8 apurou,

separada do marido. “Finalmente vamos dormir mais descansados”, diz um sobrinho de Sofia.

No entanto, pese estes dois estados de alma, o caso ainda não encerrou, uma vez, haver recurso para o Tribunal Supremo, que tem três caminhos; confirmar a sentença, aumentar a pena ou absolver o réu. Até lá, tudo pode acontecer.

Recorde-se ter sido lida a sentença condenatória do réu, José Alberto Sofia, médico e tenente coronel das Forças Armadas Angolana e esposa, no passado dia 17 de Julho do

corrente ano, quatro anos depois de terem ocorrido os factos, na piscina de uma Fazenda em Kikuxi.

“A pena deveria, no mínimo, ser efectiva”, reclamou a mãe dos vítimas, Azenaide Baptista acrescentando o facto de o próprio juiz ter reconhecido a negligência cometida pelos co-réus, “que naquela situação e circunstâncias poderiam ter ocorrido a qualquer momento e ainda assim nada fizeram para evitá-la”.

A acusação, inconformada interpôs recurso e agora vamos todos esperar pelos novos desenvolvimentos.



UM CENSO ESQUISITO?

Segundo o que se publicou em alguns órgãos de comunicação social, nomeadamente no Jornal de Angola na passada quarta-feira e no Facebook (Reginaldo Silva e o mano Pedrowski), o censo, que mal tinha acabado de ser realizado, gerou alguns comentários e asserções avulsas que, pelo menos eram contraditórias - veio de lá o chefe responsável da operação a dizer que só faltava visitar umas quinhentas casas, mas foram enviadas mensagens a pedir a toda a gente para não apagar o sinal de visita dos delegados a fim verificar se tudo estava bem - o censo, portanto, veio de novo à baila da informação estapafúrdia com a seguinte notícia: Benguela, de acordo com a informação publicada esta quarta-feira pelo Jornal de Angola, já sabe quantos habitantes/habitações possui, 2.135.094 habitantes divididos por 4.515 habitações. Aqui há de certeza gato grande pois isso representa 473 pessoas por casa!! Enfim, felizmente o INE, pela voz do seu DG, Camilo Ceita, mostrou-se chocado com esta antecipação da informação tendo adiantado que a mesma para além de ser ilegal, é falsa. Acreditamos que seja falsa, mas também acreditamos que, à parte ter o mérito de obrigar o INE a por os "corninhos aosol" quer dizer mostrar com a devida transparência que é false e sair do que sempre acontece, ou seja da opacidade informativa deste regime exímio no exercício do autismo de Estado

IN VINO VERITAS

Alcoolemia faz, cada vez mais, parte integrante da cultura da maioria dos angolanos, sobretudo dos mais jovens, que, imitando o exemplo dos mais velhos e contaminados que estão pelas redes sociais, internet & Cia, deixaram de ler e começaram a desastradamente augurar uma cada vez pior educação para os nossos netos e bisnetos. E esse respeito temos, repetidas vezes, denunciado os malefícios das "Maratonas" organizadas pela propaganda partidária do MPLA e pela mesma ocasião somos nós mesmos alvo de críticas por só pensarmos em denegrir o partido dos camaradas. E a essa riposta dizemos o seguinte: «Tomara que fosse só isso!... uma data de coisas denigre muito mais que as Maratonas, por exemplo, o roubo institucionalizado dos cofres do Estado e outras fontes de riqueza, o laudativo de todos os ladrões engravatados da nossa terra, as casas de putas, o tráfico das mesmas, a matança e sequestro anónimos, enfim, um acervo cultural multifacetado à moda da Máfia Internacional! Sinto vontade de chorar, mas Angola, apesar de ser muito mais do que isso, aos nossos olhos atentos e aos olhos do mundo, é irrealmente. pouco mais do que isso.



O DESASTRE DOS PRISIONEIROIS



Uma situação que está no nosso país muito longe duma resolução aceitável é o status do prisioneiro comum, isto para não mergulharmos no poço negro e profundo do encarcerado por motivos políticos.

Actos de violência nos estabelecimentos prisionais sempre existiram, mas não podemos negar o crescimento do número de casos, que, pelo ambiente reinante em redor das prisões, tenderão infalivelmente a aumentar, não só em número, mas também no que toca ao grau de violência. São muitas as razões para que de futuro tal venha a ser o caso, a começar pelo problema do excesso de presos nas celas e, subsequentemente, as condições deploráveis que lhes são leoninamente impostas. Diga-se a verdade, a maioria das celas das nossas prisões é um autêntico atentado à dignidade humana. Leia a nossa página de Top secreto..



TENTÁCULOS CHINESES AÇAMBARCAM TUDO E TODOS NO MUNDO LUSÓFONO

O Brasil manteve-se como o principal parceiro econômico da China, com o volume global das trocas comerciais a ascender a 34,17 mil milhões de dólares até Maio. Com Angola, o segundo parceiro chinês no universo lusófono, as trocas comerciais cresceram 8,46% para 16,49 mil milhões de dólares. E se mais houver... lá chegarão. As trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa, onde

não se inclui – por alguns dias – a Guiné Equatorial, atingiram 53,3 mil milhões de dólares entre Janeiro e maio, um aumento de 9,28% face ao período homólogo do ano passado. De acordo com estatísticas dos Serviços de Alfândega da China, divulgadas pelo Secretariado Permanente do Fórum Macau, a segunda maior economia mundial comprou aos oito países lusófonos bens avaliados em 36,3 mil milhões de dólares – mais 11,63% – e vendeu produtos no valor de 17 mil milhões de

dólares, reflexo de uma subida de 4,56% em termos anuais.

O Brasil manteve-se como o principal parceiro econômico da China, com o volume global das trocas comerciais a ascender a 34,17 mil milhões de dólares até Maio – mais 8,58% comparativamente aos primeiros cinco meses de 2013.

As exportações da China para o Brasil cifraram-se em 13,48 mil milhões de dólares, enquanto as importações chinesas totalizaram, entre Janeiro e

Maio, 20,68 mil milhões de dólares, valores que traduzem, respectivamente, aumentos anuais de 1,56% e 13,71%.

No caso de Angola, Pequim vendeu a Luanda produtos avaliados em 1,71 mil milhões de dólares – mais 10,39% – e comprou mercadorias no valor de 14,78 mil milhões de dólares – mais 8,24% – face aos primeiros cinco meses do ano passado.

Com Portugal, terceiro parceiro da China na lusofonia, o comércio bilateral cresceu 25,71% para

1,89 mil milhões de dólares, graças à forte subida das exportações chinesas (28,76%) que atingiram 1,23 mil milhões de dólares, numa balança comercial favorável a Pequim, já que Lisboa comprou bens avaliados em 663,2 milhões de dólares, mais 20,42% em termos anuais homólogos.

Ao nível do comércio bilateral com a China, verificaram-se aumentos anuais com todos os países de expressão portuguesa entre Janeiro e Maio, destacando-se o crescimento das

trocas comerciais com a Guiné-Bissau (134,8%) e com São Tomé e Príncipe (64,17%), num quadro em que apenas as trocas comerciais com os dois maiores parceiros – Brasil e Angola – não registaram um crescimento a dois dígitos. Só no mês de Maio, as trocas comerciais bilaterais entre a China e os países lusófonos totalizaram 12 mil milhões de dólares, traduzindo um decréscimo de 1,89% face ao mês anterior.

A queda mensal ficou a dever-se ao recuo das importações da China aos países de língua portuguesa, que caíram 4,14% para 8,37 mil milhões de dólares, por oposição às exportações, que totalizaram 3,63 mil milhões de dólares, subindo 3,71% comparativamente a Abril.

Os dados divulgados incluem São Tomé e Príncipe, apesar de o país manter ligações com Taiwan e não participar directamente no Fórum Macau.

A China estabeleceu a Região Administrativa Especial de Macau como a sua plataforma para o reforço da cooperação económica e comercial com os países de língua portuguesa em 2003, ano em que criou o Fórum Macau, que reúne ao nível ministerial de três em três anos.

Mas nem tudo são rosas. As relações económicas entre a China e Angola estão, por exemplo, a impedir o combate ao tráfico ilegal de marfim, segundo um investigador norte-americano que acusa as autoridades angolanas de nada fazerem porque querem “atrair os consumidores, que são 95% chineses”. “Bastava livrarem-se dos intermediários e dos ‘barões criminosos’ que são os comerciantes que conhecem os contactos na Ásia e em África e seria muito fácil fechar estes mercados porque a legislação existe e no entanto o comércio é público porque eles querem atrair os consumidores, que são 95% chineses”, disse o investigador norte-americano, em declarações citadas pela agência de informação Bloomberg.

Recorde-se que a China é o maior comprador do nosso petróleo o que, paralelamente ao facto de Angola ser um país largamente dependente da produção petrolífera para sustentar o crescimento económico, e ser responsável por cerca de 15% das compras de petróleo da China, sendo que existem mais de 250 mil chineses a trabalhar no país, principalmente nas grandes construções.

O mercado de Benfica, nos arredores de Luanda, é o segundo maior mercado para o comércio ilegal de marfim, a seguir ao mercado de Lekki, em Lagos, na Nigéria, sendo que os dois países vizinhos têm, no total, menos de 3 mil elefantes.

De acordo com este investigador norte-americano especializado neste tipo de comércio e que está radicado no Quênia desde os anos 60, os comerciantes angolanos compram o marfim a 150 a 200 dólares por quilo, enquanto o preço em Pequim ultrapassa os 2 mil dólares por quilo. “Temos algumas divergências internas sobre quem deve ser responsá-



vel por monitorizar e avaliar este tipo de comércio ilegal”, argumenta o chefe do departamento de biodiversidade e conservação

no Ministério do Ambiente, Soke Kudikuenda, que acrescenta que já enviou documentação para o Conselho de Ministros

“para determinar se este tema deve estar sob a alçada deste ministério ou sob a alçada do Ministério da Agricultura”.



CARTA DENÚNCIA

SINPROF

SINDICATO NACIONAL DE PROFESSORES
SECRETARIADO PROVINCIAL DA HUÍLA

Greve professores na Huíla
**Governador atenta contra
 a vida e integridade
 do líder sindical provincial**

Desde há um tempo para cá o Governo da Província Huíla, na pessoa do Senhor Governador bem como o partido no poder têm feito comunicados não só acusando o Professor João Francisco de uma hipotética ligação com os partidos da oposição, como ameaçando-o de várias formas, procurando responsabilizá-lo de qualquer eventualidade que venha a acontecer com os professores. Neste momento chantageiam os professores com menos de cinco anos de modo a trabalharem sob pena de serem expulsos do Sector caso permaneçam na greve, por serem trabalhadores eventuais, dando possibilidade da rescisão do contrato, atribuindo culpa ao SINPROF. A essas ameaças e chantagens acresce-se uma perseguição dirigida quer dentro da cidade do Lubango como nos Municípios por onde temos passado. No pretérito dia 15 de Julho, terça-feira, o Professor João Francisco saiu com o Secretário para a Administração e o Coordenador do Conselho Fiscal para Caconda onde realizou-se uma Assembleia de trabalhadores. No final, receberam uma informação de uma armadilha montada para detê-los no Município vizinho, Caluquembe, que serve de ligação com o Lubango, esta comunicação foi transmitida pelo proprietário de um carro de marca Toyota cor Preta (características da viatura do SINPROF, que usamos sempre), que confundindo com o nosso, foi interpelado na via pelos agentes da ordem e ao identificar-se o motorista diziam “não és tu que procuramos, mas sim o João Francisco”. Informados da emboscada a equipa teve de mudar de rota e fazer uma curva maior para chegar ao Lubango. Com este cenário e fazendo fé as declarações do Senhor Governador, está mais que claro que as intenções contidas nessas declarações é mesmo prender o Secretário Geral Provincial para desmanchar o corpo do Secretariado e acabar com a greve com base nas coerções e ameaças dos descontos salariais que já vêm tentando. Neste âmbito, confirmadas que estão as intenções do Governo Provincial da Huíla liderado pelo Dr. João Marcelino Tyipingue, a Direcção do Secretariado Provincial da Huíla, alerta a comunidade nacional e internacional para o agravamento dessa perseguição e intimidação dos líderes sindicais, no aperto do cerco a estes, dizendo que o futuro das vidas dos responsáveis sindicais, em particular o Secretário Geral, está nas mãos do Dr. João Marcelino Tyipingue. A ele, as nossas famílias pedirão conta caso aconteça algo com a nossa integridade física, tal como indicam suas projecções. Pedimos também a todos os povos amantes da paz e da democracia a unir-se a causa justa dos professores da Província da Huíla, persuadindo o Governo Central a quebrar com esse silêncio que se tem verificado em relação aos problemas da Província, mormente no sector da Educação.

Lubango, 16 de Julho de 2014

O Secretário Geral Provincial
 Professor João Francisco
 Membro do Conselho Nacional

BENGUELA DIVULGA DADOS
DO CENSO E EMBARAÇA INE

O INE considera atropelo as normas do recenseamento a divulgação dos dados referente ao recenseamento da província de Benguela pelo Jornal de Angola que citou como fonte o Conselho Consultivo do Governo Provincial. Segundo os referidos dados, na referida província foram registados 2135094 habitantes e 4515 habitação que daria um rácio de cerca de 472 pessoas por habitação, considerado “absurdo” pelo coordenador geral do Gabinete do Censo e director do Instituto Nacional de Estatística, Camilo Ceita. Em comunicado, O INE garante que não foi “a fonte primária dos dados publicados na matéria e que desconhece a sua origem”, facto que, considera, violar artigos da Lei do Sistema Estatístico Nacional, nomeadamente os 24º e 25º da Lei 3/II de 14 de Janeiro

de 2011. Salientou ainda que foi com “bastante preocupação” que tomou conhecimento da matéria, acrescentando não corresponder a verdade. Os dados publicados, segundo ainda o documento, “não reúnem robustez técnica suficiente para serem utilizados”, pelo que “apela a todas as autoridades centrais, provinciais, municipais e comunais que possam ter tido acesso, de forma menos correcta, aos dados recolhidos pelos Agentes de Campo, durante a operação censitária, que o respectivo uso será prejudicial para qualquer acção governativa devido as inconsistências que ainda possam apresentar”. Adiantou ainda que “está no processo de compilação, tratamento e validação dos dados recolhidos durante a operação de campo do Recenseamento Geral da População e Habitação, ocorrido entre 16 e 31 de Maio”. Na ocasião, o INE salienta

que os resultados provisórios serão conhecidos no próximo mês de Setembro do ano em curso. Em entrevista em alguns órgãos, Camilo Ceita admitiu a possibilidade de levar às barras do Tribunal, o elemento que levou os números do censo geral de Benguela à reunião do conselho consultivo daquela província. “O gabinete central do censo e o Instituto Nacional de Estatística dissociam-se, completamente, desta informação. A pessoa, que divulgou estes dados, que foram entregues ao governo provincial, será levada ao Tribunal, porque viola a Lei”, afirmou. Pagamento: Por outro lado, continuam as preocupações em relação aos pagamentos com alguns dos que participaram a reclamar que apenas agora estão a assinar os respectivos contratos onde constam os descontos da alimentação que, desta feita esta a ser deduzido nos valor para a tristeza dos mesmos.



PROFESSOR DE POSTO E MONITOR ESCOLAR

EDUCAÇÃO UM CONCEITO DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO SOCIAL

TITO MARCOLINO*

Os países com uma forte componente tradição rural, monitorizam o sistema de educação nessas zonas a realidade gregária, ao ponto da interagir de tal forma com a comunidade que o professor passa a ter um estatuto de respeitabilidade, junto dos cidadãos na resolução de conflitos e não só. Tanto, assim é que o plano curricular, tende a incutir mais de 50% da realidade agro-pecuária, visando evitar, não só, a desertificação humana, bem como para aumentar o gosto pela vida do campo, nas novas gerações.

Por esta razão, desde antanho, que os verdadeiros governos com responsabilidade cidadã, promovem a migração de quadros para o interior das zonas rurais e do país, dando-lhes incentivos financeiros, de alojamento, saúde e não só, para que estes se transformem nos verdadeiros factores de desenvolvimento agro-industrial.

Quando a população do campo é culta, o caminho da pobreza e da fome, mingam e tendem a desaparecer, pois tudo que brota da terra passa a ter valor não só de subsistência como, também, comercial e aí, as veias do país passam a ser auto-suficientes. É por tudo isso, que no

tempo colonial, em Angola, os professores de posto e monitores escolares, tinham um estatuto e importância indiscutível, junto das populações rurais, pela responsabilidade que tinham em abrir os olhos e as mentes dos camponeses e com isso combatiam o desemprego, as doenças e a fome. Numa só palavra a educação, quando bem planificada de acordo com o princípio de igualdade e de projectos de desenvolvimento económico do país é um processo de inclusão social.

**É URGENTE
A REABILITAÇÃO
DOS ANTIGOS
POSTOS ESCOLARES**



As províncias do interior do país carecem de programas de recuperação e reconstrução de antigas escolas primárias e secundárias, para que se possa diminuir o descaso infantil pela educação, na maioria das vezes, por as escolas estarem longe, da maioria das aldeias, obrigando as crianças a longas caminhadas ou por haver falta de professores capazes de ensinarem a ler e a escrever. A insensibilidade em causa espanta as populações que dizem não aceitar que, em Angola, não haja dinheiro, para a recuperação das escolas que outrora funcionaram sob a égide, das repartições escolares coloniais.

As elites rurais são de opinião que os seus filhos merecem ter a mesma sorte de aprender a ler e a escrever, como a que eles, tiveram na era colo-

nial sublinhando não fazer sentido, que filhos de alfabetizados pelo colono, sejam analfabetos, na Angola pós independência. “Não faz sentido a justificativa de falta dinheiro para a reconstrução das escolas rurais, quando se esbanja em coisas fúteis, como concursos de missas e danças estrangeiras, com dinheiro público”.

É uma ironia, que a independência tenha, em muitas regiões rurais, parido mais analfabetos, que os letrados vindos do período colonial. “Se filho de peixe sabe nadar, filho de letrado, deve ler, contar e falar correctamente e, nesta época de tecnologias de comunicação, superar os pais academicamente”.

Ante este quadro, só existe uma solução, melhor o Sistema Nacional de Educação.

*Com Kuiba Afonso



DOMINGOS CHIPILICA EDUARDO

CIDADANIA

AINDA O SONHO DA LIBERDADE



A originalidade da Revolução Francesa no longínquo ano de 1789, a tríplice arma: a liberdade, igualdade e fraternidade que estremeceu/abalou/destruiu o poder absoluto do rei. Este foi degolado na praça pública. Nem tudo foi um mar maravilhoso, França levou algum tempo para que fosse uma “república”. Todos sabemos que não há liberdade absoluta ou seja o sonho da liberdade é permanente e infundável. Se aterrarmos aos manuais de História,

encontraremos intermináveis listas e acontecimentos cujo pano de fundo, foi o pretexto ou intenção real de liberdade reinos, povos... Angola e os angolanos também escreveram páginas da luta pela liberdade. É indiscutível que a conquistámos com calor/sangue/suor e ideologia. A independência foi/é uma vitória do «povo especial». Em 1975, a independência política e o sistema político que optamos (« não sabemos, se também foi-nos imposto tal como a democracia!»). A verdade é que os Direitos Fundamentais na sua generalidade foram proibidos/adiados.

Em 1992, novo ar sobrevoou o nosso território trazendo o Estado de Democrático e Direito arrastando consigo liberdade de expressão e as suas limitações na Constituição e da lei. Neste exercício os órgãos e as pessoas não estavam preparados nem sequer tinham aprendido. Por isso, ao longo dos anos (e em todos os momentos da nossa vida colectiva), assistimos mortes “na via pública” de pessoas que depositaram fé na liberdade, desde políticos (até militantes dos mesmos partidos) aos jornalistas “independentes”, Mfulumpinga N’Lando Victor e Ricardo

de Mello...

Nos dias de hoje fala-se com a alguma frequência e oficialmente ninguém desmente. Que a maioria das instituições públicas e privadas são mártires da liberdade. Deixam-se “telecomandar” aos caprichos das ordens superiores, quase boa parte das pessoas estão presas andando. A comunicação social no geral confunde linha editorial com vontade/medo do chefe ou “autocensura com censura”. Ó mártir da liberdade!

Antigamente os nossos mais velhos lutaram na clandestinidade, porque o regime colonial opressor não perdoava

va nem tolerava o motivo da sua luta. Actualmente muitos “nacionalistas” adoptaram este método, as razões são sabiamente conhecidas. Através da internet principalmente nas redes sociais, anónimas/conhecidos fomentando/implementando a sua “Oposição.”

Não é a liberdade de locomoção/comer/estudar/construir ... A liberdade que nos preocupa é de falar/noticiar/conversar/debater com responsabilidade sendo o limite a Constituição e lei.

«Exercitar a liberdade é tornar-se mártir, o contrário é tornar-se prisioneiro vadio»

C



LUÍS FILIPE*

ONSULTÓRIO MÉDICO

DORES DE CABEÇA

Ador de cabeça ou cefaleia é um problema muito comum entre os angolanos. Existem um sem número de doenças que podem causar dor de cabeça.

As dores de cabeça são um verdadeiro alarme que avisa de que a nossa condição orgânica não está em ordem. Se, ao invés de tomarmos as providências necessárias para controlar a disfunção causadora da dor de cabeça, tentarmos eliminar apenas o incómodo através do uso de analgésicos, estaremos desprezando o nosso sistema de alarme e isso representa um grande perigo. É como desligar a sirene de incêndio numa fábrica de explosivos.

Também, a condição de excessiva acidez sanguínea invariavelmente provoca dores de cabeça, especialmente após a ingestão excessiva de alimentos de origem animal, frutas, alimentos açucarados etc. O excesso de trabalho, o nervosismo e a preocupação também são frequentemente, factores que causam dor de cabeça. São realmente muitas e variadas as situações que po-



dem causar dor de cabeça. Porém quando quisermos sanar esta afecção, tudo o que precisamos saber é se a dor é proveniente de um excesso yang ou de um excesso yin no organismo do paciente. Para determinar se a dor de cabeça é Yang ou Yin basta relacionarmos-nos às regiões da cabeça em que a cefaleia se manifesta com maior intensidade. Devemos verificar se a dor de cabeça se apresenta na testa ou na nuca; na têmpora direita ou esquerda.

Existem basicamente duas categorias de dor de cabeça na Medicina Tradicional Chinesa: 1 – ataque externo e 2 – lesão interna. A dor de cabeça devido à invasão de vento externa ou ataque externo é causado pelo vento, o gerador de centenas de doenças. Na vida diária, se não tivermos cuidado, o vento pode atacar-nos. O mal externo ataca nossa pele entrando primeiro pela superfície. A seguir, vai directamente para cima, no topo da cabeça, perturbando assim o Yang claro e estagnando o Qi e o Sangue. Por isso, a cefaleia ocorre, tendo em vista que a dor é causada pela estagnação.

Continua)

UM SORRISO AMARELO SEM VERDE

POR DOMINGOS KAMBUNJI

As crónicas que custam mais de cem mil euros por ano ao erário público, publicadas no pasquim oficial pelo Artur, às vezes Álvaro, as dedicadas ao mundial de futebol, foram, nas últimas semanas, uma triste comédia de bradar aos céus. Cem mil euros pagos pelo pasquim oficial por tão parca imaginação, criatividade matumba e visão muito retrógrada... Isso é esbanjar dinheiro público!

Elas, se não iam visitar e matar saudades do tempo colonial, iam buscar recordações de música, de rimas e de personalidades que pouco ou nada dizem à geração actual e pouco têm a ver com a realidade e os anseios da sociedade angolana do presente. É natural que quem se inspira no bolor só pode querer promover e homenagear os elementos da gerontocracia cleptómana, imposta à sociedade de Angola, que enrica os principais diGerentes com a kapercentagem dos dinheiros públicos.

Os vícios de linguagem, inspirados na cultura política vigente no país, facilitam a gestação e publicação de gafes que projectam os serventes dos órgãos de informação e propaganda do poder para o estatuto de bobos da corte, muito totós. As pessoas inteligentes soltam sorrisos amarelos, por dó e caridade. Uma dessas bojardas surgiu numa das crónicas, que custam mais de cem mil euros por ano aos cofres do Estado, onde o Mega-remunerado escritor, tendo em conta a fraca qualidade dos seus escritos, afirma que na hora em que ele estava a escrever



os seus pensamentos anquilosados, “o Brasil impõe os seu futebol aos tanques de guerra alemães (panzers)”.

Deitou foguetes antes do tempo. Gargalhada geral por esta bojarda, a nível nacional e mundial, e, em simultâneo, tristeza para os que, como nós, eramos apoiantes, de sofá, da equipa do Brasil. O Brasil perdeu por 7-1.

Isto só demonstra que o escriba Mega-remunerado, o que abifa mais de cem mil euros por ano dos cofres do Estado, o que foi recentemente desmascarado pelo Raul Danda devido às suas actividades predadoras, no momento de gafafunhar no papel os seus pensamentos encontra-se pouco lúcido, pouco clarividente e com alucinações preocupantes. Só ele é que foi capaz de ver o Brasil a impor o seu futebol. As pessoas, em todo o mundo, viram o Brasil a ser humilhado e cilindrado com a pior derrota na história do futebol brasileiro em campeonatos do mundo.

No futebol. Como na política, os dominadores nem sempre são os vencedores. Aconteceu isso com o colonialismo, assim irá acontecer com o actual cabritismo angolano, acontece isso nas táticas

mais modernas de futebol em que algumas equipas permitem o domínio do adversário, sem causar perigo, para depois poderem marcar golos em contra-ataque e ganharem os desafios. No futebol, não há imposições, há vitórias ou derrotas, com maior ou menor domínio do adversário. O adversário não deverá ser visto como um inimigo, como que acontece, paranoicamente, na cultura política imposta pelo actual Reigime angolano.

Em Angola, país onde há pouco diálogo e muitas imposições, os árbitros favorecem sempre a equipa que tem as vitórias eleitorais pré-cozinhadas. Há quem diga que as imposições do poder começam com os resultados eleitorais pré-fabricados e depois estendem-se por muitas áreas da economia e finanças, pela emergência e engorda dos novos ricos, pela gestão e funcionamento do paraLamento, pela aprovação da famosa “Constituição Atípica”, pelas leis e pelos julgamentos nos tribunais e, sobretudo, pela maneira de gerir as receitas dos recursos naturais, as mentalidades e a forma ditatorial de controlar a mensagem na informação dos órgãos oficiais de “cumunicação” e

propaganda, escrita, falada e televisiva.

Este escriba que viu o Brasil a “impor o seu futebol aos tanques de guerra alemães” é o mesmo que, mercenária e fanaticamente, afirma, com uma frequência doentia, que o Reigime angolano é democrático e o partido do governo zela pelo bem estar e pela melhoria de qualidade de vida dos cidadãos de Angola. Grande falácia! A sua patologia não é só de origem oftalmológica! A sua lucidez, quando pensa e escreve, é muitíssimo distorcida, delirante, como demonstra a afirmação sobre o jogo entre o Brasil e a Alemanha, em que a equipa brasileira foi humilhantemente derrotada.

O Artur, por vezes Álvaro, até conseguiu ver o Che Guevara a jogar pela Argentina: “ele também entrou em campo no Estádio do Corinthians, em São Paulo; defendeu, atacou, lutou e ganhou”. O jornalista mercenário baralha as realidades ou deve ter assistido a esse jogo como telespectador da TPA, que apresenta, frequentemente, mensagens distorcidas e imagens manipuladas, para tentar esconder a verdade e a injustiça social em Angola. O Che Guevara, depois de ter sido paia-do pelos irmãos Castro de

Cuba, já encartou o estojo há muito tempo, após ter sido cobardemente fuzilado, como o MPLA fez com muitos angolanos no 27 de Maio e durante a guerra civil. Só o Artur, às vezes Álvaro, conseguiu ver o Che Guevara a jogar no Campeonato do Mundo de Futebol do Brasil, pela Argentina. Os registos dizem que o Che não fez parte dos jogadores de campo nem dos suplentes utilizados e não utilizados e que, se fosse vivo, abominaria a política social do zeduardismo, tão fanaticamente exaltada pelo Artur, por vezes Álvaro.

Outro facto que ressalta da mensagem deste servidor da “comunicação” social angolana, pago a peso de ouro, petróleo e diamantes, é a linguagem que utiliza nos seus escritos incendiários para referir-se à equipa de futebol da Alemanha: “tanques de guerra alemães (panzers)”. O futebol deve ser confraternização e competição, somente. Não é uma guerra.

Será que a selecção nacional de futebol Angola, “Os Palancas”, vai passar a ser designada por “Os Fuziladores do 27 de Maio”? Ou por “Os Sanguinários Iniciadores da Guerra Civil Angolana”? Ou por “Os Delapidadores das Receitas dos Recursos Naturais”? Ou por “Os Jacarés do Bengo”?

Nós rejeitamos profundamente que alguém tente alterar a designação “Os Palancas”. No que se refere ao colaborador do pasquim oficial do Reigime, o Artur, por vezes Álvaro, o que ganha mais de cem mil euros por ano, só para provocar desavenças e incitar ao ódio, não temos a certeza, porque o mercenarismo e o viracasaquisimo são capazes de tudo.

N



ANTÓNIO SETAS

A HORA DA LEITURA

O PRÍNCIPE DE MAQUIAVEL V

Por experiência, viu-se que a grandeza da Igreja e da Espanha na Itália foi causada pela França, e a ruína desta foi acarretada por aquelas. Disso se extrai uma regra geral que nunca ou raramente falha: quem é causa do poderio de alguém arruína-se, por que esse poder resulta ou da astúcia ou da força e ambas são suspeitas para aquele que se tornou poderoso.

**CAPÍTULO IV
POR QUE RAZÃO O REI-
NO DE DARIO OCUPADO
POR ALEXANDRE, NÃO
SE REBELOU CONTRA
SEUS SUCESSORES
APÓS A MORTE DESTA
(CUR DARIII REGNUM
QUOD ALEXANDER OC-
CUPAVERAT A SUCCE-
SORIBUS SUIS POST
ALEXANDRI MORTEM
NON DEFECIT)**

Consideradas as dificuldades que devem ser enfrentadas para a conservação de um Estado recém-conquistado, alguém poderia ficar pasmado ante o facto de que, tendo se tornado senhor da Ásia em poucos anos, não apenas havia terminado sua ocupação, Alexandre Magno veio a morrer e, a despeito de

parecer razoável que todo aquele Estado devesse rebelar-se, seus sucessores o conservaram e para tanto não encontraram outra dificuldade senão aquela que, por ambição pessoal, nasceu entre eles mesmos. Argumento: os principados de que se conserva memória, têm sido governados de duas formas diversas: ou por um príncipe, sendo to-

dos os demais servos que, como ministros por graça e concessão sua, ajudam a governar o Estado, ou por um príncipe e por barões, os quais, não por graça do senhor mas por antiguidade de sangue, têm aquele grau de ministros. Estes barões têm Estados e súbditos próprios que os reconhecem por senhores e a eles dedicam natural afeição. Os Esta-

dos que são governados por um príncipe e servos, têm aquele com maior autoridade, porque em toda a sua província não existe alguém reconhecido como chefe senão ele, e se os súbditos obedecem a algum outro, fazem-no em razão de sua posição de ministro e oficial, não lhe dedicando o menor amor. Os exemplos dessas duas espécies de governo são, nos nossos tempos, o Turco e o rei de França. Toda a monarquia do Turco é dirigida por um senhor: os outros são seus servos; dividindo o seu reino em sandjaks, para aí manda diversos administradores e os muda e varia de acordo com sua própria vontade. Mas o rei de França está em meio a uma multidão de antigos senhores que, nessa qualidade, são reconhecidos pelos seus súbditos e por eles amados: têm as suas preeminências e não pode o rei privá-los das mesmas sem perigo para si próprio. Quem tiver em mira, pois, um e outro desses governos, encontrará dificuldades para conquistar o Estado Turco, mas, vencido que seja este, encontrará grande facilidade para conservá-lo. Ao contrário, encontrar-se-á em todos os sentidos maior facilidade para ocupar o

Estado de França, mas grande dificuldade para mantê-lo. As razões da dificuldade em ocupar o reino do Turco decorrem de não poder o atacante ser chamado por príncipes daquele reino, nem esperar, com a rebelião dos que rodeiam o soberano, poder ter facilitada a sua empresa: é o que resulta das razões referidas. Porque, sendo todos escravos e obrigados, são mais dificilmente corruptíveis e, quando fossem subornados, pouco de útil poder-se-ia esperar, visto não serem eles capazes de arrastar o povo atrás de si, pelos motivos já mencionados. Logo, se alguém assaltar o Estado Turco, deve pensar que irá encontrá-lo todo unido, convindo contar mais com suas próprias forças que com as desordens dos outros. Mas, vencido que seja e uma vez desbaratado em batalha campal de modo que não possa refazer os exércitos, não se deve recear outra coisa senão a dinastia do príncipe; uma vez extinta esta, ninguém mais resta que deva ser temido, já que os demais não gozam de prestígio junto ao povo; e como o vencedor deste nada podia esperar antes da vitória, depois dela não deve receá-lo.



REPÚBLICA DAS TORTURAS, DAS MILÍCIAS E DAS DEMOLIÇÕES



DIÁRIO DA CIDADE DOS LEILÕES DE ESCRAVOS

08 de Julho

É o início da segunda, ou terceira parte da série, o sistema bancário na fosa das Marianas. Os tipos estão todos feitos já há muitos, muitos anos, com dados contabilísticos falsos. Os governos sabem bem disso mas tapam os olhos, até que a coisa rebenta, porque é impossível durante muitos anos inventar números sem que surja o descalabro. O mais interessante é as equipas de auditores que não detectam nada? Não, não é possível, estão todos feitos!

Viva a revolução dos apagões! Das 19.54 até às 21.02 o poder supremo cortou-nos a energia eléctrica.

O histerismo político de algumas vozes, junto com a religião corrupta não servem Angola. Só têm visão da pessoal ambição. A miséria e a escravidão abriram as portas ao povo angolano. E abraçaram-se, e fizeram muitos tratados de amizade, cooperação e respeito mútuo. E foram muito felizes.

09 de Julho

Das 07.40 até às 08.23 horas deixaram-nos às escuras.

Cinco horas e dez minutos da manhã com dezasseis graus de temperatura e oitenta por cento de humidade fora de casa. Acordei, no apartamento de baixo o bebé dos indianos esteve meia hora a chorar com força.

Cinco horas e quarenta e nove minutos. No apartamento de cima um casal de amantes mwangolé está na sua actividade



habitual, na luta diária da pancadaria. Ouve-se o cair de objectos no chão e o arrastar de mobiliário. Pouco depois é o silêncio. Sabe-se que tais demonstrações de força acontecem de vez em quando porque o amante engravidou outra.

10 de Julho

Não me recordo bem se foi neste dia, não anotei a

data porque estou na trincheira insegura devido ao ataque sem dó nem piedade da bronquite crónica que não aceita tréguas. Foi um acontecimento insólito: Creio que pelas 10 e tal da manhã na Rádio Ecclésia, ouvi que o IDF - Instituto de Desenvolvimento Florestal, no Bié, tem apenas seis fiscais para combater a desflo-

restação anárquica dos carvoeiros. De imediato passo para a Rádio Kairós da Igreja Metodista e oiço também que o IDF do Bié tem apenas seis fiscais. Coincidência incrível não é?!

11 de Julho

No dia 30 de Junho um casal foi com o seu filho ao hospital para consulta de possível cegueira devida

à malária cerebral, e os seus pais são informados que no hospital Maria Pia os médicos estão de férias.

Mais um golpe da repressão eléctrica. Ficámos a ver a luz de vela das 17.53 até às 18.24 horas.

Às vezes fico a pensar se a Internet veio para nos facilitar ou complicar a vida.

Quando uma criança nasce com deficiências congénitas, significa que quando no ventre da mãe, o software biológico da imunodeficiência não foi completamente instalado. Houve um erro que o sistema não conseguiu repor.

12 de Julho

Angola está terra de ninguém. Que Deus e os nossos bispos abençoem o nosso partido do petróleo e das barras de ferro. Não se pode aceitar nem conceber que a escravidão do mwangolé seja uma fatalidade.

E todos se vendem - até o clero - por um barril de petróleo.

É impossível haver paz, estabilidade política, social e económica entre a democracia, a democracia do petróleo e a democracia das barras de ferro.

13 de Julho

Mais uma vitória, uma grande conquista: O paraíso das barras de ferro que enche, abastece Angola e os angolanos de violentas equimoses.

E onde não há informação, isso é incitação à violência.

14 de Julho

Na primeira noite o português já mais velho está

bêbado, junta-se aos seguranças na entrada do prédio e pede-lhes para que o deixem dormir. Abancou, dormiu e de manhã bem cedo lá foi ninguém sabe para onde.

Na segunda noite o português reaparece e renova o pedido para abancar. Continua bêbado. Pede aos seguranças se lhe podem emprestar dinheiro. Coitados dos seguranças, pois o dinheiro que ganham mal lhes chega quanto mais para fazerem empréstimos. O português muda a conversa para uma moradora que estacionou por momentos para falar com um segurança, e o português sem qualquer pudor diz-lhe para ela lhe arranjar uma jovem angolana. A moradora responde-lhe que se quiser uma mulher que aguarde lá para a meia-noite que a essa hora aparecem muitas jovens mulheres da vida

e aí é só escolher uma. O português insiste com outra pergunta, se pode dormir em casa dela, ao que a moradora vira-lhe as costas e baza para a sua casa. Na terceira e última noite, outro português diz que conhece o outro muito bem. Que ele era director numa empresa e foi ruado por ser bêbado. E que também foi ruado de casa pelo mesmo motivo. O homem chega exausto de álcool, prepara-se para abancar, senta-se e um segurança já farto de o aturar segreda para outro que, olha, chegou a confusão. Mas, o português ouve e descarrega como é seu hábito, porra! Caralho! Então, os seguranças viram-se para o homem e dizem-lhe para abandonar as instalações da entrada do prédio e procurar asilo noutra local, porque aqui já não dá porque se lhe acontecer alguma coisa eles depois

é que serão culpados. E assim o português lá foi diplomaticamente escorraçado. Onde pára? Anda por aí abandonado.

15 de Julho

O segundo Alcácer-Quibir: “Os títulos do BES estão em queda há sete sessões consecutivas e bateram esta manhã mínimos de sempre nos 35,5 cêntimos. A crise no Grupo Espírito Santo está a pressionar Lisboa, que lidera destacada as perdas na Europa”. In Diário Económico

O terceiro Alcácer-Quibir: “Além da posição de capital, avaliada em 670 milhões, o BES emprestou 3.000 milhões ao BESA. Esta exposição pode estar em risco com a tomada de controlo angolana. Luanda procura solução que não prejudique BES. O Banco Espírito Santo está em risco de perder cerca de 3.000 milhões de euros de apoios de liquidez conce-

didados ao BES Angola”. In Jornal dec Negócios

16 de Julho

Decreto 000/999/14 do Conselho da Revolução Convindo proteger a corrupção e todos os que com ela colaboram, e a todo o momento se empenham na defesa desses nobres ideais, o Conselho da Revolução decreta: § Único: quem ofender ou injuriar um corrupto será exemplarmente punido, surrado à morte lenta pelas barras de ferro. De lembrar que só serão permitidas manifestações que enalteçam a bandeira da corrupção. As manifestações que não sigam o paradigma da corrupção serão proibidas – o que não constitui nenhuma novidade, apesar da CRP-Constituição da República do Petróleo, o permitir na mais pura (?) legalidade – e qualquer tentativa para o seu restabelecimento, os seus mentores e demais ma-

nifestantes serão implacavelmente perseguidos, presos, torturados, numa só palavra: Entregues à nossa inquisição.

Cumpra-se e publique-se para consumo interno

O Conselho da Revolução

17 de Julho
A maldição do petróleo continua. São cerca de vinte e uma horas. Parece um maluco, mas não. Será o pai? Um transeunte talvez aí de trinta anos de idade vai com uma criança de quatro, cinco anos de idade. Pega-a e carrega-a nas costas. A criança está doente e o pai também. Arrastam-se pela rua em busca de socorro. Quem os observa sente pena de tamanha desgraça, de tamanha miséria que se abate sobre os desalojados do petróleo de Luanda, onde estás Angola?!. De certeza que sucumbirão no frio e na fome da noite que já está como gelo.



Dr. M.K Rungwe

Grande Astrólogo

Especialista em medicina

tradicional Trata de quem sofre de:

1-Impotência sexual.
2-Esterilidade
3-Corrimento
4-Borbulhas no pénis
5-Sífilis
6-Doenças venéreas crónicas
7-Asma
8-Dores de útero
09-Período prolongado
10-Diabele
11-Hemorróide

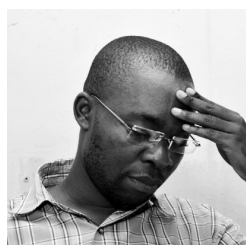
12-Comichão
13-Dores de coração
14-Sonhar a fazer sexo
15-Deixar de fumar
16-Dar sorte no trabalho
17-Recuperação de amor perdido
18-Ajuda de todo tipo de problema que você tem
19-Ser apertado por maus espiritos

Os interessados deverá contacta - me no seguinte terminal: 932630361

E

DOMINGOS DA CRUZ

TICA & EXISTÊNCIA



DOMINGOS DA CRUZ

NOVA ÁFRICA (III)

E particularmente interessante a composição da Corte Penal Internacional.

Entre os 15 membros, 6 são africanos: Fatoumata Dembele Diarra, 1ª vice-presidente da Corte (Mali), Akua Kuenyehia, 2ª vice-presidente (Gana), Ntanda Nsereko David Daniel (Uganda), Joyce Aluoch França (Quênia), Sanji Mmasenono Monongeng (Botswana) e Fatou Bensouda, Procuradora-Geral (Gâmbia). A Substituição de Ocampo por uma mulher da Gâmbia, um país africano, é relevante porque o mundo hoje é controlado nas grandes organizações internacionais, sem ignorar o peso económico e financeiro. Na SADC, há possibilidade de criar-se um tribunal à escala regional, mas está a encontrar impasses políticos.

A dinâmica de sinais de esperança contagiou mais ou menos todos os cantos do continente, por isso, em 2011 assistimos a uma revolta popular no Norte que deixou cair por terra três longas ditaduras, o que revela bem o crescimento e amadurecimento da consciência cidadã e o reconhecimento por parte da juventude africana que os povos unidos são os donos do poder e não os que governam. Para lembrar, talvez algumas pessoas estejam esquecidas, mas o primeiro país africano, nesta década, onde um presidente foi destituído com manifestações (2009), foi Madagáscar onde Andry Rajoelina enquanto



governador de Antananarivo, a capital, tornou-se popular e descontente convocou o povo para derrubar Marc Ravalomanana. Em poucas palavras, aqui está a demonstração de uma sociedade civil florescente e vibrante. Real e virtual, já que a nova geração africana apossou-se das TICs. Esta sociedade civil, ao mesmo tempo em que é autónoma também é interactiva. Troca dados e experiências. Todos os anos acontecem encontros regionais e inter-africano entre muitas ONG, fundações e associações que discutem as virtudes e vícios do continente, as forças e fraquezas e propõem soluções teóricas e práticas.

Esta rede de organizações da cidadania africana também é insuflada pela Comissão da União Africana Para os Direitos do Homem que nas suas sessões admite organizações credíveis como observadoras, por exemplo, a AJPD e a OMUNGA. Estas organizações também têm o direito de apresentar relatórios sobre o quadro dos direitos humanos nos seus países. A sociedade civil africana estende-se também na



diáspora, e é um segmento importante. No campo político, os cidadãos africanos que residem no estrangeiro olham de forma crítica os seus governos e nos actos eleitorais optam por mudanças, o que tem levado alguns regimes a negarem o voto a estas pessoas. Pelas experiências positivas, de regresso aos seus países tornam-se muito exigentes e dão novos ingredientes às dinâmicas da cidadania, criando forças reais de pressão.

No alargamento da intervenção da sociedade civil em África, está a contribuição do multibilionário do sector de telecomunicações, o sudanês Mo Ibrahim na concepção e implantação da fundação com seu nome que teve inicialmente o propósito de premiar os presidentes que foram capazes de desencadear boa governação, transparência e promoção dos direitos fundamentais. O prémio tem um valor de 5 milhões de dólares americano. Algumas edições do prémio não tiveram vencedor porque não havia líderes que merecessem tal distinção. Na memória do prémio teve como primeiro galardoado

o ex-presidente de Moçambique Joaquim Chissano (um dos membros do Conselho de Sábios da UA); o ex-presidente do Botswana, Festus Gontebanye Mogae e mais recentemente o ex-presidente de Cabo-Verde Pedro Verona Pires. Tendo constatado falta de líderes à altura do prémio, a fundação decidiu a alguns anos investir num viveiro que possa criar novas lideranças para o futuro de África. Para isto disponibilizou milhares de dólares para conceder bolsas de Mestrados e Doutoramentos a jovens promissores, líderes, em várias universidades: Universidade de Londres e London Business School recebem estudantes nos cursos de Estudos Africanos, Direito e Economia; A Universidade Americana do Cairo recebe jovens para Arqueologia e Antropologia Antiga, para além de bolsas dadas para jovens que vivem e estudam no Sudão com realce para as mulheres. A fundação também criou um "índice Ibrahim sobre boa governação em África", a semelhança dos índices sobre a liberdade de imprensa ou sobre a democracia, permitindo assim que possamos avaliar os nossos avanços e retrocessos, as nossas forças e fraquezas, transformando-se assim num instrumento de pressão aos governos. Pelo número de variáveis que o índice contém e analisa, permite francamente dar uma ideia mais ou menos segura dos níveis de desenvolvimento em que um país se encontra. O índice é feito por peritos africanos e estrangei-

ros que trabalham nalgumas melhores Universidades do mundo.

No campo da Ciência e da Cultura existem alguns indicadores importantes. Sob tutela da União Africana, foi criada a Universidade Pana-africana (UP). A presente Universidade arrancou em 2012 com as faculdades das zonas Ocidental, Oriental e Central, com os cursos de Mestrados em 2013 começaram os PhD. Ela tem como fim fazer pesquisa aplicada aos problemas africanos e tem cinco departamentos, correspondentes as diferentes regiões de África. As faculdades só receberão alunos dos países membro com QI acima da média. Pretende-se que seja um espaço de excelência. A sede da UP, está em Adis-Abeba (Etiópia) e as faculdades estão localizadas nos seguintes países: Ciências Humanas, Sociais e Governação (Camarões, corresponde a região Central); Ciências básicas, tecnológicas e Inovação (Quênia, referente a região Oriental); Ciências da Vida, Geociências e Agricultura (Nigéria, correspondente a África Ocidental); Ciências da Água, Energia e Mudanças Climáticas (Argélia, para a zona Norte) e Ciências Espaciais (África do Sul, contempla a região Austral). A União Africana também instituiu um prémio na área das ciências que visa incentivar a pesquisa avançada e de alto nível no continente. Vários pesquisadores do continente já foram laureados, por exemplo, a Sul-Africana de origem argelina, Hassina Mouri, entre outros.

NADINE GORDIMER: UMA VIAGEM SEM REGRESSO

A escritora sul-africana, Nadine Gordimer tinha 90 anos e deixa uma vasta obra ficcional que retrata criticamente o regime do apartheid, mas que também olha sem concessões para a nova África do Sul.

TEXTO DE SIMÃO SOUINDOULA*

A escritora sul-africana Nadine Gordimer (1923-2014), prêmio Nobel da

Literatura em 1991 e uma das mais influentes vozes contra a segregação durante o regime do apartheid, morreu aos 90 anos. Um comunicado da família informa que a autora “morreu pacificamente” na sua casa de Joanesburgo, na presença dos seus filhos Oriane e Hugo.

Gordimer publicou dezenas de romances e livros de contos, muitos deles retratando a África do Sul durante o regime do apartheid. Em 1974, venceu o Booker Prize com *The Conservationist* (O Conservador, Asa), protagonizado pelo anti-herói Mehring, um sul-africano branco e rico que vai beneficiando dos privilégios que o regime lhe confere enquanto se debate com o crescente sentimento de que a sua vida carece de verdadeiro sentido.

Nadine Gordimer estreou-se como contista ainda nos anos 40 e publicou o seu primeiro romance, *The Lying Days*, em 1953. Quando recebeu o Nobel da Literatura, a Academia Sueca justificou a escolha afirmando que a “magnífica escrita épica” da romancista sul-africana trouxera “um grande benefício para a Humanidade”, uma expressão utilizada pelo próprio Alfred Nobel.

Nascida a 20 de Novembro de 1923 em Springs, uma cidade mineira dos arredores de Joanesburgo, Gordimer era filha de um fabricante de relógios letão e de uma inglesa de origem judaica. Foi educada numa escola católica e chegou a frequentar durante um



ano a Universidade de Witwatersrand, que viria a atribuir-lhe, em 1984, um doutoramento honorário em Literatura pela sua “enorme contribuição para a literatura e para a transformação da África do Sul”. Testemunhando desde cedo a repressão do regime sul-africano – ainda adolescente, viu a polícia invadir a casa paterna para confiscar cartas e outros documentos do quarto de um criado –, a obra de Nadine Gordimer viria quase toda ela a lidar com questões éticas e morais, e em particular com o fenómeno do racismo.

Tinha 15 anos quando publicou no suplemento juvenil de um jornal, em 1937, o seu primeiro conto. O seu livro de estreia, *Face to Face*, um volume de contos, saiu em 1949.

Amiga de Mandela

Aos trinta anos, publicou o primeiro de 15 romances, *The Lying Days*, um livro

com uma forte componente autobiográfica, cuja acção decorre na sua cidade natal, Springs, e que narra o modo como uma jovem branca confrontada com a injustiça da divisão racial vai adquirindo uma consciência política.

Gordimer é autora de mais de vinte volumes de histórias breves, mas é mais conhecida pelos seus romances, que incluem títulos como *A Guest of Honour* (1970), que ganhou o prémio James Tait Black, da Universidade de Edimburgo, o já referido *O Conservador* (1974), *July's People* (A Gente de July, Teorema), de 1981, no qual Gordimer imagina uma sangrenta revolução da maioria negra do país contra a minoria branca no poder, ou o mais recente *The Pickup* (O Engate, Texto Editora), de 2005, que trata temas como o desenraizamento, a emigração, as diferenças de classe e a fé religiosa através de um casal

formado por uma mulher branca de uma família abastada e um árabe que vive ilegalmente na África do Sul. Quando o homem é obrigado a regressar ao seu país, a mulher acompanha-o e é ela que então experimenta o sentimento de se ser uma estranha em terra e cultura alheias.

Vários dos seus livros foram proibidos na África do Sul, como o seu segundo romance, *A World of Strangers* (Um Mundo de Estranhos, Difel), de 1958, ou *Burger's Daughter* (A Filha de Burger, Asa), de 1979. *A Gente de July*, com as suas descrições de sul-africanos brancos perseguidos e assassinados por revoltosos negros, conseguiu mesmo ser banido do ensino já depois da queda do apartheid.

Gordimer aderiu ao Congresso Nacional Africano (ANC) quando a organização era ainda ilegal e, embora tenha sido sem-

pre uma militante crítica, via no ANC a melhor esperança para derrubar o apartheid. A sua actividade cívica e política levou-a a travar conhecimento com os advogados de Nelson Mandela, e colaborou mesmo na redacção do discurso de defesa que o futuro presidente da África do Sul apresentou em tribunal em 1962, intitulado *Estou Preparado para Morrer*. Mandela leu mais tarde a *A Filha de Burger* na prisão e, quando foi libertado, em Fevereiro de 1990, pediu para conhecer a autora. Ficaram amigos e enquanto Mandela foi vivo mantiveram contactos regulares. Gordimer participou regularmente em manifestações contra o racismo e a repressão na África do Sul e aproveitou a notoriedade que os seus livros lhe trouxeram para denunciar sistematicamente o regime junto da opinião pública internacional.

LITERATURA

“OXALÁ CRESÇAM PITANGAS” APRESENTADO EM BERLIM

“Oxalá cresçam pitangas” é o título em português do livro bilingue de literatura angolana, produzido pela União dos Escritores Angolanos, em parceria com o Goethe-Institut Angola, a ser apresentado no próximo mês de Setembro, na Feira Internacional do Livro de Berlim, na Alemanha.



Segundo a nota de imprensa enviada ao Folha8, a antologia, que chega às bancas numa edição de Ineke Phaf-Rheinberger e tradução em português de Bárbara Mosquita, apresenta uma selecção de textos de autores angolanos para prover uma primeira impressão referente à cena literária contemporânea e vital de Angola.

A colectânea literária inclui textos em prosa e poesia de Agostinho Neto, Arnaldo Santos, João Melo, Zetho Cunha Gonçalves, Tazuary Nkeita, Carmo Neto, Roderick Nechohe, Isabel Ferreira, Sónia Gomes, Amélia Dalomba, António Gonçalves, José Luís Mendonça e Décio B. Mateus. No prefácio da antologia, a

editora Ineke Phaf-Rheinberger refere que os autores conhecidos e desconhecidos, com residência dentro e fora de Angola, continuam a publicar novas obras sem parar. “O seu público leitor está rapidamente a crescer e o objectivo desta edição consiste em interessar também o público leitor alemão na literatura angolana”. Existem algumas traduções de poesia e prosa dos escritores Agostinho Neto, Pepetela, Manuel Rui Monteiro e Luandiano Vieira datados dos anos pós-Independência, mas não foram reeditados, pelo que só é possível consegui-los em alfarrabistas e algumas bibliotecas. “Actualmente, encontram-se edições alemãs de José Eduardo Agualusa, Ondjaki, Pepetela e Ana Maria Tavares nas livrarias, mas é possível contar

esses títulos pelos dedos das mãos”, disse a editora, acrescentando que “a razão pela qual estes autores não se encontram representados nesta antologia é porque tomámos na consideração exclusivamente aqueles escritores que nunca foram traduzidos.

Há apenas uma excepção: Agostinho Neto”. Ineke Phaf-Rheinberger diz que a edição da antologia teve o apoio incondicional do Goethe-Institut Angola, da UEA, na pessoa do seu secretário-geral Carmo Neto, de Bárbara Mosquita, que esteve encarregue da tradução, e dos artistas plásticos Álvaro Macieira e Edson Chagas, que deram autorização para a reprodução das suas imagens, assim como Daiana Nascimento dos Santos, que participou na redacção final da versão portuguesa.

QUARENTA ANOS DE DEMOLIÇÕES SAÚDAM-NOS

POR GIL GONÇALVES

Tantos recuos que dizem são avanços
Que mais pretendem estes ranços
Com provas de monstruosos falhanços
E de milhares de estrondosos rapinanços
Os bancos levam a cabo a sua missão
Do sistema financeiro a sua destruição
Vivem dos casebres e da sua demolição
Nada lhes resta nem a tábua da salvação
Todos estão decompostos de podridão
Quem mais esperam ludibriar então?
Nunca se conheceu tamanha judiação
Com hinos não se combate a corrupção
E nunca jamais quarenta anos de servição
Ninguém mais quer ouvir essa canção
O poder do petróleo vive na imensidão
Os sacerdotes seguem-no como religião
Nas homilias pregam a sua rendição
Petróleo mais igrejas é igual a nação
É o voltar aos tempos da discriminação
“Embora nesta terra de pretos” bênção
Cá estamos outra vez para a evangelização
A nossa arma da cantiga da dominação
Por aqui canta-se a miséria por toda a parte
A riqueza do petróleo sempre bacamarte
Nunca se cansam, não há nada que os farte
Que grandiosa miséria é Angola essa arte
Agora é a moda do empreendedorismo
Do voltar aos tempos do saudosismo
Não conseguem disfarçar o racismo
Os neocolonizadores e o seu catecismo
Governar é pois pela força destruir
Com as barras de ferro a construir
Há uma vontade louca de tudo partir
Não é por acaso que tudo está a ruir
O futuro da nação dorme ao relento
Disseram-lhe que esse é o seu sustento
É a pureza nacional o nosso monumento
É uma das sete maravilhas do sofrimento
O nosso futuro está no petróleo a desabar
Ecoam nas vozes da miséria o exacerbar
Se esta desgraça assim continuar
É fácil de ver como isto vai acabar
Com paz e com tantos desalojados
Diariamente perseguidos tiranizados
Sem terra e pelo poder humilhados
Não é povo é um bando de esfarrapados



MARIO VARGAS LLOSA RECEBE DOUTORAMENTO HONORIS CAUSA PELA UNIVERSIDADE NOVA

O escritor peruano Mario Vargas Llosa, de 78 anos, autor do romance *Conversa n'A Catedral*, vai receber o grau de doutor Honoris Causa, pela Universidade Nova de Lisboa, a 22 de Julho

A “atribuição do título justifica-se pela relevância da obra no contexto da literatura ibero-americana, reconhecida, em 1994, pelo Prémio Cervantes, e, num plano mundial, pelo Nobel da Literatura, recebido em 2010”, e pelo facto de a estas distinções se juntarem ainda os prémios PEN/Nabokov, Príncipe das Astúrias e Grinzane Cavour, afirma em comunicado a Casa da América Latina (CAL). A proposta de doutoramento Honoris Causa foi apresentada pelo escritor Nuno Júdice, docente do Departamento de Línguas, Culturas e Literaturas da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas daquela universidade, segundo o qual, os romances de Llosa “são imprescindíveis para conhecermos a História do continente sul-americano”, lê-se no mesmo comunicado.

“Tendo como cenário, nos primeiros romances, o Peru e o espaço social em que decorre a primeira fase da sua vida, tratando questões ligadas à iniciação e maturação do homem, Vargas Llosa criou personagens que ficam inscritas na História literária dos séculos XX e XXI”, afirma, no mesmo comunicado, Nuno Júdice.

Nuno Júdice realça que Vargas Llosa “vai além da sua pátria, a que sempre se dedicou, nomeadamente quando, num momento difícil, foi candidato à Presidência do Peru”, acrescentando que “os romances do escritor são imprescindíveis para conhecermos a História do continente sul-americano, os seus conflitos e a sua sociedade”.

Como exemplo, Júdice destaca *As guerras do fim do - e O sonho celta*, entre outras “obras que o afirmaram na transformação da linguagem romanesca do século XX, ao lado de García Márquez”.

No romance *As guerras do fim do mundo* (1981) “descreve a guerra dos Ca-

nudos no Brasil” e, no seu penúltimo romance, *O sonho do Celta* (2010), “traça um retrato impiedoso da colonização europeia da África negra”. A cerimónia de doutoramento Honoris Causa, que conta com o apoio da CAL, realiza-se no dia 22, às 18h, no Auditório da Reitoria da Universidade Nova, no campus de Campolide, em Lisboa.

O doutoramento Honoris Causa da universidade portuguesa vai juntar-se a outros que o autor de *A Tia Júlia e o Escrevedor* tem recebido ao longo da sua carreira de várias universidades, entre elas a de Yale, em 1994, a Universidade de Israel, em 1998, de Harvard, no ano seguinte, a de Lima, em 2001, a de Oxford, em 2003, a Universidade Europeia de Madrid, em 2005, e a da Sorbonne, em Paris, em 2005.

Autor de mais de uma dezena de romances, o mais recente editado no ano passado, *O Herói Discreto*, Vargas Llosa é também autor de peças de



teatro, nomeadamente *A menina de Tacna*, e de obras de ensaio, como *A Civilização do espetáculo*, editada em 2012. Entre outras condecorações estrangeiras, o governo francês distinguiu o escritor com a Medalha de Honra, em 1985, e, em Fevereiro de 2011, o

rei Juan de Carlos de Espanha nobilitou-o com o título hereditário de Marquês de Vargas Llosa. Vargas Llosa obteve a nacionalidade espanhola em Março de 1993, sem nunca renunciar à peruana, como destaca o Instituto Cervantes.

PUBLICIDADE

Psicólogos, porquê e para quê?

O livro “Psicólogos, porquê e para quê?” resulta, na maioria, da coluna *Psicologia & Você*, publicada pelo Semanário *Folha8*, e do Portal de Psicólogos de Portugal. Ela (a coluna) tem levado aos jovens um raciocínio mais lógico sobre os fenómenos sociais, sobretudo os ligados à Psicologia, devido ao elevado nível de conhecimento que o autor, Nvunda Tonet, tem evidenciado neste ramo da sua formação.

A obra apresenta considerações pertinentes, algumas delas inovadoras, sobre problemas ligados ao sexo, às drogas, às emoções, ao sofrimento, ao desespero e à vontade de ser feliz. Este livro é um verdadeiro exemplo de investigação, de seriedade e de preocupação com aquilo que chamamos de “bem comum”, devido ao seu objecto social.

José Capita

Chiado Editora

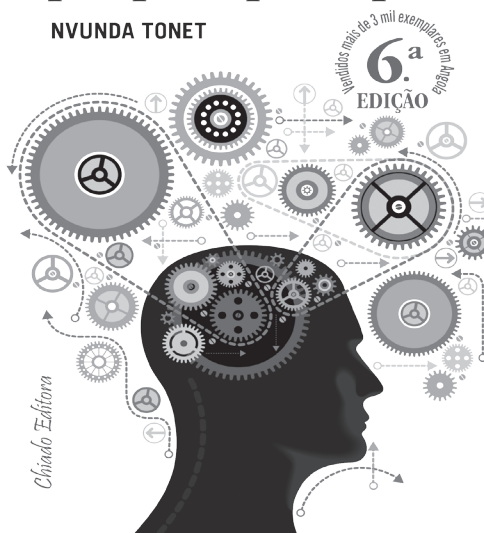
NVUNDA TONET

Psicólogos, porquê e para quê?

Chiado Editora

Psicólogos, porquê e para quê?

NVUNDA TONET



Nvunda Will Sérgio Tonet nasceu em Angola. É licenciado em Psicologia Clínica pela extinta Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Agostinho Neto e mestre em Novas Tecnologias Aplicadas à Educação pelo Instituto Universitário de Posgrado (Madrid, Espanha). Ex-docente da Universidade Lusitana de Angola (cadeira de Dependência Química), é actualmente professor das cadeiras de Psicopatologia Geral, Métodos de Observação em Psicologia Clínica e Psicologia Clínica Hospitalar na Universidade Oscar Ribas e psicólogo clínico no Hospital Psiquiátrico de Luanda. Além disso, colabora no portal de Psicólogos de Portugal e exerce o cargo de editor de Cultura no Semanário *Folha8*, onde assina a coluna *Psicologia & Você*.

Enquanto activista cívico, Nvunda Tonet, entre muitas actividades de militância



nessa área e diversas participações na vida social do seu país, coordenou em 2007, um programa na Rádio Luanda sobre Educação Cívica para a Juventude. Organizou, a 13 de Outubro de 2009 o primeiro Workshop de Saúde Mental “Conhece-te a ti mesmo”, na Universidade Oscar Ribas. Por outro lado, diplomou-se em Psicoterapia Sexual pelo Instituto Paulista de Sexualidade (S. Paulo, Brasil), em 2010. Tem preferência pela saúde mental e por temas de sexualidade, assuntos largamente abordados neste livro que ele trata com o devido rigor científico. E a esse propósito, uma vez perguntaram-lhe para quê os psicólogos?

E Nvunda respondeu: “Qualquer um de nós, a determinada altura da vida, pode sentir que, por si só, não é capaz de gerir a sua própria vida emocional e que necessita de ajuda especializada para se superar”.

HISTÓRIA

CATIVOS AFRO-CANADIANOS TIVERAM UM FORTE PROTAGONISMO POLÍTICO

Esta constatação constitui o pano de fundo da trilogia “Esses Canadianos Olvidados” obra de Paul Fehmiu-Brown, que acaba de ser reeditada pela Casa Livres 5 Continents, em Saint-Leonard, no Quebec. O tríptico restitui, através as peripécias de algumas famílias negras, no quadro cronológico indo de 1680 a 1848, a luta da componente escrava dos dois Canadas, da época, pela liberdade.

TEXTO DE SIMÃO SOUINDOULA*

Nesta restauração romancada, totalizando cerca de 1200 páginas, todas datas, acontecimentos e personagens são inexoravelmente verídicos. São exemplos o suposto primeiro negro introduzido no Baixo-Canada, Olivier Lejeune, que era, provavelmente, originário da costa de Guiné, os batismos e os casamentos cristãos de nigers em Montreal, os matrimônios entre africanos marrons fugitivos e ameríndios.

O escritor confirma nas suas récitas do primeiro tomo, a presença de serviçais negros no Canadá, no início da colonização francesa e britânica. Revisita o fluxo migratório negro, ocorrido entre 1800 e 1816, vindo dos Estados Unidos, depois da guerra de 1812-1814. Centenas de fugitivos tentaram, sem



sucesso, regressar em África. E assim que a Nova Escócia tornou-se uma negritum terra com a sua Africville. Fehmiu-Brown aborda, no se-

gundo tomo, os indícios claros da abolição da escravatura na primeira metade do século XIX, precisamente, entre 1833 e 1848. Perfaz, nesta dinâmica,

a primeira alforria, em 1833, a da escrava Chloe pelo Governador do Alto-Canada.

ESTUPRO

Ilustra, no terceiro volume, o

combate a sujeição com os três decênios de esforços da corajosa Constância Legendre-Cromwel I que morreu em 1848. Nasceu de pais servos, nas terras do rico e influente, Bob Cromwell, seguidamente a conquista britânica 1759-1760, do território canadiano. Depois de uma infância, naturalmente, difícil, ela enfrentara o seu trágico destino.

ESTUPRO

Apenas com treze anos de idade, ele será violada pelo filho do mestre e dará um filho, que morreu, ironia de destino, durante a Rebelião dos Patriotas 1837-1838. E a filha, Marie-Anne que continuará a mobilização social pela dignidade e o pão. E de saudar a reedição da trilogia “Esses Canadianos” esquecidos que devolve a vida dos escravizados de dentro e que permite restituir a sua dimensão humana

*Historiador e Perito da UNESCO

folha 8 Redes Sociais

Mais do que um jornal, a Liberdade

VAMOS MUDAR E A SUA OPINIÃO CONTA

INQUÉRITO AOS LEITORES

- Website
- Redes Sociais
- Novo Design Jornal

jornal8.net

il novo jornal de sempre em três versões

INQUÉRITO AOS LEITORES

O Folha 8 vai-se renovar e criar os novos conteúdos, queramos a sua opinião para melhorarmos sempre

INTERESSE E REDES SOCIAIS

COMO QUEREM VER O JORNAL DO NOVO SITE?

Online Computador Sem Opção

QUAIS OS TEMAS QUE MAIS GOSTA DE LER?

Política Economia Actualidade
 História da cidade Social Cultura
 Reportagens Reportagem Opinião

QUANTO DE TEMPO POR E-MAIL OS RECEBEMOS?

Sim Não
 Mensalmente Semanalmente

QUEM PLANTAMOS COMENTÁRIOS NO SITE ONLINE?

Via Facebook Não comentários de sites
 Por e-mail Mensagem

QUAL É O SEU SÍMBOLO NO MOMENTO?

Journal de Angola Club-E
 Argentinianos Argentinianos
 Outros: _____

QUE MAIS GOSTA DO SITE QUE VOSTRA

JORNAL FOLHA 8 (quero receber em casa)

QUANTO TEMPO COMPRA O FOLHA 8?

Sim Não
 De lugar onde não se dá a carga até si

QUANTO TEMPO COMPRA O FOLHA 8 EM FORMATO DIGITAL?

Sim Não

QUANTO TEMPO COMPRA O FOLHA 8 EM FORMATO DIGITAL?

Sim Não

QUE CATEGORIA MAIS GOSTA DE LER?

Política Economia Actualidade
 História da cidade Social Cultura
 Reportagem Outros: _____

QUANTO TEMPO DISPENSA POR SEMANA A LER O JORNAL?

1/2 hora 1 hora

DADOS DO LEITOR

Nome: _____
 Morada: _____
 e-mail: _____

AS PRISÕES ANGOLANAS: UM FILME DE HORROR I



Em certas, para não dizer em quase todas as prisões angolanas, as celas limitam-se a um único espaço fechado com apenas uma abertura perto do tecto, suficientemente grande para deixar passar víveres e outros bens para os reclusos, pequena quanto basta para não deixar passar corpo de homem. Segundo informações que recebemos, existem ainda em muitas esquadras celas de dimensões reduzidas que, por vezes, albergam tanta gente que os reclusos têm de dormir sentados, ou com a cabeça nas nádegas do vizinho, o qual tem por travesseiro outra bunda (no Cazenga, Mabor, por esses lados, havia celas dessas), em que a água armazenada em garrafas dispostas umas ao lado das outras numa confusão de gargalos com as que servem para recolher a urina dos reclusos, o que por vezes pode dar origem ao aparecimento de uma espécie de spray humano de um recluso que, por distração, se tenha enganado de garrafa. Mas, em todo o caso, o problema maior, nesse tipo de celas, são as necessidades maiores, normalmente aliviadas numa grande bacia, a qual serve para toda gente. E como há sempre nas prisões um chefe de cela, este impõe a sua autoridade e pede aos sucessivos utentes que fechem bem a tampa da bacia “das maiores”, para conservar o meio ambiente mais ou menos respirável. Caso contrário há maka grossa.

AS PRISÕES ANGOLANAS: UM FILME DE HORROR II

Em, por assim dizer, quase todas as prisões de Angola, quando chega a noite é tempo de festa: Baile dos Mosquitos. São centenas, esfomeados e entusiasmadíssimos perante tão opíparo repasto posto à sua disposição, agitando-se num pica-que-pica-e-torna-a-picar, causando alguma perturbação em caso de haver ocorrência de cenas de sexo, as quais podem muito bem ver a luz da noite, seja em surdina, seja descaradamente e em grande e espalhafatoso aparato.

Porém, o problema maior nessas celas, como de resto em todas as outras celas e estabelecimentos prisionais em geral, são as rixas entre reclusos. Imaginem só, os reclusos são cuidadosamente revistados, são lhes retirados todos os bens e tudo que puder servir de arma, até chegar a tirar-lhes os lacetes das sapatilhas ou dos sapatos, quer dizer, o prisioneiro está ali desarmado e, em caso de luta, tentará encontrar armas dentro da cela. E elas existem e nem são clandestinas, estão à vista de todos, as garrafas, nomeadamente que contêm urina, os penicos e em casos mais graves, a bacia das necessidades maiores também pode ser de grande socorro. Esse é o enorme problema, que tende a alastrar-se devido não só a este excesso de reclusos em áreas muito restritas, o que, por sua vez, é causado pela propensão quase doentia não só de prender à toa “gatunos de galinheiros, de limões e de banana”, mas também ao excesso de prisão preventiva, negação do direito à alimentação ou alimentação muito deficiente e outros factores que são evidências de claríssimo desprezo pelos encarcerados, acontecendo não raras vezes que muitos presos que não têm família se vejam levados a se prostituir para conseguir um pacote de bolachas, ao que acresce a mstura em celas comuns de bandidos perigosos com gatunos de galinheiros, a existência notória fruindo as suas regalias, das mafias da droga e das bebidas que têm ramificações com os agentes policiais, portanto, um imenso conjunto de factores que quase impossibilitam o saneamento deste ambiente prisional podre por fora e por dentro



GIRABOLA-2014

PETRO NO “ENCALÇO” DO TOPO

A Com a vitória obtida no estádio municipal de Calulo diante do Recreativo do Libolo do Kwanza-Sul, em jogo referente à 18ª jornada do Girabola-2014, a equipa do Atlético Petróleos de Luanda ainda aspira chegar aos lugares cimeiros da tabela classificativa cuja liderança “pertence” ao clube libolense, apesar da derrota sofrida. Longe das grandes exibições, a formação tricolor, às ordens do treinador brasileiro, Alexandre Grasselli, foi à vila de Calulo ao encontro do líder da prova maior do “desporto-rei”, invicto até àquela jornada (18ª) em que era já considerado vencedor antecipado, a julgar pela qualidade do plantel, se comparado com do adversário.

O desempenho do grémio adstrito à Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol), na presente temporada, é dos menos conseguidos, por isso a crítica futebolística nacional acreditava numa



vitória do Grupo Desportivo e Recreativo do Libolo do Kwanza-Sul porque o jogo era no estádio municipal de Calulo, recinto oficial do conjunto libolense. Para muitos adeptos, o líder invicto iria somar mais 03 pontos.

A turma do Recreativo do Libolo, sob batuta téc-

nica do treinador Miller Gomes, estava convicta na conquista de mais uma vitória na 35ª edição do Campeonato Nacional de Futebol da I Divisão (Girabola-2014); mas, se terá esquecido da qualidade da equipa adversária, simplesmente a mais titulada deste torneio futebolísti-

co. No retângulo de jogo a verdade foi contrária, os visitantes suplantavam os anfitriões, antes considerados favoritos.

Independentemente de jogar no reduto do adversário, o Atlético Petróleos de Luanda tomou conta das “operações” do desafio. Ao Recreativo do Libolo

cabia defender a honra de líder invicto do Girabola-2014. A turma petrolífera entrou determinada a vencer ao oponente, apesar da qualidade técnico-táctica dos libolenses. Os tricolores agigantaram-se no estádio municipal de Calulo, como mérito derrotou o contrário.

ASA PRÓXIMA VÍTIMA PETROLÍFERA

A equipa do Atlético Petróleos de Luanda soma agora 30 pontos, face à vitória conseguida no jogo contra o Recreativo do Libolo do Kwanza-Sul, mas está distante de chegar à primeira posição na tabela classificativa.

O triunfo diante do primeiro classificado da 35ª edição do Campeonato Nacional de Futebol da I Divisão (Girabola-2014) elevou os níveis de confiança dos futebolistas do grémio do Complexo Desportivo Demóstenes de Almeida (ex-Catetão), afectados pelos últimos resultados nega-



tivos, sobretudo contra o 1º de Agosto e Sagrada Esperança da Lunda-Norte, à frente dos tricolores, na tabela classificativa, com mais um ponto.

Apesar do triunfo em Calulo, o Atlético Petróleos de Luanda está a 15 pontos do Recreativo do Libolo do Kwanza-Sul (45 - 30), mas tem possibilidade de ainda alcançar o segundo e terceiro posicionados do torneio (Kabuscorp Sport Clube do Palanca e Benfica de Luanda). O conjunto orientado por Alexandre Grasselli, tem a lição estudada, por isso vai procurar

vencer ao jogo diante do Atlético Sport Aviação, na 19ª jornada.

É um o jogo de capital importância porque o grémio aviador também almeja a conquista dos 03 pontos, mas terá de abordar o desafio com elevada qualidade técnico-táctica a fim anular as investidas dos futebolistas petrolíferos, bem comandados pelos “veteranos” Gilberto e Flávio Amado, dois jogadores angolanos que representaram as cores do Al - Alhy do Egipto, mais titulado no Continente Berço da Humanidade (África).

TAÇA DE ANGOLA

CLUBES PROCURAM CONSOLAÇÃO

A Taça de Angola “II de Novembro” é o torneio futebolístico de maior abrangência nacional, organizado pela Federação Angolana de Futebol (FAF) porque participam do certame clubes dos dois principais escalões.

Face ao desnível competitivo, os clubes da II Divisão ficam pelo caminho no confronto directo com as equipas da categoria primodivisionária que têm a Taça de Angola “II de Novembro” como a segunda opção, na eventualidade de um “fracasso” no Campeonato Nacional de Futebol da I Divisão (Girabola). A disputa da respectiva competição é “renhida” porque o vencedor representa o País num dos torneios das Afrotaças.

Só mesmo as equipas com “arcaboço” futebolístico forte conseguem conquistar o título da segunda maior prova futebolística nacional, na



posse do Atlético Petróleos de Luanda que nos oitavos-de-final defronta, no está-

dio Internacional de Luanda “II de Novembro”, o “4 de Abril” do Kwando Kubango,

conjunto orientado por João Machado. Muita carga para o grémio do KK, hoje denomi-

nada a “Terra do Progresso”. O grande jogo dos oitavos-de-final é disputado no estádio municipal do Dundo, onde o Sagrada Esperança da Lunda-Norte defronta o Recreativo do Libolo do Kwanza-Sul, líder do Girabola-2014 com 45 pontos. Ainda para o mesmo torneio, o Futebol Clube Bravos do Maquis recebe, no “Jones Kufuna Mundunduleno” a equipa do Benfica de Luanda. Zeca Amaral volta a um recinto futebolístico que conhece bem. O 1º de Agosto tem pela frente o Porcelana do Kwanza-Norte, no campo dos “Dinizes”, na cidade de N’Dalatando.

Outros desafios dos oitavos-de-final da Taça de Angola “II de Novembro”: Sporting de Cabinda – Atlético Sport Aviação (ASA), Recreativo da Caála do Huambo – Kabuscorp Sport Clube do Palanca e União do Uíge – Progresso Associação Sambizanga. Lúcio Antunes, técnico sambila, está obrigado a chegar à outra etapa.

ÁFRICA TROPEÇA NA COPA DO BRASIL

Os representantes africanos na 20ª edição do Campeonato Mundial de Futebol “FIFA-BRASIL-2014” tiveram um desempenho, extremamente, negativo, nenhum deles conseguiu ultrapassar os oitavos-de-final, realidade triste para o Continente Berço da Humanidade (África) porque há jogadores de elevada qualidade técnico-táctica, inclusive a jogar nos principais campeonatos do Velho Continente e nos Estados Unidos.

África fez-se representar com cinco selecções (Costa do Marfim, Ghana, Camarões, Nigéria e Argélia). Os dignos representantes africanos mostraram que estão mesmo atrasados no tempo,

sobretudo no âmbito organizativo; debilidade registada até nos sistemas táticos de

jogos. A disparidade táctica com os europeus foi gritante, inclusive nos momentos

de domínio afro. Há talento, mas a falta de estrutura “matou” a mestria.



O combinado nacional do Ghana tinha tudo para ganhar ao jogo diante das selecções da Alemanha e Portugal, mas por falta de competência ou maturidade táctica perdeu a chance de derrotar dois conjuntos de craveira internacional. Os ghanenses saíram do Brasil com a fama de ter batido o actual campeão do mundo.

Terminou de forma inglória a geração de ouro da Costa do Marfim, se a federação costa-marfinense de futebol “adormecer” no processo de rejuvenescimento da equipa nacional, terá dificuldades de apurar-se para o próximo Campeonato Africano das Nações (CAN-Orange-Marroc-2015), a cimeira do futebol africano.

EDIÇÃO
NACIONAL



Rua Gonsalves João de Viana, -5, 4ºº 19
Bairro Ingombota - Luanda
Departamento Administrativo, Financeiro e Comercial
Mamusa Joaquim
Secretariado, Publicidade e Marketing
Paula Padro
Tel: 391943 - 394077 Telefax 392289 Caixa
Postal 6527
E-mail: folha@ebonet.net

«Só depois de:
A última árvore ser derrubada,
o último peixe ser morto,
o último rio envenenado,
vocês irão perceber que
dinheiro não se come»
(Pensamento indígena)
E-mail: kubao@hotmail.com



+7150 dias
BASTONÁRIO INFORMANTE
Hermenegildo Cachimbombo violou os Estatutos da Ordem de Advogados, ao enviar processos dos membros ao SINFO e a PGR, para incriminar colegas. Vergonhosa “bufaria”. E nisso os bons acobardam-se com o silêncio.



EM VIANA, ARREDORES DE LUANDA

MILHARES COM CHIVUKUVUKU NA PRESIDÊNCIA ABERTA

Abel Chivukuvuku percorreu as ruas e becos da Estalagem, o mais populoso bairro de Viana, o segundo município mais populoso de Luanda. No meio da multidão, o líder da CASA-CE sentiu que o Povo está ávido por uma mudança e quer, legitimamente, encontrar uma solução para a precariedade em que sobrevive. Milhares de angolanos saíram à rua para o saudar, para lhe contar as suas agruras, para dizer quanto se sentem cidadãos de se-

gunda categoria devido a um regime que em vez de os servir apenas se serve deles. Já na antiga praça da Estalagem onde findou o seu percurso, a euforia com que foi recebido e o interesse que suscitaram a sua presença afável e transparente, bem como a simplicidade com que conversou com todos, jovens e velhos, mulheres e crianças, demonstram a popularidade de que goza Abel Chivukuvuku o que, aliás, acontece sempre que visita os mais recônditos pontos do nosso país. Foram de facto milhares de pessoas que receberam

com visível alegria o presidente da CASA-CE. Entre elas, maioritariamente estavam as vendedoras de rua, também conhecidas por “zungueiras”, muitas das quais tinham caminhado com o líder da mudança, no percurso iniciado na Bela Vista, imediações do Grafanil. Abel Chivukuvuku foi envolvido por uma multidão que se agitou com grande euforia, mostrando que acreditam que a CASA-CE pode ser a alternativa de que carecem. O líder da coligação que falou de improviso no fecho do evento, deu vivas à mulher honesta trabalha-

dora e manifestou o seu desapontamento por tudo quanto pôde observar, sobretudo as condições de vida precárias dos residentes da Estalagem. Há já algum tempo que o líder da mudança tem percorrido os bairros de Luanda, no âmbito do programa “15/15”, de constatação e de auscultação. Uma iniciativa que, ao contrário do regime, mostra que um político responsável não tem medo de estar no meio do Povo e de ouvir as suas reivindicações e lamentos. O líder da CASA-CE redita nestes contactos directos com a população

a tese de Agostinho Neto de que verdadeiramente importante é resolver os problemas do Povo. E para isso é preciso conhecê-los no terreno e não nos gabinetes. O pulsar dos cidadãos é vital para perceber as dificuldades de todos e de cada um. Abel Chivukuvuku falou da gravidade da situação em que vivem muitos dos nossos irmãos, bem como reiterou o repto para que o Presidente da República vá aos locais, ande pelos bairros e províncias sem muito aparato de segurança, para sentir como sobrevivem os cidadãos que, como ele, são angolanos.



NOVAS INSTALAÇÕES DO FOLHA 8
ANTÓNIO SALDANHA DA GAMA Nº44-RC ESQUERDO
BAIRRO MACULUSSO
REF. PRÓXIMO DA EX-LIGA AFRICANA